

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia**

Aline Velten

**O desenvolvimento técnico-científico e as relações sociais
de produção nas experiências soviética e chinesa: um
debate teórico da transição**

Rio de Janeiro

2024

Aline Velten

O desenvolvimento técnico-científico e as relações sociais de produção nas experiências soviética e chinesa: um debate teórico da transição

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional.

Área de concentração: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

V445d Velten, Aline
O desenvolvimento técnico-científico e as relações sociais de produção nas experiências soviética e chinesa: um debate teórico da transição / Aline Velten. -- Rio de Janeiro, 2024.
103 f.

Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.

1. tecnologia. 2. forças produtivas. 3. relações de produção. 4. socialismo. 5. teoria da transição.
I. Aguiar de Medeiros, Carlos, orient. II. Título.

Aline Velten

O desenvolvimento técnico-científico e as relações sociais de produção nas experiências soviética e chinesa: um debate teórico da transição

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 06 de fevereiro de 2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros (Orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PEPI/IE-UFRJ

Prof. Dr. Luiz Felipe Brandão Osório
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PEPI/IE-UFRJ

Profa. Dra. Esther Majerowicz Gouveia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - DEPEC-UFRN

Dra. Angela Lazagna
Universidade Federal Fluminense -UFF

Rio de Janeiro
2024

RESUMO

VELTEN, A. **O desenvolvimento técnico-científico e as relações sociais de produção nas experiências soviética e chinesa: um debate teórico da transição.** 2024. 103 p. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Nesta dissertação fazemos um debate crítico à concepção economicista de neutralidade da ciência presente de forma hegemônica no debate marxista e comunista, e sua influência para uma teoria da transição. Para tanto, primeiro resgatamos as principais teses elaboradas por Marx e pelo marxismo que contrapõem a visão de neutralidade da técnica, ao apontar o papel da técnica na dominação do capital sobre o trabalho, considerando como essas teses se relacionam com o debate do primado do desenvolvimento das forças produtivas e o primado das relações de produção na transição do modo de produção capitalista. Nesse sentido, se entrelaçam o debate sobre a concepção de socialismo; a função do Estado; e a luta de classes após uma revolução vitoriosa. Em seguida, analisamos como divergentes concepções sobre a técnica e sobre "a questão do primado" estiveram presente direta ou indiretamente nos debates teóricos e políticos das experiências de transição soviética e chinesa, em especial nas primeiras décadas após as respectivas revoluções, e sua relação com a prática política. Por fim, buscamos demonstrar como a linha maoista, crítica ao modelo estadista de socialismo da União Soviética, promoveu o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, que marcaram um momento da transição chinesa que buscou dar o primado às relações de produção e superar a divisão burguesa do trabalho, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, e trabalho de concepção e execução. No entanto, dadas suas insuficiências e seu resultado, essa linha foi derrotada, abrindo caminho para o período subsequente das reformas de Deng Xiaoping, marcado pelo primado do desenvolvimento das forças produtivas a partir de uma concepção de neutralidade da ciência.

Palavras-chave: tecnologia; forças produtivas; relações de produção; socialismo; teoria da transição.

ABSTRACT

VELTEN, A. **Technical-scientific development and the social relations of production in the Soviet and Chinese experiences: a theoretical debate on the transition.** 2024. 103 p. Dissertation (Master) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

In this work, we critically debate the economicist conception of the neutrality of science that is hegemonic in the Marxist and communist debate, and its influence on a theory of transition. To this end, we first review the main theses elaborated by Marx and Marxism that counter the view of the neutrality of technique, by pointing out the role of technology in the domination of capital over labor, considering how these theses relate to the debate on the primacy of the development of productive forces and the primacy of relations of production in the transition from the capitalist mode of production. In this sense, the debate on the concept of socialism, the role of the state and the class struggle after a victorious revolution are intertwined. Next, we analyze how divergent conceptions of technique and "the question of primacy" were directly or indirectly present in the theoretical and political debates of the Soviet and Chinese transition experiences, especially in the first decades after their respective revolutions, and its relation to political practice. Finally, we seek to demonstrate how the Maoist line, critical of the Soviet Union's statist model of socialism, promoted the Great Leap Forward and the Cultural Revolution, which marked a moment in the Chinese transition that sought to give primacy to the relations of production and overcome the bourgeois division of labor, the division between manual and intellectual labor, and conception and execution labor. However, given its shortcomings and its outcome, this line was defeated, paving the way for the subsequent period of Deng Xiaoping's reforms, marked by the primacy of the development of the productive forces based on a conception of the neutrality of science.

Keywords: technology; productive forces; production relations; socialism; transition theory

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A TÉCNICA COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO	13
2.1	O economicismo e o primado do desenvolvimento das forças produtivas	20
2.2	A divisão do trabalho e o Estado	23
2.2.1	A origem da divisão do trabalho	23
2.2.2	A Comuna de Paris e o Estado de transição	25
2.2.3	As relações sociais na transição	30
3	O DEBATE TEÓRICO SOBRE A TÉCNICA NAS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO: O DEBATE SOVIÉTICO E O DEBATE CHINÊS	35
3.1	O debate soviético	36
3.1.1	Lenin e o taylorismo soviético	42
3.1.2	A ideologia staliniana	49
3.2	O debate chinês	53
3.2.1	A crítica de Mao a Stalin e à política da URSS	61
3.3	O conflito sino-soviético	66
4	A REVOLUÇÃO CULTURAL NA CHINA E A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO	74
4.1	A política do Grande Salto e da Revolução Cultural	77
4.2	Abertura e reformas: o primado das forças produtivas	87
5	CONCLUSÃO	93
	REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui proposta busca analisar a relação entre a tecnologia e a técnica e as relações de produção, entendendo a técnica como parte constitutiva das forças produtivas, inseridas em determinado modo de produção, considerando que as transformações produtivas e tecnológicas se conformam como fruto da sociedade e da luta de classes. Para tanto, questionamos a visão que afirma uma dissociação entre as inovações tecnológicas e o modo de produção dominante, e um papel neutro da ciência e da tecnologia em uma sociedade marcada pela luta de classes. Partindo da ideia de que não é possível eliminar o papel das classes e suas lutas no desenvolvimento tecnológico, buscamos analisar o papel político da tecnologia no desenvolvimento e na manutenção de relações de produção que mantêm a hegemonia do modo de produção capitalista.

A partir dessa concepção, pretendemos analisar os limites das experiências de transição socialista no processo de desenvolvimento das forças produtivas, ao se utilizarem das técnicas produzidas pelo capitalismo, limitando sua capacidade de avançar na superação da divisão burguesa do trabalho e das relações sociais de produção capitalistas, de forma a transitar para uma sociedade socialista. Nesse ponto, analisamos como o pensamento acerca da técnica nessas experiências partiu majoritariamente de uma concepção economicista e neutra da técnica, que se impôs como um dos limites, além da conjuntura histórica, de forma que a transformação das relações de produção fosse secundarizada na transição.

No debate marxista da transição e nas experiências de transição socialista, diferentes concepções se opõem no que diz respeito à relação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. A ordem em que as primeiras se desenvolvem e as segundas se alteram, resulta na oposição que se coloca entre o "primado do desenvolvimento das forças produtivas" e o "primado das relações de produção" ou da transformação dessas.

Apesar de Marx em sua obra madura entender que a tecnologia, a técnica e a ciência aplicadas na produção são categorias econômicas derivadas do capital, o tema da tecnologia foi deixado de lado pelos marxistas e resgatado mais profundamente apenas a partir da década de 1960. Segundo o autor marxista Phil Slater (1980), vários pensadores clássicos do marxismo, como Kautski, Lenin, Trotski e Stalin adotaram uma concepção de neutralidade das forças produtivas, a exemplo da adoção do taylorismo no modelo soviético (Slater, 1980 apud Dagnino e Novaes 2007, p. 2; Novaes; Dagnino, 2004). Apesar de, a partir de então, ter havido um certo desenvolvimento sobre o tema, consideramos importante o contínuo avanço, de forma a colocar a problemática das forças produtivas, na perspectiva de superação do capitalismo e transição para o socialismo na ordem do dia no debate marxista (Dagnino; Novaes, 2007; Novaes; Dagnino, 2004).

A interpretação produtivista passa a ser questionada apenas a partir dos anos de 1960. Monika Reinfelder (1980) escreve que "a tecnologia em si mesma é raramente considerada como um problema para a teoria marxista; ao invés disso, tecnologia é tecnologia, e isso é tudo!" (Reinfelder, 1980 apud Dagnino e Novaes 2007, p. 2). Em parte, poderia-se dizer que isso seria reflexo da publicação de textos importantes em que Marx aborda esse eixo teórico terem ocorrido somente em 1968 em russo. No entanto, Romero (2005) afirma que pode também ser atribuído como um momento da luta de classes em que a burocracia do movimento operário optou por ocupar o papel de gestor do capital, enxergando a produção capitalista como base potencial para o socialismo. Entendemos, portanto, que esse debate influi diretamente na política, indicando que a construção da sociedade socialista demandaria mais que uma mudança formal de propriedade dos meios de produção. Apesar do tema não ser novo, é atualizado com frequência e segue sendo desenvolvido. Ainda assim, o acúmulo desse tema no campo do marxismo, por vezes, é pouco conhecido, assimilado e debatido por teóricos marxistas e na esquerda brasileira e latinoamericana (Dagnino; Novaes, 2007; Novaes; Dagnino, 2004).

O processo de subsunção formal e real do trabalho ao capital, conforme descrito por Marx em *O Capital*, aponta para o momento da transição capitalista. Em uma primeira etapa, as relações de produção tornam-se capitalistas sem que haja anteriormente uma alteração significativa das forças produtivas da sociedade feudal, o processo de subsunção formal. A transformação técnico-organizativa do processo de produção com o maquinismo ocorre posteriormente em decorrência da necessidade capitalista de se superar os limites à extração de mais-valia, ocorrendo então a subsunção real do trabalho ao capital (Naves, 2005b).

Essa tese de Marx se contrapõe ao economicismo e à concepção de neutralidade da ciência, e seu resgate nos permite buscar os fundamentos para analisar criticamente os rumos tomados pelas experiências de transição socialista, com o horizonte do comunismo. As concepções economicistas definem o socialismo com base em dois principais pontos: a estatização dos meios de produção por um Estado "operário" e a adoção do planejamento econômico, se apoiando na teoria do primado das forças produtivas como "motor" dos processos sociais e históricos. Para isso, a base técnico-material do processo de produção é considerada "neutra" em relação à luta de classes.

Ao não visualizar que a transição socialista exigiria a revolucionarização das relações de produção, e o surgimento de novas forças produtivas, fica aberto o caminho para a reprodução das relações de produção capitalistas. Somente seria possível eliminar a relação capitalista ao se possibilitar o controle efetivo do processo de produção e reprodução pelos trabalhadores, revertendo assim a separação entre os meios de produção e o trabalhador direto (Naves, 2005a; Naves, 2005b).

A prioridade ao desenvolvimento técnico-científico, da produção em larga escala,

com o objetivo de alcançar o capitalismo avançado, negligenciando a necessidade de se transformar as relações de produção pela luta de classes, foi comum em diversas experiências de transição socialista, a partir dessa concepção hegemônica de socialismo, com forte influência do stalinismo. Fundamentando-se numa concepção da neutralidade da ciência e a reforçando, concederam na manutenção da acumulação por meio de relações de produção capitalistas, ficando-se na concepção economicista de que o desenvolvimento das forças produtivas é que criaria as condições para a transformação das relações de produção.

Em contraposição a essa ideia que coloca as forças produtivas como "motor" dos processos sociais e históricos, Marx apontou que o desenvolvimento tecnológico não poderia ser ele próprio a determinação do movimento histórico. A introdução da máquina no processo de trabalho altera as formas específicas de subordinação e dominação, transformando o trabalhador num instrumento de trabalho, e a máquina situando-se na posição inicial, como determinante da condução do processo de produção, de forma que, então, são os trabalhadores que são distribuídos conforme as máquinas especializadas. O processo de produção passa a ser regido por um princípio técnico-científico. (Romero, 2005)

Dessa forma, o capital cria uma ciência identificada com os seus interesses, na medida em que desenvolve uma técnica voltada para a extração de mais-valia relativa e para o controle sobre o trabalho, procurando suprimir ao máximo a subjetividade operária frente às relações sociais de produção.

Mais especificamente, Marx aponta que o desenvolvimento do maquinismo seria condicionado pela anterior transformação da organização do processo de trabalho, surgindo também como consequência da dominação das relações de produção capitalistas sobre o processo de produção. As condições resultantes do desenvolvimento do maquinismo dominam o trabalho no plano tecnológico, ao mesmo tempo que se substituem a ele, destroem-no e tornam-no supérfluo nas suas formas independentes.

Segundo Magaline (1977), Marx teria feito duas proposições: que as relações de produção capitalistas se dissimulam por detrás de uma relação aparentemente "técnica", a relação entre o produtor e a máquina; e da "subordinação técnica" enquanto produto da dominação do capital sobre o processo de produção ("fetichismo").

Portanto, torna-se necessário questionar a ideia de dissociação e de independência entre forma social e base material, visto que as relações de produção capitalistas se inscrevem nas forças produtivas. Dessa forma, superar a forma social de produção capitalista implicaria na superação de sua própria base material e para tanto coloca-se necessária a construção de uma base nova, ou, de modo mais figurativo, de uma "tecnologia socialista", conforme aponta Romero (2005, p.19).

Sendo as relações de produção dependentes da luta de classes, mesmo com o fim da dominação política da burguesia, as relações de produção capitalista poderiam continuar a

se reproduzir, pois o processo de produção não é imediatamente transformado. A formação social passa por um período de transição, ao longo do qual um novo conjunto de relações sociais deve ser desenvolvido e revolucionarizado. Para tanto, faz-se necessário superar a divisão burguesa do trabalho, com o fim da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre trabalho de direção e trabalho de execução, entre cidade e campo, entre "unidades de produção" organicamente separadas, assim destruindo o antigo trabalhador coletivo e nascendo o trabalhador livremente associado (Bettelheim, 1979b).

Isso indica que, na transição socialista, as relações de produção desempenham a função dominante, impondo às forças produtivas as condições de reprodução, de forma que, contrapondo a visão economicista, o desenvolvimento das forças produtivas por si só não resulta diretamente na transformação das relações de produção. Essa resulta sempre da luta de classes (Bettelheim, 1979b).

Como afirma Bettelheim (1979b), a revolucionarização das relações de produção, a partir da apropriação social dos meios de produção, só seria possível no desenvolvimento de uma ação coletiva real, envolvendo unidade de objetivos a atingir, na unidade dos meios para efetuarlos e na unidade de ação e confecção, implicando no primado dos interesses coletivos sobre os interesses individuais. Essa concepção é contrária à estagnação do estágio da apropriação pelo Estado dos meios de produção, que deveria ser apenas uma fase inicial após uma ruptura revolucionária, para, em seguida, avançar para que os produtores imediatos se apropriem direta e coletivamente dos meios de produção, ou seja, uma apropriação social.

Para transitar para relações de produção socialistas, seria então necessário que a política proletária estivesse no posto de comando. Para que as empresas não busquem cada uma seu interesse particular, para que possam cooperar entre si, é preciso que o interesse do conjunto seja a prioridade. A prática de estímulos materiais individuais, recorrente em algumas experiências de transição socialista, bem como a busca por lucro da produção sobre o consumo das massas, contribuem para a reprodução das relações capitalistas, com trabalhadores movidos por interesses individuais e divididos entre si (Bettelheim, 1979b).

Na primeira parte desta dissertação pretendemos fazer uma revisão teórica acerca da posição da técnica no processo de dominação do capital sobre o trabalho, e na reprodução das relações sociais de produção. Buscamos contrapor as concepções economicistas que apontam para o primado do desenvolvimento das forças produtivas, entendendo-o como motor da história e levando a um caminho natural de transformação das relações de produção. Para tanto, buscaremos analisar conceitos centrais sobre o modo de produção capitalista, a fim de melhor situar a relação de determinação entre forças produtivas e relações de produção.

Nessa revisão nos deparamos com duas concepções principais: a que considera a ciência neutra, podendo ser apropriada após um processo de tomada revolucionária do

poder, em que as forças produtivas passariam a ser utilizadas como ferramenta neutra na produção, construindo novas relações de produção em uma gestão em sociedade socialista, que é a que consideramos economicista; e a concepção que, ao considerar a ciência não-neutra, aponta para a necessidade de uma reestruturação radical após a apropriação dos meios de produção, uma vez que a inserção da tecnologia se estrutura com o propósito de reprodução ampliada do capital.

Essas duas concepções, a economicista e a da não neutralidade, deságuam, direta ou indiretamente, na oposição entre o primado do desenvolvimento das forças produtivas e o primado das relações sociais de produção durante a transição, e aparecem no debate durante as experiências de transição que analisamos. Divergências sobre o caminho para o avanço do socialismo tiveram, em maior ou menor grau, e nem sempre explicitamente, essa oposição teórica como pano de fundo, resultando em diferentes direcionamentos políticos em cada experiência, e distanciando a solidariedade entre os países que passavam pela transição, a exemplo da ruptura sino-soviética.

Na segunda parte desta dissertação, analisaremos esse debate e as formulações teóricas nas duas mais marcantes experiências de transição socialista, a soviética e a chinesa, quanto à orientação política do desenvolvimento técnico e da organização da produção, considerando a divergência central entre o primado do desenvolvimento das forças produtivas e o primado da transformação das relações sociais de produção.

Apesar de ambas as experiências chinesa e soviética se alicerçarem sobre o campo teórico que denominavam marxismo-leninismo enquanto doutrina oficial, o seu conteúdo foi restrito ou alterado livremente a fim de defender as políticas necessárias a luz das dificuldades econômicas conjunturais. Assim, a concepção sobre o papel da luta de classes é reforçada ou se ausenta dos debates teóricos da transição, sendo um fator indicativo das prioridades estabelecidas nessas experiências.

O modelo soviético, que se consolidou como o modelo de socialismo a ser seguido, foi pautado pela necessidade de modernização, industrialização acelerada e desenvolvimento das forças produtivas, apontando-o como um caminho que naturalmente levaria a relações de produção comunistas. A configuração política e econômica necessária para dar os primeiros passos na consolidação do regime soviético diante da ameaça de contra-revolução, com alto centralismo no Estado, burocratismo e exigência de disciplina, se cristalizou, justificando-se a partir da disputa com os Estados Unidos e pelo isolamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), passando a ser defendido enquanto regra de ouro e sinônimo do próprio comunismo. Buscaremos aqui identificar alguns limites teóricos nas concepções dos soviéticos bem como alterações de concepção teórica.

O maoísmo buscou criticar a concepção de socialismo do modelo soviético, o que se reflete em textos de Mao Zedong e em debates entre soviéticos e chineses. O revolucionário chinês busca, então, um caminho alternativo com o lançamento das iniciativas do Grande

Salto Adiante e da Revolução Cultural, colocando a luta de classes como o motor que permitiria avançar o socialismo, transformando as relações sociais, ao mesmo tempo em que contava com a iniciativa dos trabalhadores para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. Esse caminho sofreu um revés a partir das reformas de Deng, que se baseou, em grande medida, na absorção da tecnologia e hierarquias capitalistas.

Portanto, na terceira parte analisaremos como o momento do Grande Salto Adiante e da Grande Revolução Cultural Proletária na China se propôs, a partir do primado das relações de produção, avançar na eliminação da divisão de trabalho burguesa, da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, na diferença entre campo e cidade.

Buscamos apontar os limites derivados tanto das condições materiais e da implementação, quanto das limitações teóricas que sustentaram essa política. Contrastaremos esse período com o posterior que se abre com as reformas econômicas de Deng Xiaoping, para apontar como esta seria marcada pelo primado do desenvolvimento das forças produtivas.

Consideramos que a análise dos fundamentos teóricos aparentes nos debates políticos em relação à orientação dos rumos do socialismo em determinada experiência de transição cumpre um importante papel, visto que, a luta de classes continua a se fazer presente após o período revolucionário e na transição socialista, e é influenciada pela direção política da forma de Estado que se estabelece. Conforme aponta Bettelheim (1979b):

A maneira pela qual se desenvolve a luta de classe sob a ditadura do proletariado depende principalmente da linha política seguida pelo partido dirigente. É esta linha, na verdade, que permite concentrar mais ou menos efetivamente as justas ideias das massas e assim lhe oferecer a possibilidade de tirar as lições de sua própria existência e da história passada das lutas proletárias. (Bettelheim, 1979b, p.126)

2 A TÉCNICA COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO

Nesta revisão pretendemos, primeiro, trazer elementos que subsidiam a tese de não neutralidade da ciência, e como o desenvolvimento técnico no capitalismo cumpriu para a função de dominação do capital sobre o trabalho. Em seguida, discorreremos sobre a neutralidade da ciência na concepção da primazia do desenvolvimento das forças produtivas. Por fim, abordaremos a questão da divisão do trabalho e conexão com a concepção do Estado, de forma a subsidiar a questão teórica sobre a transição socialista.

Primeiramente, resgatamos como a tecnologia se situa nos escritos de Marx, e em especial em sua obra mais madura, *O Capital*. Para tanto, o estudo de Romero (2005) nos traz importantes considerações ao analisar a trajetória da concepção de tecnologia na obra de Marx, identificando como o entendimento da maquinaria se desenvolve na obra do fundador do marxismo, e que autores o influenciam, chegando à formulação do conceito de subsunção real. Esse conceito nos mostra como a relação trabalho-máquina se torna parte da relação trabalho-capital e assume importância crucial para entender o funcionamento do capitalismo e como a ciência é apropriada pelo capital no processo de sua valorização.

Segundo Romero (2005), Marx tem seu primeiro contato com a questão da relação entre máquina e trabalho a partir das considerações de Engels, em especial na obra *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em que este aponta a técnica e a ciência como armas nas mãos dos capitalistas, sendo métodos para forçar o fim de revoltas e greves operárias. Além disso, Engels aponta a maquinaria enquanto meio mais eficiente de economizar trabalho e, então, critica a divisão do trabalho como um desenvolvimento apenas unilateral do indivíduo. Marx aprofunda alguns dos pontos inicialmente levantados por Engels em *Miséria da Filosofia*, mas nesse momento ainda não havia elaborado o conceito de mais-valia nem de força de trabalho.

Na obra escrita em conjunto por Marx e Engels, o *Manifesto do Partido Comunista*, aparecem elementos sobre a categoria de subsunção, ao apontarem o caráter do trabalhador como um apêndice consciente da máquina. Ainda assim, o trabalho de aprofundar o entendimento dessa relação será feito apenas nos *Grundrisse*, com a formulação da categoria de mais-valia e traços essenciais da categoria de subsunção: a autonomização dos instrumentos de trabalho frente ao trabalhador e a perda do caráter de auto-atividade por parte do trabalho.

Por fim, Romero (2005) analisa os *Manuscritos de 1861-1863* (MES), em especial os cadernos V, XIX e XX que tratam da maquinaria, em que Marx segue seu aprofundamento e entende a diferenciação entre máquina e ferramenta. Os MES teriam sido um momento de transição, o laboratório teórico de Marx, em que, a partir de extensos estudos, o

formulador do materialismo histórico testa diferentes formas de relações e conceitos, até posteriormente colocá-los de forma sistemática n' *O Capital*, fruto de décadas de estudos e formulações.

Importante observação é a de que o acesso ao conjunto completo de obras marxistas que serviram de apoio à redação de *O Capital* só ocorreu após 1982, quando a MEGA ¹ termina as publicações da obra de Marx, sendo que, anteriormente, apenas alguns cadernos de pesquisa de Marx haviam sido publicados. Dessa forma, o acesso aos MES completos, em especial dos cadernos V, XIX e XX sobre as máquinas, só então foi disponibilizado, e tem até hoje um acesso muito restrito, uma vez que muitos dos cadernos só existem no original alemão, alguns com tradução para o russo.

O *Caderno tecnológico-histórico*, um caderno de estudos de Marx, escrito em 1851, também conhecido como B-56 dos Cadernos de Londres, mostra o método de estudo e as fontes de Marx para aprofundar sua concepção sobre a maquinaria. Como aponta Romero (2005), a lista vai desde o aprofundamento em estudos de economia (Torrens, Malthus, Senior, Prescott, Bastiat, J. Gray e vários outros), estudos da história da tecnologia, agronomia, até técnicas militares e armamentos. Nesse caderno Marx faz fichamentos de livros como *História da Tecnologia*, de J. H. M. Poppe, e *Contribuições à História das Invenções*, de Johann Beckmann, que seriam dois autores fundamentais no tema da técnica, e também do *Dicionário Técnico*, de A. Ure, este último que contribuiu de forma considerável para os conceitos depois elaborados por Marx sobre maquinaria nos *Manuscritos de 1861-1863*. Além desses, Marx se dedica ao estudo de cerca de 65 autores, em sua maioria tecnólogos, a fim de compreender o desenvolvimento da história da tecnologia.

Apesar de ser pouco considerado, o *Caderno tecnológico-histórico* foi diretamente utilizado em várias notas de *O Capital*, além de ter sido central para a redação do supracitado caderno XIX do MES. Nos *Manuscritos de 1861-1863* há dois aprofundamentos da análise de Marx, em que ele questiona, ao fim do caderno V, se "na maquinaria, em relação à manufatura, existe uma diferença qualitativa na redução relativa de trabalhadores ocupados ou se essa diferença é só de intensidade" (Romero, 2005, p.151). Essa diferenciação só se tornaria clara a partir de 1963, em que Marx faz releituras do *Caderno tecnológico-histórico* e dos *Grundrisse*. Assim, a partir do caderno XX, Marx desenvolve a ideia de que a constante expulsão de trabalhadores do processo de produção, a partir da inserção da maquinaria, também aparece como meio específico de aumentar a mais-valia (Romero, 2005).

O segundo aprofundamento, segundo Romero (2005), seria referente à explicação do processo de transição da manufatura para a maquinaria, especialmente no que se refere

¹ O projeto Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA) é a edição histórico-crítica das obras completas publicadas, dos manuscritos e da correspondência de Karl Marx e Friedrich Engels.

às mudanças no processo de trabalho e no princípio da divisão do trabalho na grande indústria. Nos MES, Marx perceberia que "ao lado do desenvolvimento da divisão do trabalho, o caráter do trabalho social também passa por uma profunda modificação, que não decorre da radicalização da divisão técnica do trabalho, mas de uma revolução da base material"(Romero, 2005, p.156).

Dessa forma, "à medida que as ferramentas são reunidas em um mesmo instrumento de trabalho – e isso se dá por meio da intervenção da técnica e da ciência no processo de trabalho junto com a expropriação do saber produtivo dos trabalhadores – temos o núcleo essencial do revolucionamento da base material"(Romero, 2005, p.156).

O entendimento desse desenvolvimento da teoria de Marx acerca da conformação das relações de produção capitalistas e o papel da maquinaria na passagem para a grande indústria se mostra importante para buscarmos alguns pontos de origem de concepções economicistas acerca das forças produtivas no processo de transição, que veremos posteriormente.

Portanto, a partir desses estudos e do aprofundamento de sua teoria, Marx destaca o caráter original do desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas em geral no capitalismo, rejeitando uma história universal da tecnologia. Ou seja, o desenvolvimento tecnológico não poderia ser ele próprio a determinação do movimento histórico, tendo suas etapas históricas explicadas a partir de novas descobertas e invenções, pois isso seria retirar o desenvolvimento tecnológico das formações sociais de cada época, colocá-lo para além da história (Romero, 2005).

Uma das constatações de Marx que ilustra bem a relevância da neutralidade da técnica é sua afirmação n'*O Capital*: "Poder-se-ia escrever toda uma história dos inventos que, a partir de 1830, surgiram apenas como armas do capital contra os motins operários"(Marx, 1988, p. 49 apud Romero, 2005, p. 15).

Um exemplo desse fenômeno é constatado na análise de Ferro (2021) da emergência do concreto armado no ramo de construção no final do século XIX. O concreto armado substitui a tecnologia da pedra e da madeira, com a função de reforçar a subordinação formal a fim de buscar a subordinação real na construção e a separação entre projeto e realização (ou concepção e execução). Num contexto em que o movimento operário, em especial o francês, que o autor analisa mais detidamente, é marcado por lutas sindicais emergentes dominadas pelo sindicalismo revolucionário, com papel importante dos trabalhadores de ofícios tradicionais da construção, o concreto armado surge para desarmar esses trabalhadores. A adoção do concreto armado "pressupõe conhecimentos concentrados no comando e prescrição detalhada, e toma o lugar de ofícios que estão na ponta da ofensiva operária"(Ferro, 2021, p. 61).

Assim, Ferro (2021) analisa que, no ramo de construção, as transformações e

impasses das relações de produção são o que determinam as alterações das forças produtivas:

Os enclaves de tecnologia monopolizável são os mais resistentes ao avanço da subordinação, o objetivo da prescrição mais detalhada. Por isso, no fim do século, assistimos à irrupção de novos materiais, não assumidos por esses ofícios, como não deixam de salientar praticamente todas as histórias da arquitetura moderna: em particular, o ferro e o concreto armado. Eles são as armas às quais o capital recorre para substituir as máquinas na instauração de um *ersatz* de subordinação real quando, como na construção, não é possível substituir a manufatura pela indústria. Os novos materiais desarmam os operários ao tomar o lugar dos materiais que fundamentam ofícios ainda alicerçados no saber-fazer tradicional (Ferro, 2021, p. 37).

Conforme Feenberg (2010), ao contrário do que defende a concepção de neutralidade da ciência da área da C&T (Ciência e Tecnologia), o progresso técnico não segue um caminho linear de avanço. O processo de mudanças tecnológicas, no passo em que o capitalista insere inovações no processo produtivo, tem o objetivo não apenas de buscar a acumulação de capital, mas também o controle do processo de trabalho no interior da empresa. As estruturas de poder que perpassam as escolhas técnicas não são determinadas meramente com a busca de eficiência, a partir de uma racionalidade positivista, mas os sistemas tecnológicos impõem a gerência técnica sobre seres humanos, de forma a manter relações sociais em que alguns controlam, enquanto outros são controlados.

Como analisa Marglin (1974), o progresso técnico que perpassou o desenvolvimento do sistema de produção de manufatura, sua passagem para o sistema industrial fabril e, portanto, o desenvolvimento do capitalismo até os dias atuais, não tem como fator determinante a superioridade de eficiência produtiva a partir de técnicas mais avançadas, mas essas técnicas foram adotadas por permitirem uma organização do trabalho, da produção e da reprodução que garantiria uma maior acumulação de capital para a classe dos capitalistas.

Como anteriormente mencionado, dois conceitos que Marx desenvolve n' *O Capital* são importantes para entender a transição da manufatura à grande indústria e como ela aprofunda a forma de exploração e dominação sobre os trabalhadores: o de subsunção formal e subsunção real. No primeiro momento ocorre a subsunção formal do trabalho ao capital, a partir da separação formal dos trabalhadores dos meios de produção. No segundo momento, ocorre a subsunção real do trabalho ao capital, em que os trabalhadores são desapropriados do conhecimento da totalidade do processo produtivo, e se tornam meros "apêndices da máquina" (Lazagna, 2005).

Segundo Magaline (1977), as formas de organização do trabalhador coletivo aparecem como o elo decisivo da transformação do sistema das forças produtivas sob a dominação

das relações de produção capitalistas. Durante todo o período manufatureiro, as máquinas não desempenharam senão o papel secundário que Adam Smith lhes atribui ao lado da divisão do trabalho. Sob a forma de capital fixo, a utilização produtiva dos resultados da atividade científica se torna possível, sob o controle do capitalista e de seus agentes. A composição técnica do capital tende a aumentar, o processo de acumulação capitalista se torna processo de acumulação de capital fixo, e o setor I torna-se o setor primordial do processo social de produção e de reprodução.

Assim, como afirmamos anteriormente, Marx aponta que o desenvolvimento do maquinismo é condicionado pela transformação da organização do processo de trabalho, e, como consequência, da dominação das relações de produção capitalistas sobre o processo de produção. Dessa forma, as relações de produção capitalistas se dissimulam por detrás de uma relação aparentemente "técnica", a relação entre o produtor e a máquina; e da "subordinação técnica" enquanto produto da dominação do capital sobre o processo de produção ("fetichismo") (Magaline, 1977).

Com o maquinismo, a contradição entre capital e trabalho assalariado, a subordinação do trabalho ao capital, torna-se uma condição material do processo de produção. No sistema de maquinaria automática, o meio de trabalho encontra-se transformado, até mesmo no seu valor de uso e na sua natureza física, num modo de existência correspondente ao capital fixo e ao capital em geral (Magaline, 1977).

As formas de trabalho socialmente evoluído também se opõe ao trabalhador (manufatura-divisão do trabalho; fábrica-trabalho social organizado na base do maquinismo), e são as próprias formas do desenvolvimento do capital e, por consequência, as forças produtivas que daí resultam - incluindo a ciência e as forças naturais (Magaline, 1977).

Marx sublinha que a escala é determinada em primeiro lugar pelo grau de concentração do capital: é a concentração de capital que dá lugar ao aparecimento da produção em larga escala, e não o inverso, mesmo se a produção em larga escala se torna mais tarde uma "necessidade técnica" para a valorização do capital. Uma definição científica do trabalho produtivo deveria, segundo Marx, partir "não das características materiais do trabalho, mas da forma social definida, das relações sociais de produção no interior das quais o trabalho se efetua". Uma das conclusões de Marx, segundo aponta Magaline (1977) é de que "as forças produtivas são determinadas na sua natureza e no seu tipo de desenvolvimento pelas relações de produção dominantes e pela luta de classes que essas relações condicionam" (Magaline, 1977, p. 57).

N' *O Capital*, Marx afirma que "o processo de produção capitalista considerado na sua continuidade, ou como reprodução, não produz portanto apenas mercadoria, nem apenas mais-valia; ele produz e eterniza a relação social entre capitalista e assalariado" (Magaline, 1977, p. 61). Assim, no modo de produção capitalista, a reprodução das relações de

produção passa de forma principal pela luta de classes na produção, luta de classes na qual a burguesia capitalista desempenha o papel dominante, e que se traduz pela alteração contínua da "técnica e da organização social do processo de trabalho", ou seja, pela revolucionarização contínua das forças produtivas (Magaline, 1977, p. 61).

Para Magaline (1977) a conclusão da análise do modo de produção capitalista em Marx é de que as relações de produção dominam as forças produtivas, ou mais precisamente: as relações de produção se materializam num sistema determinado de forças produtivas. Mas essa análise seria ainda inadequada e não poderia ser considerada senão como uma primeira etapa da análise.

Napoleoni (1981 apud Romero, 2005) argumenta que o capital impulsiona o desenvolvimento científico, contudo, esse desenvolvimento se limita a um tipo específico de ciência e ocorre somente em condições particulares. Não se trata de uma ciência abrangendo todo o conhecimento autônomo ou puro, abordando não apenas a ciência como entendimento abstrato da natureza, mas também a ciência em sua extensão prática, a tecnologia. Entretanto, essa ciência está agora dissociada do trabalho, existindo separadamente e privando os indivíduos do conhecimento, ao subordiná-los à entidade na qual a própria ciência está integrada (Napoleoni, 1981 apud Romero, 2005, p.194).

Assim, no capitalismo, a tecnologia assume uma categoria derivada do capital, destinada a manter a subsunção do processo de trabalho ao processo de valorização. Na subsunção formal, conforme discutido anteriormente, o capitalista não desempenhava um papel direto no processo de trabalho, mas exercia influência central nas esferas da circulação, onde se opunha principalmente ao trabalhador. No âmbito do processo de trabalho, a contradição entre capital e trabalho se manifestava na propriedade dos meios de produção, por se confrontarem como capital ao trabalhador. Com o advento do maquinismo, as condições de produção introduzem uma nova forma de submissão do trabalhador, agora sob a forma da técnica, alcançando sua "plena contradição" conforme apontou Marx (Romero, 2005).

Essa relação, portanto, não é mais apenas o confronto do capital no aspecto social e econômico, através da relação de propriedade jurídica dos meios de produção, mas se configura como uma intervenção material e direta no processo de trabalho por parte do capital. Subsume o trabalho não apenas no aspecto econômico, mas cria as forças produtivas típicas do capitalismo, do ponto de vista tecnológico. Isso impõe que os trabalhadores encontram esse processo cristalizado numa forma independente deles, ao qual devem se adaptar. Marx designa esse processo como o domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo (Romero, 2005).

Marglin (1974), em outra abordagem, busca entender o motivo pelo qual teria o produtor perdido controle da produção no curso do capitalismo, que circunstâncias teriam levado à existência de hierarquização no processo de trabalho na produção capitalista e

qual função social teria a hierarquia capitalista. O autor coloca em questão se a origem e função da hierarquia teria realmente relação com eficiência e se seria necessária para um alto padrão material de vida.

Marglin (1974) parte da premissa de que nenhum dos dois processos decisivos para retirar dos trabalhadores o controle do processo produtivo, a saber, o desenvolvimento da minuciosa divisão do trabalho que caracterizou o sistema "putting-out" ou doméstico da manufatura e o desenvolvimento da organização centralizada que caracteriza o sistema fabril, teriam se estabelecido por motivos de superioridade técnica. Apenas o crescimento subsequente na quantidade de produto teria obscurecido o interesse de classe na raiz dessas inovações, de forma que a função social da organização do trabalho hierarquizada seria a acumulação e não eficiência técnica.

Assim, para Marglin (1974), a divisão capitalista do trabalho, com a especialização na manufatura, teria sido responsável por garantir ao capitalista um papel essencial do processo de produção, como integrador dos esforços separados dos trabalhadores a fim de produzir para o mercado. Já a origem e o sucesso da fábrica em relação à manufatura seria não por sua superioridade tecnológica mas por substituir o controle do trabalhador sobre o seu tempo de trabalho e quantidade produzida, baseado nas suas preferências de consumo e lazer, pelo controle do capitalista, restando-lhe apenas a "opção" de trabalhar sob as condições oferecidas ou não trabalhar.

Segundo Marglin (1974), uma função social essencial da corporação é sua hierarquia mediar entre o produtor individual e a receita de mercado do produto da corporação, designando a porção para aumentar os meios de produção. Na ausência de um controle hierárquico da produção, a sociedade teria que conceber instituições igualitárias para a acumulação de capital ou se contentar com o nível de capital já acumulado.

Marglin (1974) considera que essa ênfase na acumulação foi responsável, em grande parte, pelo fracasso do socialismo de estilo soviético em ultrapassar e superar o mundo capitalista no desenvolvimento de formas igualitárias de organização do trabalho, levando os soviéticos a repetir a história do capitalismo, não de forma ingênua, mas de forma consciente, tendo em vista a necessidade de maior acumulação de capital para avançar na criação de instituições igualitárias, que não seriam realizadas da noite para o dia.

Se, então, conforme afirma Romero (2005), entendermos as forças produtivas como uma condição em que se tem a materialização das relações de produção, isto é, se entendermos que as relações de produção estão inscritas objetivamente nas forças produtivas, então está inscrita, na figura da máquina autocrática, ou seja, inclusive de um ponto de vista material, por meio do desenvolvimento de forças produtivas adequadas ao modo de produção especificamente capitalista, uma determinada relação de produção que pressupõe uma correspondente divisão do trabalho. Isso implica que se mantenha, de acordo com as próprias necessidades das condições de produção, uma separação fundamental entre

atividades de comando e de execução, se fazendo necessário que os próprios produtores sociais não tenham controle do mesmo processo (Romero, 2005, p. 205-206).

Dessa forma, para romper com essa situação, uma determinada correlação de forças no campo da produção precisa ser acompanhada de uma nova forma de concepção da técnica e da ciência. Para Marx, conforme analisa Mézsáros, o uso, ou seja, a necessidade legítima não seria, num sistema de produção socialista, determinado pelas restrições do tempo mínimo, ditada pelo lucro capitalista, mas o tempo dedicado à produção consciente e planejada de bens não transformáveis em mercadoria seria destinado a produção específica de acordo com sua utilidade social. Isso pressuporia uma orientação radicalmente diferente da ciência e da tecnologia (Mézsáros, 1996 apud Romero, 2005, p.207). Essa orientação deve considerar a tecnologia não apenas como um processo, o modo com que se produz, mas também entram em questão o que é produzido e para quem se produz.

2.1 O economicismo e o primado do desenvolvimento das forças produtivas

A visão que ignora o papel social da técnica na dominação do trabalho, é definida por vários nomes, como revisionista (em relação ao marxismo), reformista ou economicista, apropriacionista ou produtivista, mas consideramos que todas, em última instância, apontam para a primazia do desenvolvimento das forças produtivas a partir de uma visão de neutralidade da ciência, subordinando o lugar da luta de classes. Apesar de guardar algumas diferenças entre si nas abordagens, aqui afirmaremos essa concepção principalmente como economicista ou produtivista, uma vez que considera que o desenvolvimento das forças produtivas levaria naturalmente à possibilidade de transformação das relações sociais de produção.

Naves (2005a) levanta a problemática da própria concepção de socialismo que se tornou hegemônica, a partir do stalinismo, e aponta que a escola althusseriana e algumas correntes maoistas firmaram críticas à essa concepção sem, no entanto, conseguir abalar a "hegemonia" que essa concepção construiu no interior do marxismo. A concepção economicista herdada do stalinismo define o socialismo com base na estatização dos meios de produção por um Estado "operário" e na adoção do planejamento econômico, se apoiando na teoria do primado das forças produtivas como "motor" dos processos sociais e históricos. Para isso, a base técnico-material do processo de produção é considerada "neutra" em relação à luta de classes, ficando aberto o caminho para a reprodução das relações de produção capitalistas.

Para Naves (2005a), essa interpretação economicista do marxismo causa muitos danos, além de confusão teórica e política, e seria necessário compreendermos o significado da experiência histórica da transição socialista e as condições de ultrapassagem do capitalismo.

As concepções teóricas predominantes na II Internacional partiram de uma interpretação economicista do marxismo ao apontar o desenvolvimento autônomo das forças produtivas como principal fator da transição ao socialismo, uma vez que entrariam em contradição com a propriedade privada dos meios de produção, que seria a principal característica do modo de produção capitalista. Essas relações de propriedade seriam, então, o entrave para a socialização e crescimento das forças produtivas (Lazagna, 2005).

Essa interpretação desconsidera que a principal característica do modo de produção capitalista são as relações de produção que opõem o capital aos trabalhadores assalariados no processo de produção da mais-valia, e elas que condicionam o processo de reprodução do capital.

Essa visão foi defendida entre autores marxistas desde os anos 20, tornando-se especialmente predominante no movimento socialista europeu dos anos 1970 (Novaes; Dagnino, 2004).

Um texto que até hoje é uma grande referencia na obra de Marx, o *Prefácio de 1859 - Contribuição da Economia Política*, é também fruto de polêmicas acerca do economicismo que estaria ali presente. Para Lazagna (2002), neste texto o conceito de modo de produção se encontraria em uma forma reducionista, sendo melhor elaborado n' *O Capital*.

Ao contrário do que estabelecemos no início deste capítulo, e correspondente ao desenvolvimento da concepção de Marx acerca das forças produtivas, no *Prefácio*, as forças produtivas aparecem como se fossem o motor do desenvolvimento histórico, e o papel da luta de classes simplesmente não aparece, a exemplo do trecho:

Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves." (Marx, 1989, p.233 apud Lazagna, 2002, p.31)

Conforme vimos na análise de Romero (2005), somente nos *Manuscritos de 1861-1862* é que Marx melhor elabora conceitos sobre a maquinaria e a subsunção real. O MES foi pensado, originalmente, como uma continuação da *Contribuição da Economia Política* publicado em 1859.

No pequeno trecho supracitado, poderíamos dizer que a compreensão de Marx não considera ainda a subsunção real, de forma que as relações de produção são identificadas apenas com sua expressão jurídica, com o processo de subsunção formal.

No entanto, no debate teórico da IIa e IIIa Internacionais, essa problemática do *Prefácio* irá predominar. Ao considerar que há uma oposição mecânica entre relações de

produção e forças produtivas, sendo as últimas determinantes no processo de transformação de um modo de produção a outro, seria necessário acumular condições para ultrapassar as relações de produção. Assim, as relações de produção, vistas como meramente as relações de propriedade, seriam o que impediria o desenvolvimento pleno das forças produtivas, sendo que este desenvolvimento que seria o responsável por desencadear novas relações de produção (Lazagna, 2002).

Essa concepção da transição veria as relações de produção como um aspecto negativo do modo de produção capitalista, sendo contaminadas pela história e pelas variações políticas, enquanto que as forças produtivas são consideradas um núcleo ahistórico, não estando submetidas a variações da ordem social e sendo livres para um crescimento linear. Dessa forma, aparecem como um aspecto positivo à transição, a ciência e a técnica capitalistas são consideradas neutras e não contaminadas pelas contradições de classe do modo de produção capitalista (Lazagna, 2002).

Althusser (1999) observa que o texto do Prefácio é praticamente o único texto em que Marx apresenta os princípios fundamentais do materialismo histórico, razão pela qual se tornou um clássico. Esse texto teria sido retomado quase textualmente por Stalin no artigo *Materialismo dialético e materialismo histórico*, tendo se tornado um "manual" do marxismo.

Para Althusser (1999), o Prefácio é marcado por uma concepção hegeliana, e que é contestada em *O Capital*, de forma que, então, a unidade das forças produtivas com as relações de produção já não é mais pensada como uma relação de um conteúdo com a sua forma (como seria no hegelianismo); e a ênfase é colocada nas relações de produção, "cujo primado é afirmado sem contestação" (Althusser, 1999, p. 233).

Por fim, Althusser (1999) afirma que a interpretação economicista recairia na ideologia burguesa:

Compreende-se também a razão pela qual aqueles que têm interesse em disfarçar as relações de classe da divisão social do trabalho em relações "neutras" da pretensa "divisão técnica" do trabalho denunciada por qualquer teoria marxista interessam-se igualmente em considerar, por outro lado, as relações de produção capitalistas como simples relações de propriedade, simples relações jurídicas. Começamos a compreender que, entre uma interpretação "economicista-tecnicista" da divisão do trabalho e uma concepção jurídica das relações de produção, existe uma só e mesma unidade: a da ideologia burguesa da luta de classe capitalista (Althusser, 1999, p. 69).

A redução da concepção das relações de produção e das forças produtivas fetichiza e obscurece a principal contradição no modo de produção capitalista, a contradição capital-trabalho (Lazagna, 2002). Portanto, para sair desse reducionismo precisamos analisar as

relações de produção relacionando-as à divisão do trabalho especificamente capitalista para entender o processo de produção e reprodução destas relações e como transformá-las.

2.2 A divisão do trabalho e o Estado

2.2.1 A origem da divisão do trabalho

A divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual ocorreu desde as primeiras organizações em sociedades humanas, aparecendo inicialmente com a figura dos sacerdotes, que, ao deter conhecimentos da natureza, como padrões acerca do clima e das chuvas, que influenciavam a produção, bem como pela sua relação com as deidades, se tornaram mediadores da atividade produtiva. Em sociedades como a egípcia, os sacerdotes eram responsáveis por revelar planos para grandes construções como canais para abastecimento de água e templos que serviam como armazéns de grãos, de forma que os trabalhos públicos eram preparados e organizados, e a força de trabalho era dividida e administrada (Bahro, 1978; Engels; Marx, 2007).

Esse argumento é sustentado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, em que afirmam que "A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual." (Engels; Marx, 2007, p.35).

Nesse contexto, o trabalho espiritual é considerado vinculado ao pensamento, ao trabalho intelectual. Para eles, a maior divisão entre trabalho material e espiritual seria a separação entre cidade e campo, que teria começado com "a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação", mantendo-se por toda a história da civilização e até os dias atuais. Isso se daria pois, com a cidade e com a concentração populacional, surge a necessidade de administração, da organização comunitária (Engels; Marx, 2007, p.52).

Como afirma Bahro (1978), a primeira classe exploradora na história teria surgido a partir das necessidades dos processos de produção e reprodução, sendo mediados não pela produção de mercadorias e propriedade privada, mas pela cooperação em larga-escala e sua direção, e tem como exemplos clássicos a teocracia na Mesopotâmia e no Egito.

A partir de uma longa análise da conformação de uma classe exploradora desde a Antiguidade, Bahro (1978) argumenta que enquanto o trabalho ocupar todo ou quase todo o tempo da grande maioria, a sociedade estará necessariamente dividida em classes.

Para o autor, o avanço das forças produtivas, a difusão do comércio, o desenvolvimento do Estado e do direito e a fundação da arte e da ciência só foram possíveis através de uma maior divisão do trabalho, que tinha necessariamente na sua raiz a grande divisão do trabalho entre as massas preocupadas simplesmente com o trabalho manual e o pequeno número de pessoas privilegiadas que se dedicavam à gestão do trabalho, do comércio e dos

assuntos do Estado, ocupando-se mais tarde também com a arte e a ciência.

Dessa forma, teria sido necessário haver uma classe específica livre do trabalho propriamente dito, livre para se encarregar dos assuntos sociais comuns, e que nunca deixasse de sobrecarregar as massas trabalhadoras com mais trabalho para sua própria vantagem. Bahro (1978) conclui que, portanto, toda a força política depende originalmente de uma função social econômica.

Bahro (1978) afirma que a lei da divisão do trabalho está na raiz da divisão de classes, sendo mais antiga que a origem da propriedade privada. Dessa forma, mesmo que as classes vinculadas à propriedade privada forem destruídas ou tornadas impotentes, então o elemento anterior da divisão do trabalho mental e manual emerge mais uma vez como um fator autônomo de formação de classe, e o faz enquanto essa divisão do trabalho for reproduzida.

Assim, o poder viria principalmente do "conhecimento", não apenas acerca da natureza, mas também acerca da própria sociedade. Para entender o motivo pelo qual esse "conhecimento", quando governa, é sempre organizado como uma hierarquia burocrática com a tendência de ter uma cúpula despótica, seria necessário, para Bahro (1978), explicações mais elaboradas. Apesar dessa ressalva, sua afirmação central é que o domínio dos trabalhadores intelectuais seria uma das realidades históricas mais antigas e que estaria longe de ser superada.

Isso implica que, mesmo após uma revolução proletária, o novo Estado formado, se não buscasse abolir progressivamente a divisão do trabalho, poderia recair em alguma forma de exploração das massas.

Assim, ele afirma que a situação é exatamente aquela que Marx sempre assumiu: que o socialismo como movimento material só poderia progredir em sincronia com a abolição da divisão tradicional do trabalho. Só poderia ser a prática dos próprios produtores (e consumidores), nunca de uma liderança política separada deles (Bahro, 1978).

Bahro (1978) escreve em 1977, analisando o "socialismo atualmente existente", os processos de planificação e burocratização, e aponta justamente para o risco do Estado se tornar um novo explorador após a revolução. Longe de afirmar como certo o retorno ao capitalismo na experiência socialista no leste europeu e na União Soviética, ele procura analisar o estado real das coisas a época em que escreve, buscando apontar soluções para o avanço da experiência socialista. Para ele, o Estado representava a superestrutura ativa da divisão de trabalho, a forma da organização social de forma geral, segundo um modelo intelectual e informacional. O Estado no "socialismo atualmente existente" operava de acordo com a divisão do trabalho, refletindo a estrutura do processo de reprodução social em diferentes níveis e ramos.

2.2.2 A Comuna de Paris e o Estado de transição

Mas a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos (Marx, 2021, p. 56)

Ao abordar a divisão entre trabalho manual e intelectual, identificamos elementos primordiais dessa dicotomia já nos tempos da Antiguidade, quando um Estado administrava as grandes produções. A distinção entre o trabalho de concepção e execução já estava presente nesse contexto, embora, no capitalismo assumia formas específicas por meio da separação dos trabalhadores dos meios de produção e de seu conhecimento no processo produtivo.

Essa separação entre o trabalho intelectual e manual, assim como entre a concepção e execução, encontra uma expressão particular no Estado. Não é por acaso que Marx examine o Estado e sua burocracia como formas de opressão das massas, tema que aparece em sua análise da experiência da Comuna de Paris. Em sua descrição do Estado francês à época da Comuna, Marx diz:

O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura - órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão do trabalho - tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao serviço da nascente sociedade burguesa como uma arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. [...] Durante os regimes subsequentes, o governo, colocado sob controle parlamentar - isto é, sob o controle direto das classes possidentes -, não apenas se tornou um viveiro de enormes dívidas nacionais e de impostos esmagadores; [...] mas o seu caráter político mudou simultaneamente com as mudanças econômicas da sociedade. No mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder do Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravidão social, de uma máquina de despotismo de classe (Marx, 2021, p. 56-57).

Ao compreender a Comuna de Paris como um evento real, Marx extrai lições significativas que têm relevância em suas formulações sobre a transição. Segundo Bahro (1978), as observações de Marx sobre a Comuna de Paris estão diretamente ligadas à questão da transição, e não ao comunismo em si, considerado como o objetivo final a ser alcançado.

Maciel (2011) aponta a importância dos escritos da Comuna de Paris na elaboração teórica de Marx:

Na terceira parte [do texto *Guerra Civil na França*], encontra-se o núcleo da formulação de Marx sobre a novidade histórica representada pela Comuna e seu caráter fundamentalmente revolucionário. Nessa operação, Marx revela de forma explícita um dos elementos estruturantes de seu método científico, de acordo com o qual as categorias e conceitos devem emergir dos fenômenos concretos, historicamente constituídos e, portanto, diretamente determinados pelo movimento do real para possuírem eficácia explicativa (Maciel, 2011, p. 159).

A abordagem da questão da burocracia estatal e sua superação tornam-se relevantes devido aos elementos vinculados à divisão do trabalho, como apontamos na seção anterior. O tema da burocracia estatal foi alvo de preocupações dos líderes das revoluções soviética e chinesa, como Lenin e Mao, durante o curso da revolução, especialmente em seus primeiros anos, diante do risco que consideravam de uma restauração capitalista.

O desenvolvimento da burocracia estatal nas experiências de transição emergia como uma ameaça ao exercício do poder proletário, especialmente diante da possibilidade de se tornar um novo agente explorador dos trabalhadores. Essa ameaça se materializava a partir da estatização dos meios de produção, conferindo à burocracia estatal o poder de decisão sobre a alocação desses meios, o que poderia comprometer a autonomia do exercício de poder pelos trabalhadores. Uma estratégia adotada, por exemplo, no Estado soviético e defendida por Lenin para afirmar o poder dos trabalhadores, foi a inclusão dos operários no aparato estatal, uma abordagem a qual retornaremos posteriormente.

No entanto, em geral, nas experiências de transição socialista, o poder dos trabalhadores sobre os meios de produção se dava de maneira indireta, com o Estado atuando como representante dos trabalhadores, seja dos operários ou de "todo o povo", conforme será posteriormente afirmado tanto no regime soviético a partir de Stalin quanto no chinês após Mao. Diante desse contexto, surge a indagação: como garantir que o poder seja efetivamente exercido pelos trabalhadores?

Nesse ponto, a Comuna de Paris trazia algumas respostas e que são sintetizadas por Marx. Ele a apresenta como um exemplo de tomada revolucionária do poder, marcada pela abolição do Estado preexistente e pela instauração de um novo sistema de poder. Nesse novo modelo, uma parcela das tarefas administrativas, conduzidas pela burocracia, é eliminada, e para as tarefas necessárias é adotado o método de eleição de delegados pelo sufrágio universal para todos os cargos, sujeitos à possível destituição pelos eleitores, conferindo a responsabilidade e a revogabilidade de todos os mandatos. Além disso, é estabelecido o critério de que os delegados eleitos recebam uma remuneração equivalente ao salário operário. Essa abordagem incorpora medidas que dificultam o desenvolvimento de uma burocracia estatal autônoma, não submissa às massas, e prevenindo o surgimento de uma casta privilegiada na administração.

Dessa forma, Marx aponta que as tarefas de administração não seriam tarefas complexas que só poderiam ser exercidas por uma casta detentora de conhecimentos sofisticados sobre a administração pública, e que poderia ser exercido pelos trabalhadores:

Cai a ilusão de que a administração e o governo político seriam mistérios, funções transcendentais a serem confiadas apenas a uma casta de iniciados – parasitas estatais, sicofantas ricamente remunerados e sinecuristas ocupando altos postos, absorvendo a inteligência das massas e voltando-as contra si mesmas nos estratos mais baixos da hierarquia. Elimina-se a hierarquia estatal de cima para baixo e substituem-se os arrogantes senhores do povo por servidores sempre removíveis, uma responsabilidade de mentira por uma responsabilidade real, uma vez que eles passam a agir continuamente sob supervisão pública. [...] Toda a fraude dos mistérios e pretensões do Estado foi eliminada por uma Comuna que consistia em sua maior parte de simples trabalhadores organizando a defesa de Paris, fazendo a guerra contra os pretorianos de Bonaparte, assegurando o abastecimento dessa imensa cidade, preenchendo todos os postos até então divididos entre governo, polícia e prefeitura, executando seu trabalho publicamente, de maneira simples, sob as circunstâncias mais difíceis e complicadas, [...] Fazendo das funções públicas – militares, administrativas, políticas – funções de trabalhadores reais em vez de atributos ocultos de uma casta treinada; (mantendo a ordem na turbulência da guerra civil e da revolução) (implementando medidas de recuperação geral). Quaisquer que sejam os méritos das medidas singulares da Comuna, sua mais formidável medida foi sua própria organização, improvisada no momento em que em uma porta estava o inimigo estrangeiro e em outra o inimigo de classe, provando com sua vida sua vitalidade, confirmando sua teoria com sua ação (Marx, 2011, p. 130)

No entanto, Maciel (2011) faz uma ressalva quanto até que ponto poderia ser caracterizada a experiência da Comuna de Paris como ditadura do proletariado:

(...) à primeira vista, [as próprias expressões de Marx] parecem aproximar o caráter da Comuna de Paris ao conceito de ditadura do proletariado. Para Marx, entretanto, esta foi apenas um passo inicial nessa direção, sem constituir-se enquanto tal, por ter sido abortada pela violência contrarrevolucionária. A verdadeira inversão na relação entre Estado e sociedade promovida pela Comuna, seu caráter radicalmente democrático e seu conteúdo social proletário permitem sua caracterização como uma experiência de ditadura do proletariado, ou seja, como a forma política da transição do capitalismo ao comunismo, como por diversas vezes Marx definiu este conceito. No entanto, um fato incontornável é que Marx nunca chamou a Comuna de Paris por este nome.

Aqui avançamos a hipótese de que Marx nunca conceituou a Comuna de Paris como ditadura do proletariado por que ela pouco avançou no processo de expropriação do capital, de “socialização

dos meios de produção”, apesar da ruptura que realizou em relação ao Estado burguês e da novidade histórica que representou enquanto forma política do governo dos trabalhadores, enquanto radical socialização da política, abolindo a divisão entre governantes e governados (Maciel, 2011, p. 152).

Ainda que a Comuna tenha adotado medidas aparentemente avançadas logo após a tomada revolucionária do poder, é importante ressaltarmos que Marx concebia ali ainda um momento de transição, e que este seria longo:

As classes trabalhadoras sabem que têm de passar por diferentes fases da luta de classe. Sabem que a substituição das condições econômicas da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o trabalho progressivo do tempo (essa transformação econômica), que isso requer não apenas uma mudança da distribuição, mas uma nova organização da produção – ou, antes, requer a liberação (desobstrução) das formas sociais de produção no atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual), libertando-as dos grilhões da escravidão, de seu atual caráter de classe – e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e internacional. Elas sabem que essa obra de regeneração será continuamente atrasada e impedida pela resistência de direitos adquiridos e egoísmos de classe. Elas sabem que a atual “ação espontânea das leis naturais do capital e da propriedade fundiária” só pode dar lugar à “ação espontânea das leis da economia social do trabalho livre e associado” mediante um longo processo de desenvolvimento de novas condições, tal como ocorreu com a “ação espontânea das leis econômicas da escravidão” e com a “ação espontânea das leis econômicas da servidão”. Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela forma comunal de organização política e que é chegada a hora de iniciar esse movimento para elas mesmas e para o gênero humano (Marx, 2011, p. 131-132).

Os estudos de Marx sobre a experiência da Comuna de Paris apontam que, para Marx, o Estado-comuna materializava um novo tipo de poder socializado, no entanto encontrava-se ainda em desajuste com a economia, que era ainda capitalista, e não havia sido transformada. Para realizar efetivamente esse poder político socializado seria necessário ainda a socialização da economia, tarefa que a Comuna não teve tempo de se aprofundar ao ser rapidamente interrompida (Lazagna, 2017b, p. 158)

Assim, é necessário buscar a relação entre o produtor direto detendo poder frente à produção nas unidades de produção, bem como a gestão do conjunto que conformará as administrações locais e nacional, conferindo unidade aos processos de produção e distribuição.

Conforme aponta Boito Jr. (2011), a Comuna traz um elemento que não costuma ser pensado como parte integrante do projeto socialista, como já apontamos em nossas

críticas à concepção economicista do socialismo. Para Boito Jr. (2011), a Comuna cria uma democracia de novo tipo, que Lenin chama de "semi-Estado", sendo essa democracia parte integrante e incontornável do socialismo. Esse novo tipo de democracia representaria "uma socialização do poder político que, como tal, possibilita e induz a socialização dos meios de produção (a política e a economia devem ser vistas, nesse caso, como faces de uma mesma moeda)", mesmo que os dirigentes da Comuna não tivessem total consciência do fato (Boito Jr., 2011).

As medidas políticas adotadas pela Comuna, elencadas anteriormente, combinavam democracia representativa com democracia direta, e representava o início do processo de extinção da burocracia e do próprio aparelho de Estado, enquanto aparelho especial colocado acima da sociedade (Boito Jr., 2011).

Para Boito Jr. (2011) essa questão é pertinente numa teoria da transição ao socialismo, uma vez que esse aparelho de Estado seria um obstáculo intransponível à socialização dos meios de produção: "A burocracia de Estado tenderia a converter sua autoridade e influência política em vantagens materiais, expropriando os trabalhadores manuais dos meios de produção que esses procuram socializar. Sua destruição pela Comuna de Paris e o início do processo de extinção do Estado em geral removeu esse obstáculo e, ao mesmo tempo, estimulou uma política que esboçou um processo de socialização dos meios de produção (Boito Jr., 2011)".

Apesar da limitação que a Comuna teve na concretização do processo de socialização, Boito Jr. (2011) aponta que esse esboço evidenciou a tendência à socialização da economia, que foi visualizada por Marx, fornecendo-o uma "chave teórica".

Essa tendência apareceu na política da "Comissão Ministerial" do Trabalho e da Troca de colocar a produção sob controle das associações operárias (cooperativas operárias e sindicatos), uma socialização pela via de "sindicalização dos meios de produção", como definido pelo historiador Jacques Rougerie. A "sindicalização dos meios de produção" foi reivindicada por todas as associações cooperativas e sindicais (como as associações de encadernadores, alfaiates, sapateiros, trabalhadores do sebo, trabalhadores do couro e de peles), para que o Conselho da Comuna entregasse o trabalho de que dispunha para essas organizações. Essas propostas operárias foram acolhidas pela Comissão do Trabalho da Comuna. Assim, parecia haver uma concepção predominante de que, com o respaldo político e financeiro do Conselho da Comuna, as associações operárias conseguiriam implementar de maneira gradual a socialização dos meios de produção (Boito Jr., 2011).

Também foi dada a autorização às Câmaras Sindicais para organizar os operários para retomarem a produção nas fábricas abandonadas por capitalistas que fugiam para Versalhes. Isso foi visto pelas associações operárias como o início do processo de implantação do socialismo. No entanto, apesar de alguns sindicatos terem feito o levantamento das oficinas abandonadas, a Comissão de Investigação e Organização do Trabalho concluiu as

formalidades de processo de constituição em 18 de maio de 1871, pouco antes da Comuna de Paris ser massacrada (Boito Jr., 2011).

Boito Jr. (2011) conclui que é possível "fundamentar teoricamente e detectar empiricamente a existência de uma tendência da Comuna para dirigir um processo de transição ao socialismo, completando a obra de socialização do poder político com a obra de socialização dos meios de produção.". Da mesma forma, seria possível também afirmar que a tendência era que as organizações da Comuna tomassem cada vez mais consciência do processo que estavam inventando, confirmando a ideia de que a Comuna de Paris trazia em si o socialismo.

2.2.3 As relações sociais na transição

A exposição anterior serve para afirmamos uma determinada concepção acerca do socialismo, enquanto processo de transição ao comunismo e quais seus principais elementos, a fim de separar da distorção que o termo socialismo sofreu para buscar se justificar nas experiências de transição. Assim, assumimos as concepções aqui colocadas para podermos separar os temas de interesse na análise do debate e das diferentes concepções por trás deles que orientaram as experiências soviética e chinesa.

No debate entre Sweezy e Bettelheim entre 1968 e 1970, Sweezy defende a tese da restauração do capitalismo nas formações sociais do leste europeu. Entre seus argumentos, Sweezy critica a identificação entre socialismo e estatização dos meios de produção. No entanto Sweezy considera que o socialismo seria "uma sociedade que substitui o automatismo cego por um controle racional", definindo o socialismo nos termos de uma oposição entre planificação central pelo Estado e mercado. Dessa forma, "para Sweezy a restauração do capitalismo se assenta na expansão das relações mercantis, nas formas de organização das empresas, dirigidas por pequenos grupos e no aumento dos incentivos materiais aos trabalhadores"(Lazagna, 2017b, p. 149), o que, de acordo com Lazagna (2017b), subordinaria a análise do desenvolvimento das relações de exploração capitalistas ao desenvolvimento do mercado.

Bettelheim, apesar de concordar com a crítica de Sweezy referente à identificação entre socialismo e estatização e a ocorrência de uma restauração capitalista em países do leste europeu, considera que seus argumentos são secundários e que o fator decisivo seria a perda do controle do poder político pelo proletariado para uma nova burguesia de Estado. Considera que a análise deveria partir das relações de classe e da existência de uma burguesia detendo a propriedade coletiva dos meios de produção – e não das relações de mercado (Lazagna, 2017b). Bettelheim argumenta que a oposição entre plano e mercado não seria a oposição central que definiria se uma formação social seria socialista ou capitalista, mas um dos efeitos da relação de classes (Sweezy; Bettelheim, 1971).

Bettelheim considera que o Estado soviético já teria se conformado como uma nova

classe dominante e exploradora. Para isso, estabelece alguns critérios a fim de sustentar essa afirmação:

O domínio dos trabalhadores sobre as suas condições de existência exige, antes de mais nada, que o antigo aparelho de Estado seja destruído e substituído por um aparelho radicalmente diferente. Se o novo aparelho de Estado é semelhante, no essencial, ao antigo, só poderá assegurar a reprodução das mesmas relações sociais. O conteúdo fundamental da diferença entre um aparelho de Estado proletário e um aparelho de Estado burguês é a não-separação do aparelho de Estado proletário em relação às massas, a sua subordinação a estas, portanto, o desaparecimento daquilo a que Lenine chamava "um Estado no sentido próprio" e a sua substituição pelo "proletariado organizado em classe dominante" (Bettelheim, 1971).

Seguindo seus critérios, o aparelho de Estado soviético teria, já nos anos 60, perdido o seu caráter proletário e gerado uma burguesia de estado. As condições para isso seriam um Estado separado das massas que detém os meios de produção, e não submetido ao controle de um partido ligado às massas, que as ajude a lutar pelo controle do emprego dos meios de produção. Essa estrutura de relações reproduziu a separação dos produtores diretos de seus meios de produção, e com a combinação das forças de trabalho e dos meios de produção se realizando através de uma relação salarial, significaria que as relações de produção são capitalistas. Dessa forma, os que ocupam postos de direção nos aparelhos de Estado se constituem como um capitalista coletivo, ou uma burguesia de Estado (Bettelheim, 1971).

Isso decorre de que, à medida que o aparelho de Estado se separa das massas e é colocado acima delas, e o partido dirigente, ao invés de lutar contra essa situação, contribui para a reforçar, se reuniram as condições objetivas para que se reproduzam relações políticas de opressão, no interior das quais se podem também reproduzir relações de exploração. Ele exemplifica a existência dessa exploração na situação em que um sobretrabalho é imposto aos produtores diretos pelos não-produtores, ou seja, a burocracia estatal, e quando a utilização do produto desse sobretrabalho não é controlado pelos produtores, mas decidido à margem deles, mesmo que seja através de um plano econômico (Sweezy; Bettelheim, 1971).

Segundo Bettelheim, "todas as vezes que as lutas proletárias de classe atingem uma certa intensidade, o proletariado encontra por si mesmo formas de organização de massa que Marx e Lenin mostraram corresponderem ao papel revolucionário do proletariado: estas formas de organização são as da Comuna de Paris, dos Sovietes de 1905 e de 1917, dos Comitês Revolucionários num grande número de países e nomeadamente na China durante a revolução cultural" (Sweezy; Bettelheim, 1971).

No entanto, Bettelheim (1971) afirma que "seria dogmático e formalista tentar propor um critério abstrato e isolado do caráter proletário do Estado sem tomar em consideração as condições históricas concretas e, particularmente, a natureza das relações entre o Estado e o partido dirigente, as características deste partido e o sentido em que se dirige a sua ação (Bettelheim, 1971)"

Dessa forma, analisa que a experiência histórica mostrava que, por conta das relações ideológicas dominantes, resultantes de séculos de opressão e de exploração, se perpetua uma divisão social do trabalho que não pode ser imediatamente revolucionarizada. As formas políticas que possibilitam que os produtores diretos se organizem como classe dominante tendem, naturalmente, a evoluir no sentido de uma "autonomização" dos órgãos do poder. Isso significaria uma nova separação entre as massas e o Estado, resultando na reconstituição de relações políticas opressivas e de relações econômicas exploratórias. Portanto, ao longo de todo o período de transição, ocorre uma luta entre duas direções: a via socialista e a via capitalista (Bettelheim, 1971).

A via seguida por uma formação social seria sempre um produto da luta de classes. Conforme os critérios que busca estabelecer Bettelheim (1971), uma formação social em transição que segue a via socialista estaria "empenhada num processo de transformação revolucionária que permite às massas trabalhadoras dominarem cada vez mais as suas condições de existência, ou seja, libertarem-se cada vez mais"(Bettelheim, 1971).

A via capitalista de uma formação social seria caracterizada por submeter "cada vez mais as massas trabalhadoras às exigências de um processo de reprodução que elas não controlam e que, em última análise, só pode portanto servir os interesses de uma minoria, a minoria que utiliza o aparelho de Estado para estabelecer e consolidar as condições da sua própria dominação"(Bettelheim, 1971).

Para o autor, "nas condições de estatização dos meios de produção, o local privilegiado de constituição ou de reconstituição das forças sociais burguesas é o próprio aparelho de Estado, as cúpulas do partido dirigente e as dos aparelhos ideológicos e econômicos"(Bettelheim, 1971). Isso ocorreria mesmo que essas forças burguesas não pertencessem à antiga burguesia, e ainda que não estejam conscientes do fato de que a linha política que defendem conduziria à perda do poder pelo proletariado.

Ao buscar formular uma teoria da transição, a corrente althusseriana considerou alguns pontos de delimitação do objeto específico dessa teoria. Segundo Lazagna (2017b), três pontos importantes foram oferecidos pelas formulações de Bettelheim e Balibar: 1) a gênese de cada um dos elementos de um novo modo de produção não configuraria o processo de transição para esse modo de produção; não podendo ser objeto específico da teoria da transição; 2) a teoria do começo ou início, é dada a partir de uma ruptura revolucionária e corresponde à fase inicial da formação da estrutura do novo modo de produção; 3) a teoria da transição implica a análise não apenas do início da transição, mas

das suas fases subsequentes.

Um conceito fundamental é o conceito de posse, como proposto por Bettelheim, ou de apropriação real, como aparece para Balibar, dos produtores sobre os meios de produção. Esse conceito permite a ruptura com a concepção economicista que identifica o socialismo com a estatização dos meios de produção por um Estado proletário, acompanhado do planejamento socialista da economia. O conceito, presente nas análises de Bettelheim e Balibar "permite pensar a transição socialista como o desenvolvimento da socialização efetiva do poder político e da economia pelo proletariado" ao invés de a considerar condicionado a um desenvolvimento das forças produtivas superior ao do capitalismo, como apontaria as visões economicistas (Lazagna, 2017b, p. 120).

A ideia da defasagem da estrutura econômica em relação à estrutura jurídico-política é outra tese importante para analisar as sociedades de transição. A revolução política implica a destruição da estrutura jurídico-política que corresponde às relações econômicas de produção vigentes. Isso resulta em que a constituição de uma nova estrutura jurídico-política se encontra, em defasagem, por antecipação, às relações de produção que ainda vigoram. A nova estrutura jurídico-política é uma condição necessária para a transformação das relações de produção, mas não é suficiente. As novas relações de produção viabilizarão o desenvolvimento de novas forças produtivas, o que reestabelecerá, enfim, a relação de correspondência entre a estrutura econômica e estrutura jurídico-política. Assim "o desenvolvimento de novas forças produtivas e o surgimento de uma nova técnica produtiva dependem da transformação das relações sociais iniciada pela revolução política" (Lazagna, 2017b, p. 130-132).

O período de transição socialista pode, portanto, ser caracterizado por uma relação de não correspondência entre a estrutura jurídico-política e a estrutura econômica. Conforme apontado por Bettelheim (1975), citando Engels em *Anti-Dühring*, a estatização dos meios de produção após a tomada do poder não é a solução, mas apresenta os meios formais, a chave para a solução. Segundo Bettelheim (1975), essa seria uma primeira etapa para o processo de socialização dos meios de produção, em que o Estado controlado pelo proletariado toma posse dos meios de produção em nome da sociedade, o que é diferente de ser a sociedade em si tomando posse dos meios de produção, uma confusão comum nas ideias economicistas que apresentam o estatismo como a apropriação de todo o povo dos meios de produção.

Dessa forma, ressalta a importância da distinção entre estatização e socialização, sendo a primeira os atos jurídicos de apropriação, enquanto que a socialização implica a capacidade da sociedade de contabilizar e distribuir os meios de produção e seus produtos (Bettelheim, 1975). Dessa forma, a propriedade estatal dos meios de produção seria, para Bettelheim, um sintoma de que as relações de produção não foram ainda completamente revolucionadas e que novas forças produtivas ainda não surgiram (Lazagna, 2017b).

Bettelheim (1975) diferencia o problema da correspondência maior ou menor entre a autoridade jurídica de dispor dos meios de produção e a efetiva capacidade de fazê-lo, que passaria pelo Estado fazê-lo em nome da sociedade primeiramente, e posteriormente sendo necessário que a sociedade em si efetivamente possa possuir os meios de produção:

A propriedade estatal é uma condição necessária para a socialização no plano do Estado (que ainda não é a socialização diretamente no plano da sociedade), mas não é, por si só, uma condição suficiente. Para que possa haver socialização no plano do Estado, este deve ter a capacidade de dispor efetiva e eficientemente dos meios de produção e de seus produtos. Sem essa capacidade, temos nacionalização sem socialização. Tal capacidade resulta de um desenvolvimento histórico, está ligada ao desenvolvimento real das forças produtivas (que incluem os próprios homens e o nível de seu conhecimento) e à transformação correlativa das relações de produção (Bettelheim, 1975, p. 44, tradução nossa).

Portanto, entendemos que se a transformação das relações sociais de produção, que condiz a quem de fato está no controle da disposição dos meios de produção, ou seja, do que e como produzir, não for levada em conta na transição, e se, pelo contrário, apenas o desenvolvimento das forças produtivas, e o processo de acumulação for priorizado, a tendência é a reprodução das relações capitalistas herdadas do período anterior, mesmo que detenha outra aparência. Ou seja, sem o progressivo processo de transformação das relações de produção, ainda que não seja de forma linear, com a vitória da via socialista nas lutas da transição, abre-se as portas para a restauração do capitalismo, ou, de outra forma, a uma forma renovada de capitalismo, como o capitalismo de Estado.

Concluimos essa seção com uma citação de Althusser (1999) que resume o problema que levantamos:

Compreende-se também que o destino de qualquer luta de classes, inclusive o destino de uma luta de classe revolucionária vitoriosa, dependa, no final das contas, de uma justa concepção das relações de produção. Para “construir o socialismo”, é necessário criar novas relações de produção que eliminem realmente os efeitos de exploração das antigas relações de produção e todos os seus efeitos de classe. A construção do socialismo não pode, portanto, se pautar por fórmulas puramente jurídicas: propriedade dos meios de produção + melhor organização técnica do processo de trabalho. No limite, essas são fórmulas que, se não forem seriamente criticadas e retificadas, e muito rapidamente, correm o risco de permanecer presas na ideologia economicista-tecnicista-jurídica-humanista-burguesa do trabalho. Qualquer mal-entendido sobre essas fórmulas e sua implacável lógica prejudica, objetivamente, a causa da revolução e da construção do socialismo (Althusser, 1999, p. 69).

3 O DEBATE TEÓRICO SOBRE A TÉCNICA NAS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO: O DEBATE SOVIÉTICO E O DEBATE CHINÊS

Conforme afirmamos no final do capítulo anterior, após a consolidação de uma revolução socialista, segue uma luta de classes permanente na transição do sistema capitalista, em especial na transição do modo de produção capitalista para um modo de produção que seja dominado pelos trabalhadores e que almeja o fim da sociedade de classes. Um dos maiores riscos que se corre é a burocratização, em que a representação dos trabalhadores no Estado passa a exercer uma nova forma de dominação, uma que alguns classificam como a criação de uma nova burguesia, ou uma burguesia de Estado. A burocratização foi assunto de preocupação nos debates da transição socialista, estando presente nas formulações do Partido Comunista Chinês (PCCh), nos escritos de Lenin, de Mao e de diversos líderes revolucionários.

Com a ocorrência das revoluções socialistas em sociedades atrasadas do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo, uma das preocupações centrais era o desenvolvimento das forças produtivas, de forma a promover as bases econômicas da sustentação material da população. Junto a isso, as pressões externas do imperialismo e seu intento de liquidar as experiências revolucionárias impôs a demanda de competitividade, tanto no desenvolvimento militar e de defesa, quanto na satisfação da demanda das massas de melhores padrões de vida, equiparados aos dos países de capitalismo avançado.

Dessa forma, a burocratização e, muitas vezes, a restrição de participação democrática das massas, foi imposta a fim de cumprir com o objetivo prioritário do desenvolvimento das forças produtivas para sustentar a transição socialista. Em diversos casos, como na URSS, houveram medidas de recuo readotando políticas mercantis e fazendo concessões à burguesia, que se propunham ser temporárias, como afirmado por Lenin, mas que acabaram se consolidando e posteriormente sendo defendidas à luz de determinadas argumentações políticas e teóricas. Os embates teóricos que se colocaram nos partidos comunistas sobre o rumo da revolução nem sempre se apresentavam de formas claras enquanto processo de luta de classes.

Buscamos relacionar em nossa pesquisa o debate da transição em torno do primado do desenvolvimento das forças produtivas e o primado das relações de produção, considerando que a primeira se baseia numa concepção de neutralidade da ciência, conforme argumentamos no capítulo anterior. Dessa forma, veremos como esses temas se apresentaram no debate entre comunistas, em especial entre soviéticos e chineses.

Althusser (1999) considerava essa questão tão relevante para a história do movimento comunista, que seria possível contá-la, a partir da resposta dada a essa pergunta:

Constata-se que, na história do Movimento operário marxista, esse famoso e infeliz "Prefácio" de 1859 constituiu, para alguns, a Lei e os Profetas, enquanto outros o deixaram completamente de lado. Dito por outras palavras, seria possível escrever a História do Movimento operário marxista considerando a resposta que foi dada à pergunta: na unidade Forças produtivas/Relações de produção, qual é o elemento a que deve ser dado, teórica e politicamente, o *primado*? (Almeida, 2023, p. 233)

Para o autor, os líderes da II Internacional, Bernstein e Kautsky, e também Stalin teriam respondido, através de textos e atos, que deve-se dar o primado às forças produtivas. Enquanto outros, como Lenin e Mao, teriam respondido, também em textos e atos, que o primado deve se dar às relações de produção.

Tivesse sido levado ao pé da letra a frase do Prefácio que "uma formação social nunca desaparece antes que tenham sido desenvolvidas todas as forças produtivas que ela é capaz de conter, e novas relações de produção nunca tomam o lugar das antigas antes que suas condições materiais tenham amadurecido-desabrochado na antiga sociedade", não teria sido possível conceber a realização de uma revolução socialista na Rússia e na China, com seu pouco desenvolvimento das forças produtivas (Althusser, 1999, p. 234). Ainda assim, foram nesses países, assim como em outros países "atrasados", e não nos países de capitalismo desenvolvido, que se realizou a revolução, e então, o relativo baixo desenvolvimento das forças produtivas teria que ser resolvido pela revolução.

3.1 O debate soviético

Para analisarmos o debate soviético acerca do papel da técnica na transição, retornaremos a uma análise de Lenin, buscando identificar sua concepção acerca da apropriação da técnica e o papel do desenvolvimento das forças produtivas na transição na União Soviética.

Lenin, em relação à transição entre o capitalismo e o comunismo enfatiza a luta entre os resquícios do capitalismo e os elementos nascentes do comunismo, que marcariam a fase do socialismo:

Teoricamente, não há dúvida de que um certo período de transição se situa entre o capitalismo e o comunismo. Deve forçosamente reunir os traços ou particularidades próprias a essas duas estruturas econômicas da sociedade. Este período transitório não pode deixar de constituir uma fase de luta entre a agonia do capitalismo e o nascimento do comunismo, ou, em outros termos, entre o capitalismo derrotado mas não aniquilado, e o comunismo já nascido porém ainda muito débil (Lenin apud Bettelheim, 1979, p.124)

Segundo Bettelheim (1975), Lenin contrastaria a forma jurídica (posse, propriedade) com as relações concretas de produção, que são relações sociais. Essa ideia estaria presente na passagem abaixo do texto *"Left wing" childishness and petty-bourgeois ideas*, em que Lenin diz:

Caros "comunistas de esquerda", como são determinados, mas como pensam pouco. O que eles querem dizer com a busca de "uma política de socialização muito determinada"? Uma pessoa pode ou não estar determinada na questão da nacionalização ou do confisco, mas o ponto principal é que mesmo a maior "determinação" possível no mundo não é suficiente para passar da nacionalização e do confisco para a socialização. O infortúnio de nossas "esquerdas" é que, com sua combinação ingênua e infantil das palavras "política mais determinada de socialização", elas revelam sua total incapacidade de entender o cerne da questão, o cerne da situação "atual". O infortúnio de nossas "esquerdas" é que elas não entenderam a essência da "situação atual", a transição do confisco (cuja execução exige, acima de tudo, determinação em um político) para a socialização (cuja execução exige uma qualidade diferente no revolucionário).

Ontem, a principal tarefa do momento era, com a maior determinação possível, nacionalizar, confiscar, derrotar e esmagar a burguesia e acabar com a sabotagem. Hoje, somente um cego poderia deixar de ver que nacionalizamos, confiscamos, derrubamos e esmagamos mais do que tivemos tempo de contar. A diferença entre a socialização e o simples confisco é que o confisco pode ser realizado apenas por "determinação", sem a capacidade de calcular e distribuir adequadamente, enquanto a socialização não pode ser realizada sem essa capacidade (Lenin apud Bettelheim, 1975, p.44-45, tradução nossa).

Para Bettelheim (1975), Lenin reconhecia explicitamente que a estatização não coincide automaticamente com a socialização, no sentido de "direção social" efetiva dos meios de produção estatizados. Essa não identificação da estatização com a socialização seria, para Bettelheim, confirmada pelas dificuldades encontradas na aplicação de planos, mesmo dentro dos setores estatais. Os sucessos alcançados no planejamento eficaz e as dificuldades encontradas mostrariam precisamente que as condições objetivas para a dominação social real sobre as forças de produção estariam apenas no processo de se tornarem realidade, e por isso seria necessário permitir uma relativa liberdade de manobra tanto para as unidades de produção do setor estatal quanto para certos "grupos econômicos" que podem ser chamados de sujeitos econômicos.

Lenin identificava que a economia da Rússia na época da ditadura do proletariado representaria "a luta dos primeiros passos do trabalho unido segundo o princípio comunista contra a pequena produção mercantil, contra o capitalismo que subsiste e contra o que renasce na base dela" (Lenin, 1977). Para ele, os motivos pelos quais o trabalho na Rússia estaria unido segundo o princípio comunista seria: 1) por estar abolida a propriedade

privada dos meios de produção; 2) "o poder de Estado proletário organizaria à escala nacional a grande produção nas terras estatais e nas empresas estatais, distribui a mão-de-obra entre os diferentes ramos da economia e entre as empresas, distribui entre os trabalhadores grandes quantidades de artigos de consumo pertencentes ao Estado (Lenin, 1977)".

Lenin reconhecia a permanência da luta de classes durante a ditadura do proletariado, conforme afirma: "As classes mantiveram-se, mas cada uma delas modificou-se na época da ditadura do proletariado; modificaram-se também as suas inter-relações. A luta de classes não desaparece sob a ditadura do proletariado, toma apenas outras formas.(Lenin, 1977)"

Por outro lado, segundo Esherick (1979), os escritos pós-revolucionários de Lenin deixam claro que ele considerava a restauração do capitalismo uma possibilidade real e uma ameaça genuína. Assim como Mao no início dos anos 1960, Lenin viu a base econômica para a restauração capitalista nos livres mercados e na economia camponesa individual: "Enquanto vivermos num país pequeno-camponês, há uma base econômica mais firme para o capitalismo na Rússia do que para o comunismo"(Lenin apud Esherick, 1979).

Além dos perigos de um enfraquecimento econômico da revolução, em seus últimos escritos, Lenin também estaria preocupado com a ameaça da burocracia estatal, e que esta não estivesse de fato sob controle operário, que, conforme vimos no trecho acima, seria um de seus critérios para a Rússia estar seguindo o "princípio comunista". Lenin acreditava que apenas um firme controle proletário do estado distinguiria o regime bolchevique do capitalismo de estado e protegeria a Rússia da restauração do capitalismo (Esherick, 1979).

Em uma de suas principais obras, *O Estado e a Revolução* de 1917, Lenin constata que o processo de liquidação do burocratismo apresenta-se como a condição para o enfraquecimento do Estado ao abrir caminho para a luta contra a sua própria existência. Assim, apresenta a ditadura do proletariado como um semi-Estado, um Estado em extinção, retomando a forma política da experiência da Comuna de Paris, conforme Lazagna (2017b).

Para além de identificar a ditadura do proletariado com uma forma política ou de governo, Lenin inova ao avançar com a formulação de que a ditadura do proletariado seria o período histórico de transição entre capitalista e comunismo, ou seja, o socialismo (Lazagna, 2017b).

Em 1918, os comunistas de esquerda atacaram a restauração de relações de produção capitalistas e técnicas de gestão nas fábricas, associando a introdução da disciplina com a restauração da gestão capitalista na indústria, pontuando que essas diminuía a iniciativa de classe, a atividade e organização do proletariado. Lenin defendia uma aliança com o capitalismo de estado (engenharia capitalista de larga-escala e organização planejada por um Estado burguês) para combater o pior dos males que seria a pequena burguesia

e o capitalismo privado. No entanto, se o que diferenciava o regime bolchevique de um capitalismo de estado seria o controle proletário do estado, os indicativos de que a burocracia estatal não estaria claramente sob controle proletário, mas cheio de oficiais pequeno burgueses trazidos da antiga administração tsarista, passaram a ser alvo de crítica de Lenin (Esherick, 1979).

Lenin via indicativos de que o estado soviético crescia de forma autônoma ao controle proletário. Conforme escreve em 1922: "Se tomarmos Moscou e seus 4.700 Comunistas em posições de responsabilidade, se tomarmos essa enorme máquina burocrática, esse amontoado gigantesco, precisamos perguntar: quem está dirigindo quem?" (Lenin, 1922 apud Esherick, 1979).

Nesse sentido, Lenin já considerava políticas, comumente tratadas apenas como inovações maoistas, a fim de tornar o aparato estatal mais responsivo às massas, recomendando, por exemplo, a "desclassificação" dos quadros de alto nível para o trabalho local, uma "retificação de portas abertas" do Partido, confiando na intuição fina dos trabalhadores não-partidários para distinguir entre comunistas honestos e corruptos. Segundo Esherick (1979), Lenin defendia acima de tudo a continuidade da luta de classes sob a ditadura do proletariado como a única defesa contra a restauração capitalista.

Ademais, Lenin reconhecia a necessidade de abolir a divisão do trabalho capitalista:

O proletariado não cessa a luta de classes depois de ter capturado o poder político, mas continua até que as classes sejam abolidas. Claramente, para abolir completamente as classes, não é suficiente derrubar os exploradores, os latifundiários e os capitalistas, não é o suficiente abolir seus direitos de propriedade; é necessário também abolir toda a propriedade privada dos meios de produção, é necessário abolir a distinção entre cidade e campo, bem como a distinção entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais. Isto requer um período de tempo muito longo (Lenin, 1919 apud Esherick, 1979, tradução nossa)

Entre 1924 e 1927 a oposição de esquerda trotskista dentro do Partido Bolchevique alertou repetidamente que a NEP poderia levar à restauração do capitalismo, uma vez que o livre comércio ameaçava polarizar o campesinato, levar ao surgimento do poder dos kulak nas aldeias e à disseminação de relações capitalistas que acabariam afetando também as cidades. Além disso criticavam a diferenciação social e econômica entre os "apparatchiki" (membros do aparato de Estado) e as massas trabalhadores. Apesar disso, não inseriam de fato uma análise de classes à crítica da burocracia stalinista (Esherick, 1979).

Bukharin teria sido quem adicionaria uma análise de classes aos ataques leninistas à burocracia, vendo o contraste entre a burguesia, que teve condições de nutrir suas fundações intelectuais e suas elites administrativas no ventre da sociedade feudal; e o

proletariado que, à época da revolução Bolchevique permanecia culturalmente oprimida. Bukharin argumenta que os líderes do proletariado teriam sido retirados de uma classe hostil, da intelligentsia burguesa, e assimilados a uma elite administrativa prevalecente, que foi transportada por atacado da burocracia tsarista para o estado bolchevique. Isso impunha um perigo de que os dois grupos se aglutinassem em uma casta privilegiada e monopolística, transformando-se em embrião de uma nova classe dominante (Esherick, 1979).

Stalin e seus apoiadores combinaram a crítica trotskista à NEP com a crítica de Bukharin a uma nova classe na administração e os voltou ao próprio Bukharin e à "direita". Em 1929, enquanto Stalin se preparava para a coletivização e para um grande impulso na industrialização, o gradualismo cauteloso da "direita" e sua defesa contínua das políticas da NEP perante o campesinato foram atacados em termos de classe: como conservadorismo e falta de zelo pela construção socialista por parte da "intelligentsia burguesa" na administração do Estado e do Partido (Esherick, 1979).

Alguns aspectos da teoria de Bukharin sobre a transição são interessantes de serem resgatados. Bukharin aborda a questão da destruição das relações de produção capitalista e a organização das novas relações de produção em seu texto de 1920 intitulado *Teoria econômica do período de transição*. Nessa obra, ele apresenta o problema da destruição das relações capitalistas em conjunto com a necessidade da destruição do Estado burguês.

Bukharin identificaria as relações de produção com as relações técnicas e a hierarquia social com uma hierarquia técnica:

Marx citou a hierarquia na fábrica sob o comando do capital como exemplo das relações de produção capitalistas. Os elementos técnicos (a força de trabalho do engenheiro, do diretor, do mecânico, do capataz, do operário, do peão) são, ao mesmo tempo, elementos da organização econômica e na medida em que estão ligados a uma esfera constante de pessoas, resulta também evidente sua característica social de classe (Bukharin, 1974 apud Lazagna, 2017b, p. 232)

Como aponta Lazagna (2017b), na referida obra de Bukharin, a destruição das relações de produção capitalistas aparece como indissociável da destruição do seu aparato econômico. Bukharin considera que as forças produtivas estariam fundidas com as relações de produção no sistema de organização social do trabalho e acabavam sofrendo uma redução em decorrência da decomposição do aparato econômico. Ainda, considera também que após a revolução, para as forças produtivas crescerem seria necessário o crescimento das relações de produção socialistas em movimento na direção do comunismo.

Bukharin consideraria que as novas relações de produção precisariam combinar de forma nova elementos velhos. O poder proletário deveria tanto no Estado, como no

exército e na produção, estar no comando para a transformação das relações de produção. Apesar de apontar que o "vértice da sociedade capitalista", que estaria acima da produção, seria desnecessário no socialismo, entendia que haveria um "vértice" abaixo, sendo ocupado pela "burguesia de cunho organizativo e a intelectualidade técnica". Como a partir da revolução, e da tomada de poder pelo proletariado, seria inevitável que a categoria de especialistas oferecesse resistência, haveria aí um problema interno fundamental da fase de edificação na revolução (Lazagna, 2017b).

Porém, Bukharin, ao refletir sobre a nova combinação dos velhos elementos, atribui à técnica o papel de resolução dos antagonismos de classes. Para ele haveria "uma lógica interna, puramente técnica, objetiva que deve se preservar, seja qual for a ordem social" (Bukharin, 1974 apud Lazagna, 2017b, p. 234). Ele se questiona como poderia ser resolvida a contradição da hierarquia técnica, em que os técnicos teriam de estar na posição de dar ordens aos operários. Bukharin considera a hierarquização como uma necessidade técnica, mas não a enxerga como neutra, uma vez que reconhece a contradição entre o proletariado como classe dominante e os especialistas que controlariam o processo produtivo (Lazagna, 2017b).

Para a resolução dessa contradição, Bukharin acaba recaindo em uma concepção jurídica da propriedade dos meios de produção, apontando que o "[...] sistema da ditadura do proletariado torna absolutamente impensável qualquer exploração, já que transforma a propriedade capitalista coletiva, na sua forma capitalista privada, em 'propriedade' proletária coletiva" (Bukharin, 1974 apud Lazagna, 2017b, p. 235).

Bukharin defende, então, que mesmo que os quadros técnicos se mantivessem acima da "grande massa da classe operária" no processo produtivo, ela se subordinaria à sua vontade coletiva, expressada no controle do proletariado da organização estatal-econômica, e posteriormente, sua mentalidade burguesa seria transformada durante o período revolucionário (Lazagna, 2017b).

Para Lazagna (2017b), Bukharin se limita a conceber a subordinação do proletariado às tarefas de execução como uma exigência técnica do processo produtivo, e, dessa forma, acaba se esquivando da resolução da contradição fundamental do modo de produção capitalista: a superação da separação entre o produtor direto e os meios de produção.

Ainda que tenham apresentado alguns aspectos avançados no tratamento da questão da transformação das relações de produção, as formulações de Bukharin não conseguiram superar o limite teórico da ideologia bolchevique que concebia um lugar privilegiado da técnica e das forças produtivas na construção do socialismo (Lazagna, 2017b).

3.1.1 Lenin e o taylorismo soviético

No que se refere às técnicas de gestão, Lenin nutria um entusiasmo pelo taylorismo, considerando que, por mais que tivesse sido elaborado na função de aumentar a produtividade a partir de otimizar a exploração dos trabalhadores, esse método, ou técnica de gestão, poderia ser apropriado pelo socialismo. Lenin considerava ainda a necessidade de incorporar os técnicos burgueses na produção, ainda que estes estivessem corrompidos pelos costumes burgueses. Mas entendia que, a partir das técnicas burguesas, os trabalhadores poderiam "aprender a trabalhar" e eventualmente dispensar os técnicos burgueses (Lazagna, 2017a).

No entanto, a adoção de algumas práticas, como a do diretor único nas empresas, a defesa de uma disciplina de trabalho com um comando hierárquico inflexível, acaba por se colocar enquanto uma barreira à iniciativa operária para transformar as técnicas de trabalho e meios de produção e alterar as relações sociais. Dessa forma, acaba reproduzindo a lógica capitalista de divisão entre trabalho de direção e execução e de trabalho intelectual e manual (Lazagna, 2017a).

Como afirma Lazagna (2017a), apesar de Lenin defender a luta contra o burocratismo, considerando que os métodos de controle tayloristas deveriam ser empregados a partir de baixo, a autora considera, assim como Linhart (1983), que o taylorismo seria, em essência, a burocratização da produção.

Linhart (1983) analisa a posição de Lenin acerca dos camponeses e do taylorismo, ou, como o mesmo coloca, a posição em relação aos dois tipos de produtores diretos: os camponeses enquanto produtores rurais e os operários enquanto produtores urbanos. Em sua análise, notamos que Lenin tem idas e vindas em seu pensamento acerca de diversos temas, em especial aquele a qual dedicamos o nosso estudo: o desenvolvimento das forças produtivas e a transformação das relações de produção. Assim, notamos que, no exercício do poder da Rússia soviética pós-revolução, durante seus últimos anos de vida, de 1917 a janeiro de 1924, alguns aspectos contraditórios marcaram as afirmações de Lenin. Isso se deve, em alguma medida, às condições da conjuntura russa em si. Isso implica na importância de considerar o pensamento de Lenin a partir de seus textos como orientações para a situação concreta da Rússia pós-revolucionária e não como postulados teóricos ou sequer formulações teóricas prontas, a fim de evitar o reducionismo e descontextualização de seus escritos.

Em *A doença infantil do 'esquerdismo' no comunismo*, Lenin combate, entre outros, o desvio doutrinário, que pretenderia deduzir da crítica abstrata ao capitalismo uma receita pronta, supostamente sempre à esquerda, para cada batalha específica na luta política dos trabalhadores. Dessa forma, nesse embate, Lenin reforça a importante concepção do marxismo de que "o pensamento está sempre em atraso em relação à conjuntura

concreta e que é necessário um trabalho árduo de análise para alcançá-la" (Barison, 2017, p. 17).

Conforme aponta Barison (2017):

Lenin deu à direção política o conceito de “elo decisivo”, que dá conta da singularidade da combinação concreta dos fatores objetivos e subjetivos: é a ação que responde à unidade da hierarquia de contradições presentes na conjuntura, de modo que fala ao conjunto das forças em presença (Barison, 2017, p. 18-19).

A recomendação que Lenin faz do taylorismo para a Rússia era fruto tanto da situação que o país revolucionário passava, tanto da interpretação que Lenin fez da doutrina de Taylor. O taylorismo acaba se colocando para Lenin como uma questão do desenvolvimento mais efetivo das forças produtivas, sendo visto como o mais avançado tecnicamente que o capitalismo havia produzido em termos de organização produtiva, em uma situação de absoluta urgência da Rússia devastada pela guerra mundial, pela guerra civil, tendo seu aparato industrial destruído, e passando por uma grave fome ¹.

Lenin via como uma das vantagens do taylorismo a simplificação ao máximo de tarefas, de forma que qualquer um poderia contribuir na produção, o que possibilitaria a todos na sociedade contribuírem na produção fabril por um tempo, e se dedicarem a outras atividades em outro. Um exemplo disso é o que acontecia nos sábados comunistas, um dia voluntário de trabalho, em que trabalhadores de diversas áreas, fossem membros da administração estatal, ou de outros setores produtivos, se dedicavam a algum trabalho que fosse necessário, como a necessária manutenção do sistema ferroviário para garantir o transporte no país continental. Dessa forma, trabalhadores sem experiência ou treinamento podiam, sob uma coordenação que detinha o conhecimento técnico contribuir para aquela melhoria estrutural necessária ao coletivo (Linhart, 1983).

¹ Um exemplo da grande dificuldade de lidar com a fome na Rússia pós-revolucionária se deve à relação com os camponeses, que era extremamente instável e difícil. A política dos bolcheviques em relação aos camponeses no repartimento dos grãos para saciar a fome das cidades foi fruto de muitos conflitos, entre o convencimento ideológico e a coerção com a tomada militar dos grãos excedentes. Importante notar que os camponeses tiveram importante papel após a revolução "democrática" de fevereiro, contribuindo em outubro para a consolidação do poder soviético, com a revolução no campo desapropriando os latifundiários. O levante dos camponeses foi marcado por uma questão climática, das estações e sua relação com o cultivo. Os camponeses esperavam desde fevereiro sobre resoluções do que seria feito quanto a questão da terra (conflito entre alas distintas dos partidos sobre a repartição da terra, ou a comunização, por exemplo). Sem definições, e precisando de decisões acerca do plantio e preparo da nova safra, um rebuliço se fazia entre eles. Sem poder aguardar mais, em outubro se levantam. A resposta de Lenin e dos bolcheviques é apoiá-los e assim se dá a segunda etapa da revolução que começou em fevereiro, com uma etapa de aliança burguesa, e em outubro, com a aliança operário e camponesa, se firma a Revolução de Outubro. Mais detalhes sobre como a questão camponesa foi tratada pelos bolcheviques e por Lenin em Linhart (1983).

Para Lenin, no capitalismo se teria avançado a simplificação de diversas tarefas necessárias para a reprodução da vida cotidiana. E, em alguns momentos, Lenin via isso como uma possibilidade para a democratização. Por isso, defendia, por exemplo, que fosse difundido em todas as escolas, fábricas, o conhecimento da eletrificação, uma inovação cuja difusão ele considerava primordial para o avanço do socialismo na Rússia. Para Lenin era preciso desmistificá-la, de forma que todos detivessem o conhecimento básico de seu funcionamento. De forma similar, defendia que o taylorismo fosse ensinado, como um manual nas escolas e fábricas. De certa forma, considerava o taylorismo pela ótica de que não fosse a separação total do saber operário e este apropriado pelo técnico/diretor/capitalista, mas que fosse conhecido e apropriado coletivamente, para o aumento da produtividade e seus frutos, a diminuição da carga de trabalho, seria para todos.

Uma de suas ideias era que ao diminuir a quantidade de trabalho necessária, os operários poderiam dedicar mais tempo a gestão do Estado - o que aumentaria a democracia. O aumento da produtividade e a diminuição através da racionalização do processo produtivo, diminuição do tempo dedicado ao trabalho produtivo (e que reproduz as condições de vida) era um aspecto primordial para que todos também pudessem participar da vida pública.

Importante ressaltar que Lenin não ignorava que o taylorismo havia sido instituído como uma forma da máxima exploração dos trabalhadores pelo capital. No entanto, em sua concepção, o taylorismo poderia ter sua técnica de aumento de produtividade apropriado pelos trabalhadores soviéticos, lançando uma ideia de um taylorismo soviético. Como mostra Linhart (1983), nos *Cadernos do imperialismo*, Lenin concentra as críticas ao taylorismo pela superexploração produtivista, o aumento do desemprego, o fortalecimento da aristocracia operária pela importância do papel dos contramestres e o aumento salarial dessa camada.

No entanto, Lenin não contesta a eficiência técnica do sistema Taylor, nem menciona como o taylorismo, de acordo com Linhart (1983), suprimiria toda a atividade intelectual do operário no decorrer de seu trabalho, nem menciona o objetivo de desqualificação do trabalho operário que estava contido no taylorismo.

Conforme aponta Lazagna (2017a), o taylorismo é a organização da subsunção real do trabalho ao capital. A Direção Científica do Trabalho (DCT), como é nomeada, impõe a quebra do saber operário, que acarreta a destruição de um modo de resistência de uma classe operária (organizada sindicalmente) ao aumento da produtividade, classe que era ainda portadora de um saber mais complexo do processo produtivo. Lazagna (2017a), assim, entende o taylorismo como um dos momentos da constante ofensiva do capital em sua reestruturação, através da expropriação cada vez maior do saber operário para a obtenção crescente da mais-valia e não como uma possibilidade para a edificação do socialismo.

Importante notar que Lenin fez um estudo atento dos escritos de Taylor, que deixam claro os objetivos da DCT, como a da separação radical entre concepção e execução. Além disso, a introdução do sistema Taylor gerou uma grande resistência operária nos Estados Unidos e na Europa, a exemplo das greves de milhares de operários nas usinas da Renault na França em 1913:

Em 28 de fevereiro de 1913, num comício dos grevistas da Renault, Merrheim, secretário da CGT, tenta responder, no próprio terreno da classe patronal, e questiona a necessidade, a utilidade econômica do taylorismo, para o bom funcionamento do capitalismo: "Se a indústria automobilística americana está inferior é exatamente porque, nos Estados Unidos, se aplica o método Taylor. Os operários, transformados em autômatos, perdem toda a iniciativa e, com ele, todo seu valor técnico. (Linhart, 1983, p. 95)

Por outro lado, a resistência ao taylorismo foi principalmente organizado pelo sindicalismo associado aos operários qualificados, que se viu diretamente ameaçado, inclusive com um sentimento econômico de classe, ao seu rebaixamento ao operariado não qualificado. Lenin critica justamente que teriam sido os "mencheviques do ocidente" que se colocaram na linha de luta contra a introdução do taylorismo, devido a uma ideologia corporativista. O mesmo "menchevismo" que teria um apego aos valores burgueses do "patriotismo" e passaria a estar do lado da burguesia de seus países durante a I Guerra Mundial.

Na Rússia, a industrialização incipiente e a fraca qualificação da classe operária não ofereceu as mesmas bases nem para o "social-patriotismo" nem para a resistência ao taylorismo, uma vez que os operários não teriam uma qualificação e um saber operário construído para defender. Não a toa, quando Lenin propõe o taylorismo em 1918, a maior oposição seria justamente de uma minoria de operários qualificados influenciados pelos mencheviques, em especial ferroviários e tipógrafos (Linhart, 1983).

Assim, Linhart (1983) aponta para a imposição de um ponto de vista dialético quanto ao taylorismo na Rússia. Para que houvesse a expropriação do saber operário como decorreu com a aplicação do sistema Taylor na Europa e nos Estados Unidos, era necessário que esse saber tivesse se desenvolvida desde a pequena produção artesanal e a manufatura e seguindo para a grande indústria. Ele atribui o saber qualificado dos operários a perpetuação de "know how" e da ideologia do artesão independente. Em alguma medida, o capitalista industrial "sub-empregava uma fração global do trabalho na fabricação que ficava organizada como uma pequena empresa autônoma, sob a direção do contramestre de obra".

Conforme indica Linhart (1983), o taylorismo assumiria a ofensiva estratégica do capital no plano social, atacando classes operárias poderosas, experimentadas, qualificadas,

herdeiras de séculos de ofícios. Essa situação não teria se verificado na Rússia, devido ao caráter do nascente proletariado russo, além da predominância do capital europeu se especializando em produtos semi-acabados exportáveis. Isso impunha uma situação em que a maioria do equipamento industrial viria de fora do país, e a adoção de estrangeiros nos trabalhos qualificados e de manutenção da maquinaria, restando aos operários russos os empregos de aprendizes.

Assim, ao invés da expropriação do saber operário, Lenin consideraria que, na Rússia, a redução a tarefas parcelárias, simples e padronizadas pudesse se transformar em uma apropriação coletiva mais rapidamente alcançável, para uma nova força operária nascente e inexperiente, numa situação de insuficiência de técnicos e engenheiros. Isso se concretizaria, então, na palavra de ordem de Lenin de "aprender a trabalhar" com a introdução sistemática do taylorismo na indústria (Linhart, 1983).

Na visão de Lenin, os comitês de fábrica não deviam se deter nos assuntos concernentes à fábrica, mas deviam ser sempre estimulados a pensar questões mais amplas, primeiramente locais e até abarcar as nacionais, para que todos os trabalhadores participassem da gestão da sociedade. Por isso via como interessante simplificar o trabalho na fábrica, para que os operários se detivessem mais sobre outras questões políticas.

Em seus últimos escritos, Lenin dá acentuada ênfase a questão da burocracia do Estado, como já afirmamos anteriormente, e também demonstra uma preocupação com o abismo ideológico entre as classes.

A situação da Rússia pós-revolucionária impôs dificuldades, a partir do fato de que o operariado "consciente" havia ocupado postos no Estado e o novo operariado era composto por membros com outras origens de classe. Quem precisou assumir a produção nas fábricas foram elementos advindos da burguesia, da pequena-burguesia, e do campo, seja por meio da imposição do trabalho obrigatório, seja por não encontrar outros meios de vida. Dessa forma, eles estavam muito mais distantes ideologicamente do proletariado operário que trabalhava nas fábricas anteriormente a revolução (Linhart, 1983).

Além disso, com a camada mais consciente do operariado assumindo funções no exército e no aparelho de Estado, sendo os mais aptos a dirigir a ditadura do proletariado, não estavam nas fábricas para cumprir com a tarefa revolucionária da produção, que poderia ser um fator para engendrar novas relações de produção. Esse seria um dos problemas que impunha a necessidade da disciplina do trabalho nas fábricas.

Com a ênfase de Lenin na necessidade de "aprender a trabalhar", e colocando o taylorismo como uma ferramenta para tanto, vinha em primeiro lugar satisfazer minimamente as condições de sobrevivência da população russa, o reerguimento da nação economicamente, não havendo condições para que se revolucionasse as relações de produção na fábrica.

A respeito da burocracia estatal, Lenin considerava que esta era uma herança do antigo regime czarista. Bahro (1978) considera que Lenin subestimou alguns aspectos importantes da característica do capitalismo e das classes na Rússia, não identificando elementos que já estavam presentes, por exemplo, nas análises de Marx e Engels, provavelmente por não ter acesso a esses textos a época. A distância ideológica entre as classes vista por Lenin poderia também ser um dos motivos da dificuldade em se desfazer da burocracia estatal.

Por outro lado, Lenin via como necessário incorporar ainda mais operários no Estado como uma forma de diminuir as distorções burocrática do Estado soviético. No entanto, isso conformava um problema insolúvel para a própria questão dos operários não estarem nas fábricas e as condições ideológicas da classe que isso implicava.

Entendemos que há uma contradição em Lenin, que ao mesmo tempo em que não ignora o objetivo do fim da divisão do trabalho, é, no entanto, também entusiasta do taylorismo e parece colocar o primado das forças produtivas. Não é possível analisar os escritos de Lenin dissociados da realidade concreta na e para a qual foram escritas. Sendo essa marcada por períodos de guerra ou imediato pós guerra num país assolado pela fome, em disputas territoriais e pouco desenvolvido (em diversos termos).

Conforme mostra Lazagna (2017b), Bettelheim visualiza a contradição de Lenin entre duas posições, uma que seria dominante em seus escritos, e outra que seria dominada. A posição dominante atribuiria um protagonismo à “[...]luta de classes travada pelas massas como fator de destruição/reconstrução das relações sociais” (Bettelheim, 1979 apud Lazagna, 2017b, p.236); a posição dominada, que tem um papel secundário em seu pensamento, condicionaria o surgimento de novas relações de produção ao desenvolvimento das forças produtivas.

Ainda que as condições objetivas e subjetivas na Rússia da revolução estivessem muito distantes de permitir uma profunda subversão do trabalho, Linhart (1983) considera que a concepção filosófica bolchevique acerca do trabalho produtivo não só não ultrapassava os dados básicos da filosofia marxista, como ficaria até aquém da profundidade de certos textos de Marx. O trabalho operário na obra de Lenin, por exemplo, seria tomado como referência para a análise de outros temas, mas não seria objeto de análise e de crítica.

Linhart (1983) considera que esse silêncio poderia decorrer das próprias condições concretas em que nasce o movimento revolucionário russo em meio ao cerco do czarismo, com poucas possibilidades de que os bolcheviques vivessem a prática produtiva das massas, tendo um trabalho intelectual mais voltado para as sínteses econômicas.

Como a corrente bolchevique havia se formado em oposição ao economicismo do trade-unionismo, ou seja, do corporativismo sindical, poderiam então considerar que o essencial da luta de classes estaria no terreno político e não no interior das fábricas. Esse

elemento, bem como a repressão do movimento czarista ao movimento de massa dos operários, aponta como lógico para Linhart (1983), que não fossem os bolcheviques a inaugurar uma nova concepção do trabalho.

No entanto, como aponta Knight (1993), devemos evitar cair na crença empirista em que o pensamento de um intelectual e líder político seria apenas um produto de sua experiência, de seu contexto, da sua "realidade". Não é preciso rejeitar a noção de que o contexto pode influenciar o pensamento e os textos que o contêm para se questionar a redução do pensamento e do texto ao contexto, uma vez que uma consequência importante dessa última abordagem é ignorar as influências teóricas do pensamento do sujeito que se analisa².

No mesmo sentido, Lazagna (2002) considera que, ainda que as dificuldades impostas pela conjuntura russa pós-revolução impusesse recuo, isso não explicaria o motivo de o comunismo não ter dado certo e relações de produção comunistas não terem se desenvolvido ou por que relações capitalistas de produção persistiram mesmo após este período inicial de dificuldades.

Um dos motivos para tanto pode ser atribuído à própria ideia de que a supressão da divisão entre trabalho manual e intelectual seria resultado do desenvolvimento das forças produtivas e não de uma ação deliberada do proletariado. Dessa forma, Lenin colocaria que o poder das massas se daria pela sua possibilidade de atuação no Estado, na gestão da sociedade e não no processo de trabalho produtivo (Lazagna, 2002).

Ainda assim, Lazagna (2017b) levanta o ponto de que mesmo que não estivesse dentro dos limites históricos de Lenin a questão da necessidade da superação das relações de produção capitalistas e da transformação das forças produtivas capitalistas em forças produtivas de um novo tipo, o conceito de ditadura do proletariado de Lenin poderia trazer elementos para uma reflexão teórica que caminhe nessa direção. Isso decorreria de ser possível apreender das teses de Lenin sobre a transição socialista a existência de uma relação de correspondência entre a instância política e a instância econômica, a exemplo de quando Lenin afirma que a política não poderia deixar de ter primazia sobre a economia.

Lenin reconhecia que a introdução, por exemplo, do diretor único de empresa seria a adoção de um modo burguês de gestão da fábrica, uma forma de capitalismo de Estado, entendendo essa medida como uma de recuo provisório em relação ao avanço do socialismo, reforçando as relações capitalistas. E afirma, do mesmo modo que o Estado soviético teria um caráter apenas parcialmente proletário, e portanto, era necessário que os trabalhadores mantivessem organismos independentes para a defesa de seus interesses, ainda que fosse contra o seu "próprio Estado" (Naves, 2005c).

² Nesse caso, Knight (1993) está criticando a abordagem de Schram acerca do pensamento de Mao como derivado mais do contexto chinês, subestimando a importância da teoria marxista no pensamento do líder chinês.

Esse reconhecimento é alterado radicalmente com o avanço do período stalinista, em que há uma ofensiva contra os trabalhadores, com a perda de sua autonomia organizativa e do direito de defesa de seus interesses, acarretando em arbitrariedades cada vez maiores, aumentando o controle e exploração dos trabalhadores pelo Estado pela disciplina do trabalho, avançando no que Marx chamava de "despotismo de fábrica" no capitalismo.

3.1.2 A ideologia staliniana

Naves (2005c) identifica que a consolidação da burguesia de Estado na URSS vai do final dos anos 20 até meados dos anos 30, quando é proclamado oficialmente a vitória completa do "socialismo" (na sua opinião, capitalismo de Estado). Esse período seria marcado pela supressão da democracia interna no partido bolchevique, pela perseguição, afastamento e assassinato de milhares de militantes oriundos da revolução, concentrando, então, o poder do partido em um pequeno círculo de dirigentes, tendo a figura de Stalin acima deles como "guia e chefe". Assim, o partido funde-se com o Estado, passando a ser o órgão de onde emanam todas as decisões.

A decisão pela cúpula stalinista por uma industrialização acelerada coloca em curso uma ofensiva anti-operária, de forma a quebrar a resistência dos trabalhadores nas unidades de produção. Entre as medidas repressivas haveria o "passaporte interior" e a "caderneta de trabalho", impondo um controle estrito da atividade profissional do trabalhador e vínculo mais estável a uma determinada empresa, de forma a combater que os trabalhadores buscassem melhores condições salariais e de trabalho em outras empresas (Naves, 2005c).

Além disso, os dirigentes das empresas teriam poder para transferir compulsoriamente os trabalhadores qualificados e técnicos, incorrendo na adoção de sanções penais contra o trabalhador que recusasse a transferência. O conjunto de iniciativas contra os interesses dos trabalhadores é denunciada por Naves (2005c) como uma "criminalização da classe operária", apontando para a elevação dos níveis de exploração para permitir o máximo de acumulação. Juntamente a isso, há o desaparecimento das convenções coletivas e dos procedimentos que permitiam os trabalhadores protestar contra abusos de autoridade, como o direito a greve.

Para Naves (2005c), a partir da análise dos elementos da relação dos trabalhadores com a produção e com o Estado, foi vigente na sociedade soviética as relações de produção capitalistas, com a separação do trabalhador direto das condições de produção. Não seria correta a interpretação de que o Estado soviético seria um Estado operário, ainda que degenerado (como afirma as concepções trotskistas críticas ao stalinismo), uma vez que o Estado se encontrava completamente separado dos trabalhadores, além de dirigir contra os trabalhadores "toda a sua potência repressiva".

Bettelheim e Chavance (2005) apontam que a ideologia staliniana, ou seja, a ideologia que emergiu e dominou no período em que Stalin esteve a frente do partido, foi

produto de uma transformação da ideologia bolchevique, levando à negação do conteúdo revolucionário do marxismo. Essa ideologia não nasce no vazio, mas sobre a base das relações econômicas e políticas do fim dos anos 20 e começo dos 30, se transformando até os anos 50. Essa transformação teria se produzido sob a ação das lutas de classes do período, que fez da burguesia de Estado uma classe em si e consolidou as condições em que essa classe explorou e oprimiu as massas trabalhadoras.

Mesmo após a morte de Stalin, a ideologia staliniana não desaparece realmente, apenas muda sua forma original, deixando de se apresentar como tal e perdendo alguns traços específicos. Independente da forma, ela seria a ideologia da burguesia de Estado, sendo uma variação da ideologia burguesa, tendo suas formulações feito parte da ideologia dominante mesmo fora da União Soviética (Bettelheim; Chavance, 2005).

O Estado é uma figura central da ideologia staliniana, se constituindo enquanto o sujeito da sociedade, sendo o motor das transformações sociais e do desenvolvimento. O Estado socialista passa a ser identificado com uma personificação da sociedade reunificada, a partir da ideia do fim das classes exploradoras (identificadas como indivíduos que seriam juridicamente proprietários dos meios de produção e não um grupo social definido por seu lugar nas relações de produção), e conseqüentemente dos conflitos de classe³. A abolição de toda a classe exploradora é afirmada desde 1933, e é consagrada na Constituição de 1936. Passa-se a identificar o reforço do Estado com o reforço do socialismo, em oposição às teses de Marx, Engels e Lenin sobre o definhamento do Estado na construção do socialismo (Bettelheim; Chavance, 2005).

Com a proclamação da vitória do socialismo na URSS em 1936, também se proclama que a tarefa é passar para a fase superior do comunismo. Para justificar a contradição dessa tese com as teses marxistas, Stalin afirma que "algumas teses gerais da doutrina do marxismo sobre o Estado não foram elaboradas completamente, são insuficientes" e que o Estado poderia e deveria subsistir na fase superior do comunismo, na hipótese de manter-se o cerco capitalista ("Rapport au XVIII Congrès" apud Bettelheim; Chavance, 2005).

Assim, em contraposição à tese de que o Estado sob a ditadura do proletariado é um semi-Estado, um Estado em extinção, Stalin estabelece a ideia de que o Estado que emerge da ditadura do proletariado é um Estado novo em vias de fortalecimento. Notamos que, conforme aponta Lazagna (2017b), "a explicação da atribuição dessa autonomia ao Estado pode ser encontrada na identificação entre socialismo e propriedade estatal dos meios de produção" (Lazagna, 2017b, p. 202).

De acordo com Balibar (1977 apud Lazagna, 2017b), o modelo staliniano de transição socialista assume uma concepção mecânica e evolucionista da história que é guiada pelo

³ Afirmado por Stalin em 1939, conforme Bettelheim e Chavance (2005)

princípio economicista da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas (ao qual é atribuído o papel de motor das transformações sociais), essas que serão impulsionadas pelo Estado.

Althusser (1999) também aponta que a política de Stalin, como se desenhou a partir dos anos 30, teria sido uma política de acordo com a concepção do primado das forças produtivas sobre as relações de produção. E não teria sido por acaso, que, em 1938, Stalin teria retomado as teses do Prefácio de 1859.

Ainda em 1931, na primeira conferência dos executivos da indústria socialista da URSS, Stalin evidencia como os comunistas deveriam proceder diante de sua insuficiência de conhecimentos técnicos:

Há uma década, uma palavra de ordem foi lançada: dado que os comunistas ainda não conhecem, como é preciso, as técnicas da produção, e que é preciso ainda ensiná-los a dirigir a economia, os velhos técnicos e engenheiros - os especialistas - dirigirão a produção; quanto a vocês, comunistas, não interfiram na técnica do trabalho, mas, sem interferir nela, estudem a técnica, estudem com empenho a ciência da direção da produção, para tornar-se, depois, com os especialistas que nos são devotados, verdadeiros dirigentes da produção [...] (Stalin, 1931 apud Vincent-Vidal, 2005, p. 128)

Mas seria no texto *Materialismo histórico e materialismo dialético* publicado pela primeira vez em 1938 que Stalin apresentaria a sua tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas, afirmando as forças produtivas como “[...] o elemento mais móvel e mais revolucionário da produção”. Assim, define a dinâmica da transformação social a partir desse papel revolucionário das forças produtivas: “Em primeiro lugar modificam-se e desenvolvem-se as forças produtivas da sociedade; a seguir, em função e em conformidade com estas modificações, modificam-se as relações de produção entre os homens, as suas relações econômicas” (Stalin apud Lazagna, 2017b, p.227).

À luta de classes, Stalin identificaria o papel de intervir no processo para romper as relações de produção que estivessem impedindo o desenvolvimento das forças produtivas, relegando a segundo plano o papel da luta de classes no processo de transformação social. A identificação entre formas jurídicas de propriedade e relações de classe fundamenta a tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas:

As forças produtivas de nosso país, principalmente na indústria, tinham um caráter social, mas a forma de propriedade era privada, capitalista. Baseando-se na lei econômica da harmonia obrigatória entre as relações de produção e as forças produtivas, o poder soviético socializou os meios de produção, fez deles propriedade de todo o povo e dessa maneira destruiu o sistema de exploração e criou as formas socialistas de economia. Se não tivesse existido essa

lei, e sem apoiar-se nela, o poder soviético não teria conseguido cumprir sua tarefa (Stalin, 1972 apud Lazagna, 2017b, p. 227)

Bettelheim (apud Lazagna, 2017b) argumenta que antes da revolução de outubro de 1917 na Rússia, houve lutas lideradas pelos setores mais avançados das massas populares em busca da transformação revolucionária das relações sociais. No entanto, devido à falta de unificação e apoio do partido, essas lutas não conseguiram promover o desenvolvimento socialista das forças produtivas. Isso resultou no enfraquecimento das condições para uma luta em massa para transformar as relações de produção e impulsionar a produção. Como consequência, o crescimento da produção passou a depender exclusivamente da modernização técnica acelerada, que era vista como o principal agente das mudanças sociais, econômicas e políticas (Lazagna, 2017b).

Isso explicaria a importância atribuída aos especialistas, técnicos e quadros gestores separados das massas na condução do crescimento econômico, como anunciado por Stalin:

É hora de adotarmos outra atitude, uma atitude nova em conformidade com o período atual: a atitude que consiste em se intrometer em tudo. Se você é diretor de fábrica, aprenda e aprenda novamente. Os bolcheviques devem se tornar mestres da técnica. Em um período de reconstrução, a técnica decide tudo. E um dirigente de indústria que não queira estudar a técnica, que não queira se tornar mestre, ele não é um dirigente de indústria, é um desprezível (Stalin, 1948 apud Lazagna, 2017b, p. 230)

Lazagna (2017b) afirma que a tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas como “motor” da transição socialista, bem como a identificação entre estatização dos meios de produção capitalistas e socialismo não teria sido uma característica exclusiva da ideologia staliniana, mas também marcou o pensamento de Leon Trotsky. Ainda que tivessem grandes divergências teóricas, a crítica de Trotsky ao modelo stalinista se centrava na “manutenção de normas burguesas de repartição” que estariam vigentes na URSS justamente por conta do baixo desenvolvimento das forças produtivas (Lazagna, 2017b).

Assim, essas concepções conferem um poder absoluto da técnica para aumentar a produção e resolver as contradições de classe da formação social soviética. O papel protagonista assumido pela técnica negaria o papel da luta proletária de classe e da ação revolucionária das massas pelo controle da produção e pelo desenvolvimento de forças produtivas socialistas, avançando ao mesmo tempo para o desaparecimento da divisão entre trabalho de direção e trabalho de execução (Lazagna, 2017b).

Trotsky, apesar de suas críticas ao stalinismo, também defendia ideias que partiam da tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas (Bettelheim, 1979a; Lazagna, 2017b). A concepção de Trotsky sobre o papel do desenvolvimento das forças produtivas, veiculada a uma ideia de neutralidade da técnica, partiria da mesma ideia de Lenin que

considerava que "o desenvolvimento da ciência e da técnica libertariam o homem para o exercício pleno das funções políticas do "Estado operário"(Lazagna, 2017b, p. 163).

Outro elemento pertinente é que a tese de Trotsky sobre o Estado operário degenerado, enquanto caracterização do Estado soviético que criticava, recusaria a ideia da exploração dos trabalhadores pela burocracia de Estado, se configurando numa classe burguesa de Estado, ideia que, conforme trouxemos anteriormente é defendida por Bettelheim.

Assim como Stalin, Trotsky consideraria que não haveria mais uma classe de possuidores da URSS por conta do "estabelecimento das formas socialistas de propriedade"que impediria a burguesia de dispor de títulos transmissíveis por herança. Considera que "a lei fixa as relações de produção"(Bettelheim, 1979a). Dessa forma, incorre no elemento já anteriormente discutido da identidade das relações sociais com sua forma jurídica.

Trotsky privilegiava a análise e justificativa do processo soviético ao nível das forças produtivas. Para ele, a URSS impunha "normas burguesas de repartição"devido ao baixo nível das forças produtivas, e era isso que poderia conduzir a uma restauração da propriedade privada. De acordo com Bettelheim (1979a), a função atribuída por Trotsky ao desenvolvimento das forças produtivas iria tão longe a ponto de substituir o lugar da luta de classes, como no exemplo:

A força e a estabilidade dos regimes se definem, em última instância, pelo rendimento relativo do trabalho. Uma economia socializada que ultrapasse, tecnicamente, o capitalismo teria realmente garantido um desenvolvimento socialista de certa forma automático[...] (Trotsky, 1963 apud Bettelheim, 1979, p.36)"

Assim, apesar das conclusões diferentes a que chegam Stalin e Trotsky, a tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas era "lugar comum"não só a eles, mas ao "marxismo europeu"dos anos 30, tendo persistido até tempos recentes (quando Bettelheim escreve, na década de 70) e cuja aceitação tendia a impedir uma análise das transformações da sociedade em termos de luta de classes (Bettelheim, 1979a).

3.2 O debate chinês

A restauração do capitalismo e assuntos relacionados foram quase tão centrais para os debates na URSS nos anos 20, como o foram na China nos anos 60. Esherick (1979) faz uma ressalva importante ao se comparar os debates sobre os riscos da restauração capitalista na URSS e na China de forma acrítica, uma vez que com frequência termos similares eram utilizados com significados diferentes, a exemplo de "revolução cultural". Quando Lenin utiliza este termo ele se referia a alfabetização básica e "real cultura burguesa"entre quadros camponeses e proletários. Inclusive em um de seus últimos textos critica aqueles que se debruçavam de forma demasiadamente longa e irreverente sobre a

cultura proletária. Outra diferença é sobre a preocupação de Lenin acerca de uma nova burguesia. Enquanto para os soviéticos era uma referência aos empreendedores operando sob a NEP nos anos 1920, para os chineses o termo se referia a elementos do partido e do aparato de estado.

Para Esherick (1979), os líderes bolcheviques que mais se aproximaram da análise posterior de Mao sobre a degeneração do socialismo russo foram os que menos o influenciaram, a exemplo de Trotsky e Bukharin, que, sendo considerados párias do movimento comunista internacional na década de 1930, provavelmente não foram uma fonte aceitável de inspiração para Mao. Portanto, o autor considera que problemas semelhantes de construção do socialismo, vistos através de um modo de análise marxista compartilhado, levaram homens muito diferentes a conclusões que muitas vezes eram bastante semelhantes.

Esherick (1979), ao escrever em 1979, afirma que as lutas políticas na China eram um indício de que por trás de epítetos retóricos estão diferenças políticas reais. No tema da "restauração capitalista", as diferenças seriam significantes, pois envolveriam a própria definição de socialismo. O marxismo "vulgar" poderia considerar que os critérios para o socialismo estariam alcançados na URSS, uma vez que os meios de produção eram de propriedade do Estado, e o Estado seria controlado pelo Partido Comunista, o partido do proletariado. Ao questionar se a URSS seria mesmo socialista, os chineses estariam apontando para uma divergência na definição de socialismo.

Antes mesmo da vitória do Exército Vermelho em 1949 e da proclamação da República Popular da China em Pequim, já havia uma controvérsia sobre a adoção ou não do modelo soviético, que se refletiu no que foi chamado "duas linhas de luta". Uma linha defendia a via soviética, enquanto a outra, liderada por Mao Zedong, a criticava. A oposição de Mao à implantação do modelo soviético e às teses de Stalin já vinha se desenvolvendo durante os anos de resistência à invasão japonesa (1937-1945). Nesse período, as regiões liberadas e controladas pelo Partido Comunista Chinês experimentaram uma nova forma de organização popular do poder político, guiada por iniciativas de auto-subsistência, descentralização, luta contra o burocratismo, desenvolvimento de objetivos coletivos e disciplina para alcançá-los, negação aos incentivos materiais e participação das massas em todos os aspectos da atividade econômica e social (Lazagna, 2017b).

Hinton (2004) considera alguns dos principais momentos de tensão na China, que são frequentemente considerados períodos desastrosos e atribuídos aos excessos de Mao ao impulsionar a luta política, como inevitáveis e resultantes da verdadeira disputa de classes que se desencadeou com a revolução chinesa e a libertação do país de seus inimigos imperialistas e feudais. Em sua visão, a revolução marca o início da luta entre as classes emergentes, a classe dos trabalhadores e da burguesia.

Ademais, Hinton (2004) reflete que essa disputa teria origem nas características do desenvolvimento do Partido Comunista Chinês durante a luta revolucionária, momento

em que se firmaram duas principais correntes: a de Mao junto aos camponeses nas regiões que foram conquistadas e dominadas pelo Partido, e onde se desenvolveu administrações em Comunas, e a corrente subterrânea de Liu Shaoqi que atuava de forma clandestina nos territórios dominados e administrados pelo Guomindang. A corrente de Mao teria se desenvolvido para ser o "quartel-general" proletário, enquanto que a corrente de Liu se desenvolveria para ser o "quartel-general" da burguesia.

Apesar de a Revolução ter promovido a fusão das duas correntes sob o Partido Comunista, elas jamais teriam se fundido ideologicamente. A corrente burguesa recebia constante reforços pela degeneração dos antes dedicados quadros comunistas que eram bombardeados, nas palavras de Hinton (2004), por "balas de prata", benefícios e privilégios recebidos ao assumir cargos, direta ou indiretamente. E mesmo movimentos sucessivos de retificação não conseguiam dar conta de estancar esse processo completamente.

Sobre a disputa entre as duas correntes, Hinton (2004) discorre:

Mao obteve algumas vitórias logo no início, mas, infelizmente, não conseguiu consolidá-las sob os golpes de martelo da contraofensiva de Liu-Deng, reforçada, como foi, pelo peso morto, pela inércia e pela tenacidade de todos os velhos costumes, velhos hábitos, velhas crenças e superstições que dificultavam toda e qualquer mudança, sem mencionar as mudanças radicais que as relações socialistas de produção e uma superestrutura socialista correspondente exigiam." (Hinton, 2004, tradução nossa)

Apesar de, politicamente, Mao ter vantagens por falar diretamente e mobilizar milhões de camponeses e trabalhadores, Liu tinha uma vantagem organizativa, uma vez que seu grupo, por conta da rede subterrânea construída no período de luta revolucionária, tinha poder de nomear, remover, promover e educar os níveis médios de quadros por todo o país. Para Hinton (2004), no programa educacional de Liu, em que lança seu texto *Como ser um bom comunista*, havia a defesa do "autocultivo", que, conduzido de acordo com suas diretrizes, permitiria que a pessoa fosse uma ferramenta obediente, e, assim, ganhasse promoção para cargos cada vez mais altos no partido. Dessa forma, a força de choque burguesa de Liu eram os obedientes cujas carreiras dele dependiam, e operavam contra cada nova situação em que Mao propunha uma solução socialista.

Hinton (2004) aponta que os partidários de Liu operavam de acordo com um padrão. Diante de uma proposta socialista de Mao, primeiro tentavam desacelerar a mudança ou interrompê-la, a exemplo de quando dissolveram de uma só vez 30 mil cooperativas agrícolas de vilarejo. Quando algum movimento, no entanto, atingia uma "maré alta", não podendo ser contida, eles entravam em ação e levavam a situação a extremos. "Do quartel-general de Liu sempre vinha, consistentemente, em cada estágio da revolução, um movimento, uma mudança de uma tentativa de obstrução pela direita para uma de destruição à esquerda" (Hinton, 2004, tradução nossa).

Para Daubier (1974), ao analisarmos os debates entre os comunistas chineses, é importante considerar que, uma vez que a ditadura do proletariado era imposta pelos partidos comunistas, a defesa aberta de uma linha anti-revolucionária, de restauração capitalista, não poderia existir. Dessa forma, a oposição à linha do partido se coloca de formas clandestinas, e dissimula suas reais visões sob uma aparência de lealdade política e ideológica. Apesar de aparecerem como um conflito entre revolucionários proletários igualmente motivados pelo marxismo, seriam, na verdade, uma expressão de nova forma de luta de classes. Na China, durante a Revolução Cultural, essa oposição se apresentava não apenas como marxista, mas também como maoista, mas mantendo suas opiniões para si, e engendrando outros meios de disputa.

Daubier (1974) considerava que a oposição de Liu Shaoqi a Mao Zedong deve ser vista nesse contexto, enquanto uma expressão política de complexa contradição de classes envolvendo fatores sociais e ideológicos e nutridos por um substrato de privilégios materiais, tendências burocráticas e dificuldades em se adaptar ao ritmo acelerado das políticas maoistas.

A política de mobilizar as massas para comentar e criticar os trabalhos do Estado e seus dirigentes servia ao propósito tanto de aproximar os governantes e as massas, dar mais voz ao povo quanto aos assuntos de Estado e apoiar o aspecto democrático e revolucionário do regime, quanto de contribuir para desmascarar os opositores do avanço socialista, apegados às suas posições de privilégio, passando-os pelo crivo popular que avaliaria se estavam de fato a serviço do povo (Daubier, 1974).

Uma das discordâncias entre Mao Zedong e Liu Shaoqi, por exemplo, se relacionava aos privilégios dos dirigentes do Partido. Mao se opunha aos privilégios e afirmava que os quadros deveriam ser servidores do povo. Por outro lado Liu Shaoqi proclamava que o Partido deveria criar toda facilidade para os membros do governo, de forma a permitir que trabalhassem e exercessem suas funções em condições ótimas (Daubier, 1974).

Segundo Dittmer (2015), Liu apoiava uma forma de carreirismo burocrático, refletindo um elitismo moral. Em uma citação de 1956 fica explícito seu apoio aos incentivos materiais como um aspecto de grande importância para estimular o movimento dos trabalhadores:

É perfeitamente justificável e necessário exigir, com base no desenvolvimento da produção, um aumento na renda e a melhoria do nível de vida. Somente assim o entusiasmo dos trabalhadores pode ser continuamente promovido e o excepcional movimento dos trabalhadores adquirir uma sólida base. (CW 1:334 apud DITTMER 2015, p.354, tradução nossa)

Liu Shaoqi afirma, em um discurso em Shanghai em 27 de abril de 1957, que a luta de classes estaria, em grande medida, terminada, que os contra-revolucionários teriam

reduzido e apontava que, então, o aparelho estatal da ditadura poderia ser reduzido em tamanho, tendo como principal tarefa organizar a vida social. Para Liu, a igualdade formal e o acesso democrático a autoridade entraria na rotina por uma estrutura de instituições. Para os maoistas, a teoria de Liu advogava a extinção da luta de classes e superestimaria a eficácia da reeducação de membros das classes não-proletárias por reformas (Dittmer, 2015). A tentativa de Liu de apoiar posições de liderança consultivas e nominais para as elites não-comunistas foi condenada por ser considerada como um ultrajante "mimo" à burguesia.

Outra divergência se relacionava à política de retificação de massas aos quadros do Partido que, para Mao, deveria ser protagonizada pelas massas, sem grandes restrições, enquanto Liu considerava que deveria ter restrições organizacionais definidas pelo Partido, e apontava balancear a revolução com ordem, e igualdade com eficiência econômica (Dittmer, 2015).

Na Campanha das Cem Flores, uma das questões que preocupava Mao era ganhar o apoio dos intelectuais chineses para desenvolver a economia socialista da China. De acordo com Knight (1993), embora Mao reconhecesse a importância de seu apoio, ele também acreditava que a origem de classe desses intelectuais representava um obstáculo significativo para o comprometimento deles com a causa da construção socialista. Mao teria lamentado em diversas ocasiões que, em termos de origem de classe, 80% dos intelectuais eram filhos de senhores de terras, ricos fazendeiros e capitalistas. Contudo, Mao acreditava ser possível que esses intelectuais superassem sua origem de classe por meio de um processo de remodelagem, e que a "teoria da importância única da origem de classe" não deveria ser aplicada.

Segundo Knight (1993), analisando os discursos de Mao de fevereiro de 1957 a novembro de 1958⁴, no início, Mao acreditava que a Campanha das Cem Flores criaria um ambiente mais aberto, permitindo maior diversidade de pensamento e expressão, atraindo, assim, os intelectuais para a causa socialista. Suas falas nesse período teriam deixado claro que a motivação por trás dessa campanha não seria atrair o inimigo para provocar críticas negativas aos intelectuais a fim de utilizá-las como exemplo (ainda que essa tenha sido uma das justificativas após o fracasso da campanha, quando foi transformada em uma campanha antirrevisionista em junho de 1957). Para o autor, pelo contrário, Mao parecia genuinamente confiante de que, com a realização básica da transformação socialista em meados da década de 1950, os intelectuais chineses poderiam ser prontamente mobilizados em apoio às políticas do partido.

⁴ Discursos publicados no livro *The Secret Speeches of Chairman Mao: From the Hundred Flowers to the Great Leap Forward* editado por Cheek Macfarquhar Cheek e Wu, com traduções da transcrição de dezenove discursos de Mao entre fevereiro de 1957 a novembro de 1958, período que teria sido crucial para o desenvolvimento do entendimento de Mao dos problemas da transição socialista (Knight, 1993).

Em relação ao combate ao burocratismo, a preocupação de Mao com o declínio do comprometimento revolucionário dos quadros do partido teria se tornado evidente em seus discursos. Mao, ao refletir com certa nostalgia sobre o período da guerra anti-japonesa e da Guerra Civil subsequente, destacou o espírito geral de abnegação e a disposição dos quadros para manter contato próximo com as massas. Com a vitória da revolução e a mudança das áreas rurais para as cidades, Mao afirmou que muitos quadros estavam se tornando burocráticos, perdendo o contato com as massas e preocupando-se excessivamente com seu próprio conforto e privilégios. Mao acreditava que a retificação partidária seria uma maneira de livrar os quadros dessa mentalidade burocrática, demonstrando entusiasmo durante a Campanha das Cem Flores para a participação de intelectuais não afiliados ao partido no processo, pois acreditava que assim seria possível reduzir o burocratismo, o subjetivismo e o sectarismo (Knight, 1993).

Apesar da reação de Mao ao fracasso da Campanha das Cem Flores não estar registrada nos discursos analisados por Knight (1993), ele considera que é evidente nas falas de Mao durante o Grande Salto para Frente que o revolucionário continuava preocupado com o problema do abuso do poder político por aqueles que deveriam ser os mais conscientes da necessidade de atitudes e práticas socialistas. Durante esse período posterior, no entanto, Mao retomou um tema levantado na época da Campanha das Cem Flores e enfatizou a importância da participação no trabalho manual como meio de reduzir a distância entre os quadros e as massas, entre líderes e liderados, considerando que funcionários de governo que o eram há muito tempo poderiam facilmente se separar da realidade das massas.

Nas discordâncias sobre os erros do Grande Salto Adiante, Mao seguiu defendendo o objetivo de colocar a luta de classes como prioritária. Ao reviver esse aspecto na segunda metade de 1962, Liu Shaoqi atenta⁵ para as dolorosas lições de 1958 e afirma que não se deveria desviar muita atenção da economia para a luta de classes (Dittmer, 2015, p.80).

O Movimento de Educação Socialista inicia-se em 1963, sendo um movimento de retificação precursor da Revolução Cultural, e que suscitou ações por parte dos opositores, a exemplo de Liu Shaoqi, mas na forma de uma oposição indireta. Ao invés de se opor diretamente, ele teria tomado à frente do movimento na região de Taoyuan, com o objetivo de realizar um experimento a ser levado para outras áreas, buscando não o combate ao Movimento de Educação Socialista, mas influenciar seu caminho, afastando-o dos seus objetivos estabelecidos, evitando, por exemplo, que os camponeses comunais se envolvessem nas discussões e investigações, e afastando quadros de baixo e médio escalões do Partido no local. Isso levou a uma reação de Mao, escrevendo um segundo documento apontando os problemas do Movimento de Educação Socialista, conclamando a mobilização dos camponeses, a natureza de classe da luta e condenando os métodos de Liu Shaoqi

⁵ Segundo Dittmer (2015) isso teria ocorrido nos encontros de Beidahe no verão de 1962, e novamente na Décima Sessão Plenária do 8º Congresso

(Daubier, 1974).

A linha de Mao para a Revolução Cultural é enunciada em maio de 1963, em um documento de dez pontos destinado a orientar o Movimento de Educação Socialista, que enfatiza dois problemas interligados: por um lado a luta de classes, e por outro a dissidência de um punhado de pessoas em autoridade cuja orientação não era para o socialismo, mas para um regresso ao capitalismo. Defende, então, que seria necessário mobilizar as massas que, guiadas pelos verdadeiros revolucionários do Partido, poderiam desmascarar essas autoridades. Assim, segundo o conceito de Mao, que orienta a Revolução Cultural, as massas se educariam enfrentando problemas concretos e questões práticas da luta de classes, ao mesmo tempo que contribuiriam na depuração do Partido, reforçando os aspectos revolucionários. Portanto, pretendia alcançar este objetivo recorrendo à mobilização das massas, e não através de medidas adotadas pelo Comitê Central do Partido, e essa noção deveria presidir ao início e ao longo da evolução da Revolução Cultural (Daubier, 1974).

A reação repressiva de Liu Shaoqi às massas revolucionárias foi o gatilho para a campanha de criticismo contra ele na Revolução Cultural. Liu negava o papel central da luta de classes, e dizia que não seria necessário definir as classes, mas investigar os maus elementos, e que as contradições dentro e fora do partido estavam entrelaçadas, ou então que as contradições entre "os inimigos e nós" estariam entrelaçadas com as contradições no seio do povo. Seria necessário identificar esses maus elementos, eliminar a corrupção, e, apesar de defender a mobilização das massas, defendia restringi-la com controle rígido do partido, ao invés de permitir os trabalhos por organizações do povo extra-partidárias (Dittmer, 2015).

No campo internacional, Liu defendeu a reconciliação com o capitalismo imperialista, com o social imperialismo (URSS) e uma redução ao apoio dos movimentos de libertação nacional, favorecendo uma união por cima com a burguesia mundial em detrimento de uma união por baixo com as massas oprimidas. Além disso, e em consonância com esse pensamento, ele defendia as ideias de transição pacífica, coexistência e da "via parlamentar" ao socialismo (Dittmer, 2015).

No entanto, na opinião de Dittmer (2015), a crítica política a Liu Shaoqi compreende uma confusão que mistura verdades e falsidades. Para ele, a maioria das críticas às políticas "liberais" de Liu seriam precisas em seus aspectos essenciais, mas inválidas, já que não se desviam do pensamento de Mao ou das políticas centrais daquele período.

Notamos que, às vezes, há certa dificuldade de identificar as reais diferenças de pensamento de Mao e Liu, pra além das oposições concretas em certos períodos na aplicação de algumas políticas. A própria dinâmica da disputa interna no Partido e a narração centrada nos fatos políticos, que pode ser encontrada na literatura, tende a ofuscar os fundamentos que embasavam as divergências. Identificamos que há pouca fonte de textos de Liu mais elaborados e diretamente relacionados ao tema específico que propomos aqui

estudar: o da oposição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a transformação das relações de produção. Entendemos que a questão da iniciativa das massas e o criticismo aos quadros do Partido é um aspecto que influencia nesse tema, ainda que não de forma direta, e nos permite um pequeno vislumbre das posições de Liu Shaoqi nesse período.

Para Hinton (2004) durante a Revolução Cultural, surgiram extremos na disputa de linhas entre Mao e Liu. Na medida em que Mao convoca a tomada do poder de baixo para cima, todos, especialmente os capitalistas, formaram grupos faccionais de apoio para tomar o poder. Isso desencadeou lutas sem princípios e muitas vezes violentas que ninguém, nem Mao nem Liu, conseguiam controlar.

Dessa forma, Hinton (2004) entende que a Revolução Cultural, depois de gerar uma tremenda tempestade, terminou sem consolidar seus objetivos. No entanto, o movimento como um todo teria sido um grande avanço criativo na história. De acordo com o autor, não teria sido um complô, nem um expurgo, mas uma mobilização de massa em que as pessoas foram inspiradas a intervir, a examinar e supervisionar seus quadros e a formar novos comitês populares para exercer o controle nas bases e nas esferas superiores.

Hinton (2004) afirma que a ideia de que a principal contradição da época era a luta de classes entre a classe trabalhadora e a classe capitalista se expressava no centro do partido e, a menos que fosse resolvida no interesse da classe trabalhadora, a revolução socialista fracassaria. Considera que o método de mobilizar as pessoas comuns para tomar o poder de baixo para cima a fim de estabelecer novos órgãos de liderança representativos, órgãos de poder democraticamente eleitos, foi um avanço na história, constituindo-se como a maior contribuição de Mao para a teoria e a prática revolucionárias. Para Hinton (2004) Mao teria sido particularmente perspicaz em sua exposição da tendência da via capitalista e em tornar o alvo da Revolução Cultural "as pessoas do partido com autoridade na via capitalista".

Na mesma linha, para Gray (1972) a teoria do conhecimento e da linha de massas de Mao foram da maior relevância para o modelo econômico chinês, sendo as políticas econômicas de Mao a aplicação mais óbvia e vital de seu pensamento. Para tanto ele aponta três principais documentos de grande importância para o período do Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, produzidos entre 1955 e 1956, sendo eles: *High Tide of Socialism in the Chinese Countryside*, *Ten Great Relationships* e *How to Handle Contradictions Among the People*. O primeiro descreveria e interpretaria os conflitos de interesse na sociedade chinesa; o segundo proveria a teoria econômica com base na qual seria possível transcender as contradições no seio do povo; e o terceiro sugeriria as políticas práticas que poderiam colocar a teoria econômica em operação.

Gray (1972) aponta que o desaparecimento das "três grandes diferenças" seria a medida de sucesso dos objetivos econômicos maoistas, sendo elas: a diferença entre cidade e campo, entre indústria e agricultura e entre trabalho intelectual e manual. No entanto,

conclui que tanto o Grande Salto Adiante quanto a Revolução Cultural (à época, em 1972, quando o texto foi escrito) não teriam durado tempo suficiente para que as ideias de Mao fossem testadas.

3.2.1 A crítica de Mao a Stalin e à política da URSS

A crítica que Mao faz a Stalin, bem como a seus "sucessores revisionistas" é, de acordo com Vincent-Vidal (2005), sempre analítica e cheia de nuances. Essa crítica seria apoiada numa experiência adquirida na prática, ao fazer a guerra, exercer o poder e operar transformações revolucionárias que faltavam ao Partido Bolchevique em outubro de 1917. Mesmo assim, o PCCh não estava imune a erros e, em particular, a uma atitude dogmática em relação às orientações do trabalho econômico (Vincent-Vidal, 2005).

Na Conferência de Chengchow em 1958, Mao aponta as causas que teriam feito nascer o dogmatismo no PCCh:

1. Não tínhamos experiência. A China não tinha técnicos, o próprio ministro era um leigo. Nós éramos, assim, obrigados a 'copiar os países estrangeiros e, ao fazê-lo, tornáramo-nos incapazes de distinguir o bom do mau [...] A maior parte da planificação soviética foi corretamente aplicada na China, mas uma parte dela não era conveniente. Ela tinha sido importada sem espírito crítico.
2. Não entendíamos a situação econômica de conjunto e ainda menos em que a China e a URSS se diferenciavam no plano econômico. Assim, estávamos condenados a seguir cegamente esta última (Mao, 1958 apud VINCENT-VIDAL, 2005, p.115).

Segundo Vincent-Vidal (2005), a crítica à construção da economia na URSS teria vindo progressivamente conforme se desenvolvia a experiência chinesa, tendo aparecido ao menos desde os anos 50. A experiência de luta e organização no campo pelos chineses, em contraposição ao "mediocre desempenho do campesinato soviético" mesmo com a coletivização (ou apesar dela), permitiram aos chineses desde o início ultrapassar o "modelo soviético".

Conforme aponta Lazagna (2017b), o período do Grande Salto adiante, iniciado em 1958, a partir da perspectiva de Mao da revolução ininterrupta, trouxe elementos que apontam para uma ruptura da China com o modelo soviético de desenvolvimento que marcou o período stalinista. Assim se inaugura a possibilidade de uma via diferente ao comunismo, apesar das contradições e disputas que permeavam o Partido Comunista Chinês acerca da aplicabilidade da experiência soviética na construção do socialismo chinês.

Mao Zedong, em inúmeros textos, discursos e documentos do Partido, coloca a luta de classes em evidência, desde pelo menos 1958. Nos textos críticos à experiência de transição soviética, especificamente *A propósito de Problema econômicos do socialismo na URSS de Stalin* e *Notas de leitura sobre o Manual de economia política da União Soviética*,

Mao reestabelece o princípio do primado das relações de produção, desenvolvido por Marx em *O Capital* e obscurecido pelo marxismo da Segunda e Terceira Internacionais (Naves, 2005b).

Mao deixa claro que o que o separa da URSS é a recusa ao economicismo, e critica as palavras de ordem que superestimam o lugar da técnica, conforme anuncia em seu discurso na segunda sessão do VIII Congresso em 8 de maio de 1958:

Não lançamos a palavra de ordem "os quadros decidem tudo"ou "a técnica decide tudo"ou ainda o slogan "o comunismo são os soviets mais a eletrificação". Isso não quer dizer que não queremos a eletrificação; muito pelo contrário, e inclusive ainda mais depressa. Os dois primeiros slogans obedecem ao estilo de Stalin e exprimem um ponto de vista unilateral. Se a técnica decide tudo, o que é feito então da política? Se os quadros decidem tudo, o que é feito das massas? A dialética, aqui, está ausente (Mao, 1958 apud VINCENT-VIDAL, 2005, p.117).

No *Discurso à delegação militar da Albânia em 1962*, Mao aponta que "a luta entre duas classes dentro do Partido têm se manifestado entre as políticas de "esquerda"na aparência e de direita no conteúdo e seus opositores, entre aqueles que negam a existência da luta de classes e aqueles que a enfatizam, e entre o ecletismo e a proeminência da política operária"e anuncia que o objetivo da Revolução Cultural não seria de lutar contra os que têm poder no Partido e tomam a vida capitalista, essa seria uma tarefa, mas o objetivo mesmo seria "resolver a questão de mundo"e "arrancar as raízes do revisionismo", com isso se referindo em especial ao pensamento burguês (Mao, 2019a, p.319 e 326).

No debate sobre as experiências socialistas, Mao, em polêmica com Stalin, critica o socialismo da URSS apontando que o plano soviético destacaria a tecnologia e os quadros técnicos, ignorando a política e as massas. Afirma o princípio da primazia da política e defende a prática dos quadros participarem no trabalho manual e os operários participarem na gestão das empresas Mao (2019b).

Naves (2005b) aponta que, além disso, Mao critica o sistema do diretor único de empresa, adotado na União Soviética nos anos 1920 e reforçado no período stalinista, política essa que tenta ser rompida nas políticas do Grande Salto Adiante a partir de 1958:

Essa forma de gestão é uma manifestação capitalista da empresa que consagra a separação entre as tarefas de gestão e execução, bem como a distinção entre o trabalho manual e intelectual no processo de produção, intensificando, assim, a separação entre o trabalhador direto e os meios de produção. "O princípio da gestão das empresas socialistas deve ser fundamentalmente diferente do das empresas capitalistas"afirmava Mao. Entre os anos de 1959 e 1960, uma experiência de direção "socialista"de empresa é tentada na Siderúrgica de Anshan. Introduziu-se o sistema de participação

dos dirigentes na produção e dos operários na gestão, além da reforma dos regulamentos da fábrica e da busca de cooperação entre dirigentes, técnicos e operários na condução de transformações técnicas nos métodos de produção da empresa. (Naves, 2005b, p. 72)

Na crítica ao socialismo soviético, Mao também enfatiza a necessidade de destruir a ideologia do poder da burguesia, ao mesmo tempo em que se esforça para os quatro objetivos produtivos de garantir quantidade, rapidez, qualidade e economia. Isso só seria possível colocando a política no posto de comando, e critica Stalin por apontar boas medidas econômicas mas falhando no quesito político-ideológico.

Na crítica ao manual de economia política da URSS, presente no texto *Reading Notes On The Soviet Text Political Economy* escrito entre 1961-1962⁶, Mao diz:

Não é suficiente afirmar que o desenvolvimento da grande indústria é a base para a transformação socialista da economia. Toda a história revolucionária mostra que o pleno desenvolvimento de novas forças produtivas não é o pré-requisito para a transformação das relações de produção retrógradas. Nossa revolução começou com a propaganda marxista-leninista, que serviu para criar uma nova opinião pública em favor da revolução. Além disso, só foi possível destruir as velhas relações de produção após termos derrubado uma superestrutura retrógrada no curso da revolução. Depois que as velhas relações de produção haviam sido destruídas, novas relações foram criadas, e estas abriram o caminho para o desenvolvimento de novas forças produtivas sociais. Com isso, conseguimos pôr em marcha a revolução tecnológica para desenvolver forças produtivas sociais em larga escala. Ao mesmo tempo, ainda tínhamos que continuar transformando as relações de produção e a ideologia.

Este livro se dirige apenas às condições prévias materiais e raramente aborda a questão da superestrutura, ou seja, a natureza de classe do estado, da filosofia e da ciência. Em economia, o principal objeto de estudo são as relações de produção. Mesmo assim, a economia política e a perspectiva histórica materialista são primos próximos. É difícil lidar claramente com os problemas da base econômica e das relações de produção se a questão da superestrutura for negligenciada (Mao, 2004, tradução nossa).

Ao tratar da relação entre industrialização e transformação socialista, Mao aponta a necessidade, primeiramente, da apropriação dos meios de produção, da mudança da superestrutura e da propriedade, das relações de produção, e que posteriormente se desenvolvem as forças produtivas. Para isso toma com exemplo uma análise das revoluções burguesas, como segue:

⁶ A fonte desse texto é a publicação em 1968 pela Guarda Vermelha em *Long Live Mao Zedong Thought* encontrado na base online de Marxists Internet Archive.

Voltando à relação entre industrialização e transformação socialista, a verdade é que na própria União Soviética o problema da propriedade foi resolvido antes da industrialização se tornar uma realidade.

Da mesma forma, do ponto de vista da história mundial, as revoluções burguesas e o estabelecimento das nações burguesas vieram antes, e não depois, da Revolução Industrial. A burguesia primeiro mudou a superestrutura e tomou posse da maquinaria do Estado antes de levar adiante a propaganda para reunir forças reais. Só então eles impulsionaram grandes mudanças nas relações de produção. Quando as relações de produção haviam sido cuidadas e estavam no caminho certo, abriram então o caminho para o desenvolvimento das forças produtivas. Com certeza, a revolução nas relações de produção é provocada por um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas, mas o maior desenvolvimento das forças produtivas vem sempre após as mudanças nas relações de produção.

Considere a história do desenvolvimento do capitalismo. Primeiro veio a simples coordenação, que posteriormente se desenvolveu em oficinas de artesanato. Nessa época, as relações de produção capitalista já estavam tomando forma, mas as oficinas produzidas sem máquinas. Este tipo de relações de produção capitalista deu origem à necessidade de avanço tecnológico, criando as condições para o uso de máquinas. Na Inglaterra, a Revolução Industrial (final do século XVIII - início do século XIX) só foi realizada após a revolução burguesa, ou seja, após o século XVII. Tudo isso, de suas respectivas formas, Alemanha, França, América e Japão sofreram mudanças nas relações de superestrutura e produção antes do vasto desenvolvimento da indústria capitalista.

É uma regra geral que não se pode resolver o problema da propriedade e continuar a expandir o desenvolvimento das forças produtivas até que se tenha preparado primeiro a opinião pública para a tomada do poder político. Embora entre a revolução burguesa e a revolução proletária haja certas diferenças (antes da revolução proletária não existiam as relações de produção socialistas, enquanto as relações de produção capitalistas já começavam a crescer na sociedade feudal), basicamente elas são iguais (Mao, 2004, tradução nossa).

É interessante seu apontamento, correto, sobre a existência das relações de produção capitalistas em estado embrionário no feudalismo, e a diferença de que o mesmo não teria ocorrido com relações de produção socialistas anteriormente à revolução socialista. Isso certamente, impõe uma dificuldade para o campo socialista, que precisa dar conta de conceber de forma teórica, e em aliança com a experiência prática revolucionária, formas de novas relações de produção ao eliminar gradualmente as relações de produção capitalistas.

Naves (2005b) aponta que a leitura de Marx feita por Mao, resgatando conceitos desenvolvidos n' *O Capital* a respeito da questão das relações de produção, foi na contra-

corrente das interpretações dominantes, e promoveu a constituição de uma problemática original da transição e do comunismo. No entanto, não impediu Mao de retornar a uma concepção economicista, o que revelou a sua dificuldade em “estabilizar” o novo campo conceitual que ele inaugura.

Uma das razões para essa dificuldade, decorreria, de acordo com Naves (2005b), do conceito de relações de produção em Mao, e sua elaboração imprecisa, confundindo as relações de produção com as relações de propriedade e com as relações de distribuição. Isso fica evidente na citação acima, em que Mao afirma que a questão da propriedade foi resolvida na URSS antes da industrialização, mas nada afirma sobre as relações de produção.

Conforme explica Naves (2005b):

A razão para essa dificuldade decorre da elaboração imprecisa do conceito de relações de produção em Mao. Nas "Notas de leitura...", Mao diz que as relações de produção compreendem "o sistema de propriedade dos meios de produção", "as relações humanas no trabalho" e "o sistema de distribuição". Ele confunde as relações de produção, que são as relações entre os agentes da produção mediadas pelos meios de produção, com as relações de propriedade, que são a expressão jurídica das fronteiras. Além disso, confunde as relações de produção com as relações de distribuição, referentes à repartição dos produtos entre os indivíduos, dependendo da distribuição anterior dos meios de produção entre as classes, sendo assim determinadas pelas relações de produção. Mao muitas vezes se refere às relações de produção entendendo-as como relações de propriedade, como quando afirma que a transformação de uma relação de produção significa uma verdadeira revolução, "embora não signifique a substituição de uma classe por outra", mas sim a passagem de uma economia coletiva para uma economia de todo o povo, isto é, de uma forma de propriedade dos meios de produção para outra. Em contraste, em Marx, as relações de produção são relações de classe, e a sua extinção e o surgimento de novas relações de produção significam que uma determinada classe dominante foi derrubada, sendo substituída por uma nova classe que agora exerce o seu domínio (Naves, 2005b, p. 69).

Para Naves (2005b), a elaboração teórica maoista, apesar de avançar na compreensão da natureza da transição socialista, seria muito irregular, parcial e, frequentemente insatisfatória, mas ainda assim, suficiente para produzir elementos de conhecimento essenciais para se pensar a passagem ao comunismo.

Naves (2005b) aponta que os limites e insuficiências da Revolução Cultural estariam justamente atrelados às deficiências do marxismo de Mao, marcado ainda por economicismo, e significando que "a tese do primado das relações de produção joga um papel subordinado no dispositivo conceitual maoista". Ainda que as massas em muitas fábricas tenham

perseguido o objetivo de se avançar para a constituição de novas relações de produção e de novas forças produtivas, sua compreensão estava difusa, sem produzir o conhecimento teórico necessário para orientar a ação revolucionária.

Para Naves (2005b) essa "vacilação teórica de Mao" teria dificultado a elaboração de uma teoria da transição rigorosa e coerente, mas explicaria, em parte, problemas e impasses da Revolução Cultural. Para o autor, esse processo teria como objeto a transformação das relações de produção, sendo uma luta entre classes sociais antagônicas e contra o poder da classe burguesa enraizado materialmente nas relações de produção capitalistas que continuam a se reproduzir no curso da transição socialista.

Entre os limites apontados por Naves (2005b) na Revolução Cultural estão, primeiro, o alcance restrito das transformações no aparelho partidário e estatal e no processo de produção, sem ocorrer uma transferência de poder para o povo; segundo, a ausência de liberdade plena de elaboração teórica, de organização e ação política, tendo ocupado o maoísmo uma posição de verdade absoluta e limitando o aprendizado das massas em sua experiência e sua sistematização teórica; terceiro, a dificuldade dos agentes da revolução em compreenderem a natureza e objetivos do processo em curso, em especial, as contradições reais da transição socialista na China, muitas vezes aparecendo como uma disputa de poder confusa direcionada a pessoas identificadas política e ideologicamente com a burguesia, e não contra a própria existência de uma nova classe burguesa (de Estado) decorrente ainda do domínio burguês e de relações de produção capitalistas.

Ainda assim, Naves (2005b) considera que a experiência da Revolução Cultural e a elaboração teórica de Mao recuperaram questões decisivas da teoria de Marx, abrindo o terreno para a elaboração a respeito da transição socialista. As suas próprias insuficiências contribuem na elaboração conceitual da transição e para pensar uma estratégia de ultrapassem efetiva do capital, buscando romper com o que chama de socialismo jurídico, que teria como foco apenas a tomada do poder do Estado por um partido proletário e a estatização dos meios de produção, desconsiderando a importância da necessidade de transformação do caráter das forças produtivas e das relações sociais de produção.

3.3 O conflito sino-soviético

O debate sobre a construção do socialismo internacional foi sempre marcante no campo marxista após a vitória da Revolução Russa em 1917, que contribuiu para vitórias revolucionárias em outros países, ainda que de forma indireta enquanto retaguarda. O papel que a URSS assumiu após sua consolidação no interior do movimento socialista internacional foi, no entanto, fruto também de muitas controvérsias e discordâncias, desde a expectativa frustrada de que a revolução socialista se alastraria para os países desenvolvidos, em especial a Alemanha, e que permitiria seu avanço internacional na derrubada do capitalismo.

Uma dessas controvérsias estava no papel da URSS e nas orientações políticas da Internacional e seus conhecidos rumos de passar a priorizar a defesa dos interesses soviéticos, em detrimento de colaborar para o avanço internacional do socialismo. Embora a URSS tenha servido de importante retaguarda para as revoluções que a seguiram, também a relação desses países que entraram no campo socialista foi marcada por conflitos com as orientações soviéticas. A União Soviética e o “socialismo soviético” passou a ser visto, quando não até imposto, como um modelo a ser seguido pelos demais países, incluindo-se fases de estagnação ou retrocessos da elaboração teórica marxista, a fim de não prejudicar a consolidação do modelo soviético, e nem questioná-lo, contribuindo no que costuma ser denominado marxismo ortodoxo e para cristalização do marxismo-leninismo.

O marxismo-leninismo foi estabelecido como ideologia ou doutrina oficial da URSS e também de outros países socialistas, como a China, mas restringindo-se seu conteúdo ou alterando-o livremente. Isso inclusive contribuiu para que até hoje o termo marxismo-leninismo seja visto como um sinônimo de stalinismo, retirando-se o caráter teórico próprio do marxismo que se propõe à elaboração e investigação científica contínuas.

De forma parecida e em virtude da influência do stalinismo, o próprio conceito de socialismo se cristalizou em torno de uma concepção economicista, como já mencionado, que enfatiza a estatização dos meios de produção por um Estado "operário" e a adoção do planejamento econômico, se apoiando na teoria do primado das forças produtivas como "motor" dos processos sociais e históricos. Essa concepção contribuiu para que a experiência soviética fosse colocada como o modelo de socialismo a ser seguido, com o foco na necessidade de modernização, industrialização acelerada e desenvolvimento das forças produtivas, considerando que então, naturalmente se avançaria para relações de produção comunistas.

Apesar dos inúmeros problemas e impedimentos enfrentados pela URSS e demais países do bloco socialista, com a pressão e a ameaça do imperialismo e do avanço do desenvolvimento capitalista, além do latente atraso no desenvolvimento desses países, essa concepção justificou a estagnação do processo de transição socialista e a ortodoxia do marxismo, levando a diversos desvios do materialismo histórico dialético e da teoria formulada por Marx, que prejudicam o campo marxista até os dias atuais, e que buscamos aqui criticar.

Queremos, então, enfatizar, que, para além dos diversos conflitos de interesses nacionais consequentemente marcados por interesses também de classes no interior dos países, as divergências no interior do campo de países socialistas e seus governantes e intelectuais têm como um importante elemento as divergências teóricas que marcam as orientações políticas recomendadas e adotadas no movimento comunista internacional, em especial no período da Guerra Fria. Dessa forma, buscamos analisar que elementos de divergência foram mais marcantes no debate entre soviéticos e chineses no acirramento

do conflito sino-soviético no que se refere ao entendimento do socialismo e da transição socialista.

As tensões entre a China e a URSS ao longo dos anos 50 e 60, que culminaram na ruptura de sua aliança e passou para um contexto de inimizade, teriam como marco a denúncia de Nikita Krushev aos “crimes de Stalin” em 1956, segundo apontam alguns autores (Naves, 2005b; Hobsbawm, 1995). No entanto, esse marco não é um consenso dentro do meio acadêmico, e outros autores afirmam que a base para o desentendimento entre os dois países não começou a partir desse marco, mas foi construída ao longo de toda a relação (Westad, 1998) ⁷.

O movimento internacional comunista, ao menos o que restava dele, estava centrado em Moscou e foi-se desintegrando entre 1956 e 1968 com as tensões entre a China e a URSS, ao mesmo tempo em que partidos comunistas ocidentais, encabeçados pelos italianos, começavam a distanciar-se de Moscou. Dessa forma, o campo socialista original de 1947 passou a se dividir em Estados com variados graus de lealdade à URSS, de extremamente comprometidos, como os búlgaros, até os completamente independentes, como a Iugoslávia ⁸. Assim, o fim do movimento comunista internacional foi também o fim de qualquer tipo de internacionalismo socialista ou social-revolucionário, uma vez que as forças dissidentes e contrárias a Moscou não criaram organizações internacionais sólidas (Hobsbawm, 1995)

A relação entre a China e a URSS, ainda que tenha começado e sido marcada por desconfianças e por uma certa autonomia na linha adotada pelo Partido Comunista Chinês, também contou com a assinatura de um Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética em 1950, com o Programa de Conselheiros Soviéticos que permitiu

⁷ Ainda no processo da Revolução Chinesa, houveram já algumas divergências e decepções, considerando que a URSS não apresentou o apoio militar na guerra contra o Japão, apesar das expectativas dos revolucionários chineses. Em vista disso, para os chineses pareceu que havia ainda muito a ser feito para que os líderes soviéticos reconhecessem a liderança chinesa e seu alinhamento com os soviéticos, como manifestado por Liu Shaoqi e Ren Bishi, além de os fazer perceber que não poderiam depender da ajuda soviética para alcançar seus objetivos (Westad, 1998). Para Hobsbawm (1995), a influência de Moscou sobre o Partido Comunista Chinês foi tênue desde que Mao Tsé-tung se tornou seu líder na década de 1930. De acordo com o autor, Mao teria seguido seu próprio caminho, ainda que sempre proferindo lealdade à URSS e Stalin, por outro lado, teria tido o cuidado de não forçar suas relações com o partido irmão chinês, que era efetivamente independente. No entanto, no fim da década de 1950, Nikita Krushev teria forçado essa relação, tendo como resultado o rompimento, em que a China contestou a liderança soviética do movimento comunista internacional, ainda que sem muito êxito, de acordo com o autor.

⁸ Para Chambre (1965) uma das causas do conflito sino-soviético se relacionaria com os “avatares da ideologia marxista-leninista.” Para o autor, haveria uma disputa entre a identificação dos proletários com os partidos comunistas. Enquanto a URSS era o único país com um certo poder no interior do comunismo, os interesses do Komintern seriam colocados e vistos como os interesses dos proletários do mundo, ainda que fossem apenas a expressão internacional dos interesses da URSS. Na medida em que surgem outros partidos desencadeando revoluções bem sucedidas, ocorre um conflito.

de milhares de especialistas soviéticos fossem enviados à China com o objetivo de auxiliar na construção do novo Estado chinês. Isso contribuiu para que na primeira década, muitos dos planos de desenvolvimento e industrialização chineses fossem baseados nos modelos soviéticos, conforme apontamos anteriormente (Roman; Dresch, 2017).

No entanto, essa cooperação resultou curta, uma vez que com o aprofundamento das divergências, os soviéticos romperam unilateralmente os acordos de cooperação, promovendo o cancelamento de centenas de contratos e projetos e a saída imediata de todos os técnicos e cientistas que os implementavam (Naves, 2005b). Dessa forma, no advento do lançamento da Revolução Cultural, a China não contava mais com o apoio técnico soviético, o que é um elemento a ser considerado para entender as condições em que se deu a busca chinesa pela transformação das relações de produção em meio às dificuldades do avanço das forças produtivas.

Para Naves (2005b), as relações entre a China e a URSS estremeceram após a denúncia de Krushev dos “crimes de Stalin” em 1956, e a relutância dos chineses em acompanhar essa crítica. Mas a ruptura só se tornaria irreversivelmente grave com a recusa chinesa em aceitar as teses soviéticas da “passagem pacífica para o socialismo” e da “coexistência pacífica com o imperialismo”. Essas teses foram consideradas pelos chineses como parte do "revisionismo moderno", exprimindo o abandono do "internacionalismo proletário" e do apoio à revolução mundial.

No âmbito dos diálogos entre os PCCh e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), entre as lideranças de ambos os países, assim como nas discussões dos Congressos de Moscou de 1957 e 1960, aparece a evidência de diferenças irreconciliáveis em seus projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e apontamentos de caminhos para o campo socialista e o movimento comunista internacional.

As polêmicas entre os dois partidos, que se aprofundam a partir de 1956, vão se refletir nas discussões das Conferências de Moscou em 1957 e em 1960⁹. Em 1963, as divergências se agudizam nas trocas de cartas entre os Comitês Centrais do PCCh e PCUS¹⁰, além de respostas em jornais oficiais dos partidos, momento em que se tornam diretamente públicas as divergências, marcadas por acusações de ambos os lados¹¹.

⁹ De acordo com os comunistas chineses, em 1960 durante reunião de representantes de partidos irmãos em Bucareste, o PCUS começa um grande ataque ao PCCh, e no mês seguinte o governo soviético retira seus especialistas da China, rompendo acordos e contratos de cooperação (Redacción del Remin Ribao y la Redacción de la Revista Hogqi, 1965b).

¹⁰ A primeira carta dessa troca em 1963 é a Carta do Comitê Central (CC) do PCUS ao CC do PCCh de 30 de março de 1963, em que anunciam a intenção de buscar a unidade e coesão, e marcar uma “entrevista de representantes”, ou seja, uma reunião, do PCUS e do PCCh para diminuir as divergências a ser realizada em Moscou. Também propõem interromper as polêmicas abertas na imprensa de ambos os países, e apontam as questões e posições centrais que necessitam de debate (Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética, 1965).

¹¹ No entanto, já é apontado pelos comunistas chineses que desde final de 1962, vários ataques

Na *Resposta do Comitê Central do Partido Comunista da China à Carta do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética de 30 de Março de 1963* os chineses apontam que seria necessário criticar as concepções errôneas acerca das contradições fundamentais naquele momento, que ofuscariam o conteúdo de classe da contradição entre o campo socialista e o campo imperialista, sem ver a contradição entre os Estados de ditadura do proletariado e os Estados de ditadura da burguesia monopolista, que subestimam as contradições entre o proletariado e a burguesia no mundo capitalista e entre as nações oprimidas e o imperialismo, ao negar a necessidade da revolução proletária em cada país para resolver a contradição entre o proletariado e a burguesia no mundo capitalista, ou ao sustentar que as contradições entre o socialismo e o capitalismo poderiam desaparecer no curso de uma “emulação econômica” levando a um mundo sem guerras e de cooperação geral (Comité Central del Partido Comunista de China, 1965, p. 9-11)

Criticam também os que argumentam pela paz de forma genérica, aludindo a um pacifismo burguês e defendendo uma via pacífica do capitalismo ao socialismo, ignorando os princípios leninistas de que o centro do poder é o poder de Estado e que as classes dominantes não cedem voluntariamente o poder, conforme também estaria na Declaração de 1957 e de 1960. Criticam os que, ao defender o pacifismo, ignorariam a análise concreta das guerras que ocorrem, condenando inclusive as guerras revolucionárias.

No que concerne nosso objeto de estudo, esse momento do conflito sino-soviético demarca divergências de concepções, que, ainda que de forma indireta, refletem as prioridades dos dirigentes de cada país acerca das tarefas para o avanço do socialismo a partir da própria concepção que tem, nesse momento, do socialismo. Dessa forma, acreditamos que há questões de fundo, das quais derivam as divergências em relação a postura na política externa, na relação com o imperialismo e na posição em relação ao papel da luta de classes de forma geral.

Para os chineses, os soviéticos confundem a política de coexistência pacífica, que diz respeito a uma política seguida por países socialistas para suas relações com países de outros sistemas sociais, e que é também dirigida contra a política imperialista de agressão e guerra, conforme os princípios de Lenin. No entanto, ao afirmar que a política de coexistência pacífica seria um princípio geral de todos os partidos marxistas-leninistas, incluindo os que não estão no poder, Krushev estaria substituindo na arena internacional a luta de classes pela colaboração de classes (Redacción del Remin Ribao y la Redacción de la Revista Hogqi, 1965a).

A concepção de "transição pacífica" adotada pelos soviéticos foi duramente criticada pelos chineses, por representar um recuo da concepção marxista-leninista da tomada do poder e do próprio caráter do Estado burguês. Segundo os chineses, na Conferência

eram dirigidos ao PCCh nos discursos de Krushev e na imprensa soviética (Redacción del Remin Ribao y la Redacción de la Revista Hogqi, 1965b).

de Moscou de 1957, que tinha como objetivo sintetizar as experiências do movimento comunista internacional, o PCUS teria apresentado um projeto em que descrevia a transição pacífica como “a conquista de uma maioria no parlamento e a transformação do parlamento de um instrumento da ditadura burguesa em um verdadeiro instrumento de Poder popular” substituindo, na visão dos chineses, o caminho da Revolução de Outubro pelo chamado “caminho parlamentar” (Redacción del Remin Ribao y la Redacción de la Revista Hogqi, 1965b).

Essa seria uma formulação similar à aprovada no XX Congresso do PCUS de 1956, conforme:

Em vários países capitalistas, a classe operária, encabeçada por sua vanguarda, tem nas condições atuais a possibilidade real de agrupar sob sua direção a esmagadora maioria do povo e de assegurar a passagem às mãos deste dos meios de produção fundamentais. Os partidos burgueses de direita e os governos por eles constituídos caem com frequência cada vez maior. Nessas condições, a classe operária unindo em torno de si o campesinato trabalhador, amplos setores da intelectualidade, todas as forças patrióticas, e dando uma réplica contundente aos elementos oportunistas, incapazes de renunciar à política de conciliação com os capitalistas e os latifundiários, pode derrotar as forças reacionárias e antipopulares, conquistar uma maioria sólida no Parlamento e convertê-lo, de órgão da democracia burguesa, em instrumento da verdadeira vontade do povo. (Partido Comunista da União Soviética, 1956)

Em debate com o PCUS desde 1956, anterior ao Congresso de Moscou de 1957, o Comitê Central do PCCh entregou em 1957 uma *Resenha de opiniões acerca do problema da transição pacífica*¹² com suas críticas, em que reafirma a questão da conquista do poder de Estado para destruir a velha máquina estatal burguesa:

Na situação atual do movimento comunista internacional, é taticamente vantajoso apontar nosso desejo de uma transição pacífica. Entretanto, a possibilidade de uma transição pacífica não deve ser enfatizada em demasia. O proletariado e o Partido Comunista "devem estar sempre preparados para repelir os ataques da contra-revolução e, no momento crítico da revolução, quando a classe

¹² Esses debates culminaram na disputa em torno da redação da Declaração de Moscou de 1957, que aprovou duas emendas importantes em relação ao texto do XX Congresso do PCUS. O texto final, apesar de assinalar a possibilidade do caminho de transição pacífica, apresenta também o caminho da transição não pacífica, enfatizando que “o leninismo ensina - e a experiência histórica confirma - que as classes dominadas não cedem voluntariamente ao Poder”. Ao fazer referência à maioria estável no parlamento, a Declaração ressalta a necessidade de “desenvolver uma ampla luta de massas fora do parlamento, romper a resistência das forças reacionárias e criar as condições necessárias para fazer a revolução socialista por via pacífica”.

trabalhadora está tomando o poder, para derrubar a burguesia pela força das armas caso esta última recorra às armas para reprimir a revolução popular (que, via de regra, é inevitável)". "A conquista de uma maioria no parlamento não equivale à destruição da velha máquina estatal (principalmente as forças armadas) nem ao estabelecimento de uma nova máquina estatal (principalmente as forças armadas). Sem a destruição da máquina estatal militar-burocrática da burguesia, a maioria formada pelo proletariado e seus aliados de confiança no parlamento ou é impossível", "ou insegura"¹³. (Partido Comunista de China, 1965, tradução nossa)

A Declaração de 1957, no entanto, estabelece uma grande ambiguidade ao buscar conciliar duas proposições: a da possibilidade da via pacífica e parlamentar ao socialismo e a afirmação de que a classe dominante nunca cede voluntariamente o Poder e sua resistência pode ser por meios violentos. A ênfase é dada muito mais à via pacífica, mesclando a afirmação do XX Congresso do PCUS acima, mas acrescentando o papel da luta de massas. A via não-pacífica é colocada como uma mera possibilidade, conforme o início do trecho que aborda o tema: "No caso das classes dirigentes recorrerem à violência contra as pessoas, a possibilidade de transição não pacífica para o socialismo deve ser levada em conta" (Conferencias de Moscú, 2022). Por fim, é colocado que a possibilidade de uma ou outra alternativa depende das condições concretas em cada país ¹⁴.

Em relação ao XXII Congresso do PCUS de 1961, os chineses apontam o aprofundamento e consolidação do revisionismo no programa aprovado pelo PCUS. Segundo eles, a URSS abandonaria de vez o caminho revolucionário (*Redacción del Remin Ribao y la Redacción de la Revista Hogqi*, 1965b). Apesar disso, a redação do trecho que aborda esse tópico no Programa do Partido Comunista da União Soviética é praticamente o mesmo aprovado na Declaração de 1960, em que reconhece duas formas, pacífica e não pacífica, a depender da reação burguesa, dando ênfase, no entanto, que atualmente se abriu maiores possibilidades para a via pacífica parlamentar.

Esse debate contribui para evidenciar aspectos importantes que foram revisados pelos soviéticos. Ao recusar a necessidade de destruir a velha máquina estatal e estabelecer uma nova máquina estatal, a ditadura do proletariado, a URSS busca também legitimar a sua concepção de socialismo, pois entende que é possível que o Estado represente o povo, ao invés de entender a necessidade, conforme a tese leninista aponta, do definhamento do Estado, com o aumento da participação dos trabalhadores na gestão da sociedade de fato.

¹³ Conforme *El origen y el desarrollo de las divergencias entre la dirección del PCUS y nosotros* e Anexo 1 *Reseña de opiniones sobre el problema de la transición pacífica*.

¹⁴ Apesar de ser mais avançado que o texto do XX Congresso do PCUS, a Declaração de 1957 concilia duas concepções inconciliáveis a respeito da transição do capitalismo ao socialismo. O mesmo texto foi reutilizado para a Declaração de 1960, ainda com divergências dos chineses, que apontam que cedem novamente, mas pretendem ceder apenas essa última vez acerca do tópico da transição pacífica.

A adoção da possibilidade da transição pacífica aparece como um indício do abandono de princípios do marxismo-leninismo, do entendimento da necessidade da contínua luta de classes durante a transição, e ignora os problemas da cristalização da burocracia estatal e surgimento de uma nova classe dominante.

Assim, o processo de desestalinização aberto por Krushev enuncia uma volta ao pensamento de Lenin de forma retórica, mas adota a tese da transição pacífica do socialismo ao comunismo, que nada tem em comum com as teses do mesmo. Pelo contrário, o Congresso de 1961 do PCUS formula um programa notavelmente distinto do programa de Lenin e Bukharin, que foi adotado em 1919 . No novo programa se coloca um código de moral comunista que mais se assemelha à moralidade burguesa, do que um que coloque o interesse dos proletários em evidência (Chambre, 1965). Também os chineses apontam como no Programa de 1961, os lemas proletários são substituídos por algo mais próximo do lema burguês de “igualdade, fraternidade e liberdade”.

O conflito entre os dois países foi permeado por diversos fatos políticos que podem ser apontados como parte da causa da ruptura, além de conflitos de interesse entre a China e a URSS na sua posição na política mundial e na construção do socialismo. No entanto, as divergências teóricas e políticas presentes no conflito entre as visões de cada Partido se apresentaram como um ponto crucial para que a ruptura terminasse por se consolidar. Apontamos que não é um aspecto a ser subestimado ou visto como secundário no desenrolar dos eventos que transformaram uma amizade desconfiada em uma inimizade entre os dois mais relevantes países do campo socialista naquele momento.

O debate entre comunistas, em especial internamente, tem sempre um componente de difícil percepção das divergências, uma vez que nenhum pretende abertamente abandonar importantes concepções nas quais se fundam, como a importância da libertação dos povos oprimidos, da luta contra o imperialismo, a transição do capitalismo ao socialismo e o objetivo de se chegar a uma sociedade comunista. No entanto, recorre-se a dar outros significados a alguns termos, alterar concepções em vista de mudanças no cenário internacional, ou mesmo elencar o que seria prioritário ou uma contradição principal.

Entrementes, apontamos a disputa chinesa no interior do movimento comunista internacional em torno dos fundamentos teóricos e rumos do movimento teve grande importância para a preservação de importantes conceitos do leninismo e do pensamento revolucionário, influenciando diversos intelectuais marxistas e organizações revolucionárias até hoje.

4 A REVOLUÇÃO CULTURAL NA CHINA E A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

A Grande Revolução Cultural Proletária (GRCP) na China foi um marco do processo revolucionário chinês que teve como objetivo uma alteração profunda na sociedade chinesa, incluindo revolucionarizar as relações sociais de produção, para além de desenvolver as forças produtivas. O debate da transição socialista é marcado pela dualidade do primado do desenvolvimento das forças produtivas e a transformação das relações sociais de produção, na tentativa de se avançar a uma sociedade socialista. Entendemos que duas linhas principais se opuseram nos processos de transição, e a China é um exemplo marcante da aplicação prática dessas duas linhas em diferentes momentos.

O período maoista, que engloba e se encerra com o fim da Revolução Cultural, foi marcado por contradições, e buscamos nos distanciar das análises do senso comum, que reduzem esse período a um grande desastre econômico, ressaltam apenas os aspectos sociais negativos e aponta na política apenas elementos de autoritarismo, sem considerar as particularidades e contradições do processo político pós-revolucionário. Mesmo no campo do marxismo, encontram-se análises reducionistas, ora louvando o processo chinês com base mais nos seus princípios e objetivos socialistas, e seu papel no antiimperialismo estadunidense, ora condenando a experiência enquanto um fracasso econômico e político, ou uma mera restauração capitalista, a partir de argumentos mais do campo ortodoxo do liberalismo, que da análise marxista da realidade.

Almeida (2023) afirma que, assim como o Grande Salto à Frente, a Revolução Cultural tinha o objetivo de desenvolver um processo revolucionário ininterrupto com o intuito de promover um rápido desenvolvimento industrial e tecnológico, concomitantemente a uma maior coletivização e socialização do processo produtivo e político, de forma a enfrentar as tendências burocráticas, conservadoras e burguesas na sociedade, no Estado e mesmo no partido. No entanto, também tinha em vista uma disputa de Mao e das correntes mais à esquerda do PCCh com a corrente liderada por Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. Ambos foram afastados da direção do partido e do Estado na época, mas posteriormente, especialmente após a morte de Mao, voltaram à liderança, através de Deng, para implementar as reformas pró-mercado, numa direção oposta à tentativa do período anterior.

Almeida (2023) considera que analisar esse período da Revolução Cultural de forma crítica, considerando seus objetivos e seus excessos, seria de grande relevância considerando os temas que o envolvem:

Esse é um tema muito rico para o debate, pois significou a discussão sobre as relações entre partido, Estado e iniciativa das massas e

as relações entre o peso do chamado "desenvolvimento das forças produtivas" em geral e o desse desenvolvimento dialeticamente articulado com um "desenvolvimento das relações de produção" e da cultura como modo de vida em geral, que pudesse permitir que a transição ao socialismo não se burocratizasse nem se aburguesasse e retrocedesse; processo no qual era preciso colocar a "política no posto de comando", pois a luta de classes continua na transição socialista" (Almeida, 2023, p. 20).

Souza (2023) busca sair dos determinismos e simplismos ao analisar o legado de Mao, bem como sua responsabilidade por todos os eventos que marcaram seu exercício na liderança do PCCh e do Estado chinês. Por exemplo, a respeito do Grande Salto Adiante e da Grande Revolução Cultural Proletária, o autor aponta desde os frutos econômicos desse período que permitiram avanços posteriores, como na industrialização, tanto os aspectos que mostram o fracasso econômico dessas empreitadas.

Para Souza (2023), o legado político da Revolução Cultural é marcado por exageros na condução da política em primeiro lugar, com o incentivo à elevação e ativismo das massas, que resultou em expurgos, julgamentos excessivos de dirigentes do partido. entre outros. Por outro lado, diferente do stalinismo, não promoveu condenações a morte, mas exílios que permitiam que depois os quadros fossem reabilitados no partido. Um exemplo são as idas e voltas de Deng e Li Xiaopi.

Outro aspecto que Souza (2023) aponta seria algum voluntarismo na condução política de Mao. Ao mesmo tempo, contrapõe aqueles que afirmam que Mao teria sido apenas voluntarista e que desconsiderasse os aspectos econômicos, e aponta o texto de Mao *Sobre as dez grandes relações* para exemplificar como o revolucionário conjugava os dois aspectos, político e econômico.

No aspecto do desenvolvimento industrial e da tecnologia, Souza (2023) diversas vezes aponta para a fragilidade do atraso tecnológico da China e como os caminhos adotados, bem como as limitações impostas ao nascente regime, não contribuíram para a saída dessa situação. No entanto, ao contrário dos que buscaram negar o legado de Mao, a exemplo do próprio PCCh de Deng, mostra os dados econômicos de crescimento substancial do PIB, da industrialização e do bem-estar da população chinesa.

De 1952 a 1978, durante o período maoista, a economia chinesa registrou um crescimento médio de 6,2% ao ano no PIB e 9,4% ao ano no PIB industrial. Durante esse período, a produção de carvão aumentou nove vezes, a de aço cresceu 32 vezes, e a produção de energia aumentou 36 vezes, incluindo a realização de testes nucleares. Nos dez anos que antecederam as reformas pró-mercado, o PIB cresceu a uma média de 6,8% ao ano. A população chinesa cresceu de 540 para 950 milhões de pessoas, e a expectativa de vida dobrou de 35 para 68 anos, evidenciando significativas melhorias na produção, condições alimentares, saúde e qualidade de vida em geral (Souza, 2023).

Nogueira (2019) aponta também para as contradições do período maoísta, buscando analisá-lo à luz dos avanços econômicos que permitiram e deram base para o crescimento econômico pós-reformas. Com isso, a autora busca também se distanciar de análises simplistas que enxergam que o boom econômico chinês se iniciaria apenas a partir das reformas pós-1978, tendo rompido com um suposto profundo atraso econômico durante as décadas sob Mao. Aponta que, do contrário, no período maoísta houve a primeira transformação econômica estrutural, que permitiu à China se estabelecer como nação industrializada, apesar de manter-se como um país majoritariamente rural, com 80% da população morando no campo.

Além disso, o período maoísta teria também contribuído na distribuição nacional de riqueza, ao eliminar a renda da terra, melhorar indicadores básicos de bem-estar, como saúde e educação, e promover a industrialização pesada e de regiões remotas da China. Destaca, no entanto, que a produtividade agrícola estagnou, aumentando a desigualdade de renda e social entre zonas urbanas e rurais (Nogueira, 2019).

Wang (2019), apesar de apontar que a política das Comunas, no período entre o fim da década de 50 e fim da década de 70, teriam sufocado o trabalho e a vida do campesinato, afirma que por mais de duas décadas elas cumpriram a função de uma instituição social abrangente, fornecendo serviços públicos como educação básica e assistência médica por meio de uma estrutura cooperativa. Com seu desmantelamento na década de 90, as ligações entre a revolução original e o campo foram prejudicadas, implicando em anular a função da Comuna como organizadora da produção agrícola e transformando a família camponesa em unidade básica de produção.

Souza (2023) considera que os comunistas chineses, a partir das reformas de abertura de Deng, teriam subestimado o capitalismo. Afirma que os líderes chineses após Mao teriam apostado todas as fichas de que o capital, após desenvolver e modernizar a China, desaparecerá completamente. Assim, acreditavam que, após edificar o socialismo, as forças capitalistas fortalecidas no período posterior, de alguma forma se extinguiriam e desapareceriam. Apesar de não colocar nesses termos, indiretamente Souza (2023) critica a concepção de que o desenvolvimento das forças produtivas por si só engendraria forças que provocariam a alteração das relações de produção. Ele atribui esse pensamento a uma ilusão reformista diante do capital, que era justificada como uma flexibilidade tática.

Para Gray (2006) todo evento na China teria três dimensões: a história da cultura chinesa, o socialismo e as tentativas de países camponeses menos desenvolvidos para combater a pobreza. O ponto crucial da primeira dimensão seria o problema de como substituir as relações hierárquicas tradicionais por uma sociedade civil ou talvez um mercado em que os atores são coletivos e por processos decisórios mais democráticos. O ponto crucial do segundo era como escapar do estadismo stalinista para as ideias mais comunitárias do socialismo. O ponto crucial do terceiro era as proporções dos fatores da

China, com a pior relação homem-terra entre os principais países, um enorme excedente de mão de obra rural e pouco capital. Para o autor, essas eram claramente as perguntas básicas que Mao teria tentado responder, de forma que não seria possível compreender o Grande Salto Adiante e a Grande Revolução Cultural Proletária sem que essas três dimensões fossem levadas em consideração (Gray, 2006, p. 659).

4.1 A política do Grande Salto e da Revolução Cultural

A teoria da ditadura do proletariado em Mao pressupunha a radicalização do controle das massas não apenas sobre Estado e o Partido, mas, também, da produção, o que seria chamado “linha das massas”. A tarefa da transformação qualitativa das relações de produção e das forças produtivas através da “iniciativa das massas”, sintetizada na palavra de ordem “a política no posto de comando”, tão difundida no período da Revolução Cultural, tinha como objetivo submeter o resultado econômico aos objetivos políticos, de forma que o objetivo não era somente o aumento da produtividade, mas a elevação da consciência política das massas (Lazagna, 2017b).

Para Lazagna (2017b), a politização dos trabalhadores não entraria em contradição com o objetivo de se alcançar melhores resultados econômicos. Pelo contrário, na tentativa de se romper com a divisão especificamente capitalista do trabalho – trabalho de direção e trabalho de execução – a criatividade dos trabalhadores tenderia a ser liberada no sentido de transformação dos instrumentos de trabalho e da maquinaria capitalistas, que possuem inscritos em si a divisão capitalista do trabalho. Assim, havia o objetivo de que os trabalhadores tivessem liberdade para elaborar novos instrumentos e métodos de trabalho (Lazagna, 2017b).

Gray (2006) aponta que as indústrias de comunas e brigadas não teriam tido sucesso durante o Grande Salto, mas que, desde sua ressurreição em 1970, teriam sido a força motriz de um milagre econômico. Além disso, afirma que sua existência foi negligenciada por economistas ao estudar a China, com livros inteiros sobre a economia chinesa sem mencioná-las. Elas eram rejeitadas por chineses intelectuais, bem como por stalinistas, por não serem controladas pelo "centro", e por considerarem o desenvolvimento econômico apenas "em termos do maior e mais avançado".

Conforme relata Gray (2006), um economista soviético que participou da criação do primeiro plano quinquenal da China teria dito que ele e seus colegas consultores pediram à China que explorasse sua mão de obra abundante em setores de baixa tecnologia, baixo capital e mão de obra intensiva, mas os chineses se recusaram; e essa atitude teria seguido influente na China, de acordo com o autor (Gray, 2006, p. 660).

Para Gray (2006), a ideia de Mao, presente tanto no Grande Salto quanto na Revolução Cultural, não partia de voluntarismo ou idealismo, mas era consistente com sua

elaboração de uma nova estratégia para a resolução dos problemas econômicos enfrentados pela China, ao mesmo tempo em que entendia o papel da iniciativa das massas e, em grande medida, dos camponeses, para superar a situação.

O paradigma stalinista considerava que seria necessário uma acumulação primitiva a partir da agricultura para ter capital para a industrialização, em uma tentativa de imitar o processo que teria ocorrido na Inglaterra para a Revolução Industrial. Essa concepção era chamada de "feudalismo objetivo" pelo soviético Preobrazhensky. Ainda que pesquisas modernas tenham mostrado que essa podia ser uma visão equivocada do processo de desenvolvimento inglês, foi o esquema adotado pelos soviéticos, não sem controvérsias (Gray, 2006).

Os planejadores socialistas Shanin e Bazarov em 1920 argumentaram que pequenas quantias de capital investidos na agricultura poderia ter um imenso efeito na produção agrícola e na receita camponesa, aumentando sua demanda e estimulando a industrialização. Assim, convenceram também Preobrazhensky, e obtiveram o apoio de Bukharin, argumentando que a maior parte do desenvolvimento econômico era, por natureza, local, que a eletricidade removia a necessidade de uma custosa urbanização da indústria, apontando que a melhor forma de desenvolvimento econômico seria aquela em que os trabalhadores são também os beneficiários. Ainda assim, o caminho adotado por Stalin foi do "feudalismo objetivo" em que a agricultura seria feita para fornecer o capital para a industrialização por meio de altos impostos sobre a terra e baixos preços agrícolas fixados pelo Estado (Gray, 2006).

No início da década de 1950, quando os países subdesenvolvidos começaram seus esforços de desenvolvimento planejado, o paradigma de Stalin era amplamente aceito, mas Nurkse cria um novo paradigma de desenvolvimento. Ele argumenta que o excedente de mão de obra rural típico de muitos países pobres e camponeses poderia ser transformado de um fardo em um recurso, usado para aumentar a produção, diversificar as culturas, melhorar a infraestrutura agrícola e criar indústrias de vilarejo de baixa tecnologia e com uso intensivo de mão de obra. Dessa forma, o grande aumento do poder de compra dos camponeses criaria a demanda que impulsionaria a industrialização. Para Gray (2006) essa foi a mesma conclusão a que Mao chegou e que foi sua base de estratégia no Grande Salto Adiante.

Após a metade do Primeiro Plano Quinquenal¹, Mao publicou em *The High Tide of Socialism in the Chinese Countryside* uma coleção de três volumes descrevendo o processo de fundação de Cooperativas de Produtores Agrícolas individuais. Durante todo o processo, a ênfase estava na apresentação da cooperativização não por meio de argumentos abstratos, mas pela criação, em cada aldeia, de um plano para aumentar a renda dos membros da

¹ O Primeiro Plano Quinquenal é elaborado em 1953, com o objetivo de orientar os próximos 5 anos.

cooperativa por meio da inovação econômica baseada nos recursos e nas propostas da aldeia. A ideia do *High Tide* de que o investimento de gestação nula, principalmente em mão de obra, com retorno na próxima colheita, poderia ser o início de uma espiral de crescimento, diversificação e avanço tecnológico em mãos coletivas foi mais um passo em direção ao sistema de comunas (Gray, 2006, p. 674).

Assim, o Grande Salto deveria usar a linha de massa não apenas como uma questão de estilo político, mas como o meio mais eficaz e mais democrático de realizar grandes mudanças sociais. Todos participariam, de forma crítica, da concepção e da implementação dessas mudanças. As pessoas forneceriam a matéria-prima da política e o partido a processaria. A estratégia econômica envolvida, ao colocar o poder nas mãos das comunidades locais, causaria um curto-circuito na burocracia. Os planejadores centrais não mais estabeleceriam a lei, mas responderiam aos efeitos das iniciativas locais (Gray, 2006, p. 675).

Segundo Gray (2006), a avaliação negativa que se tem sobre o Grande Salto deveria ter sido mudada após 1970:

É claro que nossa perspectiva sobre o Grande Salto deveria ter mudado quando a segunda tentativa de Mao de aplicar sua estratégia, a partir de 1970, mostrou-se extremamente bem-sucedida, mas poucas pessoas perceberam isso, e a linha do partido de Deng Xiaoping escondeu esse fato. A linha de pensamento era que a Gangue dos Quatro havia de fato destruído as empresas de comunas e brigadas, e Deng Xiaoping as havia iniciado novamente após 1979. No entanto, meu trabalho de campo em 1982 provou que isso estava errado; a maioria das fábricas que visitei havia sido iniciada ou reiniciada em 1970 ou 1971; algumas até mesmo haviam começado em 1958 e sobreviveram ao ataque de Liu Shaoqi contra elas (Gray, 2006, p. 666, tradução nossa).

Gray (2006) critica a abordagem de Roderick MacFarquhar no livro *The origins of the Cultural Revolution* afirmando que o livro nunca chega a abordar o renascimento da estratégia do Grande Salto em uma forma mais controlada após a Revolução Cultural, quando ela se mostrou bem-sucedida. Para ele, como resultado dessa abordagem, a estratégia econômica fundamental em questão nunca é tratada com seriedade, e sem que a estratégia seja esclarecida, fica-se com a conclusão de que todo o movimento de eventos de 1958 a 1976 foi uma luta apenas ideológica. Roderick, ao apresentar as discussões que ocorriam no topo, discussões que certamente eram expressas no discurso do marxismo, em dado momento cita uma intervenção de Mao que diz: "as comunas devem maximizar seu comércio de mercadorias para maximizar seus lucros". Sobre isso, no entanto, Roderick não faz nenhum comentário, embora essa declaração enfaticamente não ideológica revele que, as questões eram, no fundo, econômicas práticas.

Ao analisar o Grande Salto Adiante, é importante considerar que ele inaugura

uma série de políticas, assim como cria contradições que levaram aos debates políticos posteriores, que são fundamentais para se compreender a etapa da Revolução Cultural. No entanto, apresenta um legado bastante ambíguo, com avaliações contraditórias, que também marcaram um período posterior, de retrocesso nas políticas adotadas, que seriam retomadas com a Revolução Cultural.

Essa ambiguidade, para Andors (1974), seria um fruto muito mais da natureza experimental de muitas tentativas sem precedentes em termos de organização e incentivos nas fábricas e nos sistemas de planejamento da China do que decorrente da aplicação de um conjunto consistente de princípios "radicais" ou "dogmáticos" aplicados "a priori" à realidade social.

Da mesma forma, Andors (1974) considera que foi um período em que o legado ambíguo de transformação econômica e política tornou-se parte do processo de conflito político, muito mais do que simplesmente um retorno às práticas do período pré-Salto, ou uma "oscilação" de volta à organização burocrática "pragmática" e à autoridade técnica.

Durante o Grande Salto Adiante houve a evolução, essencialmente, de dois sistemas de gerenciamento a níveis micro e macro². Um sistema foi chamado de "responsabilidade do gerente da fábrica sob a liderança do Comitê do Partido". E o outro foi conhecido como "duas participações, uma reforma e uma combinação tripla" (sistema 2-1-3), sendo o último o produto dos turbulentos anos do Grande Salto, na tentativa de ir além da proposta anterior (Andors, 1974).

O sistema chamado 2-1-3 consistia na participação dos quadros administrativos no trabalho de produção e dos operários na gestão; na reforma dos regulamentos de oficinas tidos como irracionais; na cooperação dos quadros, dos operários, dos técnicos em grupos de tripla união no sentido de encorajar vigorosamente as inovações técnicas e de conduzir a revolução técnica (Andors, 1974). Esses princípios trazem, para retomar os próprios termos de um artigo do Comitê Revolucionário da Municipalidade de Anshan, de 24 de março de 1970, "uma solução criativa para as relações entre a superestrutura e a base econômica, entre a direção e as próprias massas nas empresas socialistas" (Vincent-Vidal, 2005).

Para Andors (1974), as ambiguidades do Grande Salto desenvolveram-se sobre essas questões. Isso decorre de que, em termos da estrutura formal da empresa, nunca teria ficado claro, dada a ampla variação na sofisticação técnica, habilidades educacionais e disponibilidade de mão de obra, exatamente quais tipos de gestão poderiam ser descentralizados para as unidades operacionais, com que frequência e onde os quadros deveriam participar do trabalho, como as equipes de combinação tripla funcionariam em relação aos tomadores de decisão de engenharia e técnica que operavam individualmente, e que tipo

² Andors (1974) atribui o nível micro à gestão dentro da fábrica e o nível macro se refere à coordenação e planejamento da relação entre empresas.

de incentivos levariam simultaneamente à produção máxima, à máxima disposição para assumir responsabilidades e ao mínimo desperdício.

O Grande Salto trouxe consigo mudanças na tomada de decisões, impactando as rotinas dos quadros em todos os níveis, e nos valores e incentivos para trabalhadores e quadros. No entanto, esses problemas nunca foram completamente resolvidos. A política de incentivos enfatizou recompensas materiais e participativas, com destaque para o bônus coletivo de equipe. A ambiguidade organizacional em relação à participação dos trabalhadores na gestão e dos quadros no trabalho foi evidente, assim como o sistema de treinamento de pessoal, que envolvia educação técnica em tempo integral e parcial, intimamente ligada às fábricas e minas (Andors, 1974).

Todas essas medidas visavam alcançar objetivos revolucionários e acelerar a modernização. A liderança do Partido sobre as fábricas era baseada em política, diretrizes e operações. No entanto, o desafio residia na garantia da supremacia da política diante de dois problemas: de gestão nas operações complexas das fábricas; e na coordenação de uma economia complexa (Andors, 1974). Os desacordos sobre como resolver essas questões no Partido, que surgem em 1959, seria, para Andors (1974) um dos principais fatores que prepararia o conflito político que abalou a China nos anos 60, separando as posições entre os que viam o problema como essencialmente político, e outros que o viam como essencialmente econômico.

Conforma aponta Vincent-Vidal (2005), a introdução da linha de massa no sistema de gestão, que se iniciou por decisão do VII Congresso em 1956, e foi ampliada com o Grande Salto para a Frente, teria se chocado incessantemente com uma oposição tenaz dos direitistas, que seriam denunciados, após o Pleno de Lushan em 1958, como o “perigo principal”.

Como um exemplo, Vincent-Vidal (2005) argumenta que em fevereiro de 1961, Po I-po, ministro da Indústria, lança uma campanha que procurava liquidar a direção coletiva do Partido em benefício do dirigente único. Ele defendia que se deixasse “a gestão do dia-a-dia” aos diretores responsáveis pela empresa, e que se libertasse o Partido da “rotina cotidiana”. Diversos artigos entre 1961 e início de 1962 iam no mesmo sentido. Um artigo do Renmin Ribao de 22 de fevereiro de 1961 fazia um chamado para reestruturar os departamentos funcionais, organizar rigorosamente os serviços financeiros, técnicos e de fabricação, de forma que o Comitê do Partido pudesse ficar livre de responsabilidades operacionais e do seu papel coordenador, podendo, assim "concentrar toda sua energia sobre os problemas importantes"(Vincent-Vidal, 2005).

Com algumas mudanças na orientação após o Grande Salto, e um aumento na ênfase do controle técnico, conflitos de classe se acirram entre técnicos e não-técnicos. Durante o período do Grande Salto, houve um rápido aumento no número de técnicos e engenheiros de origem trabalhadora ou camponesa que haviam estudado em escolas de

meio período ou tempo livre, e um aumento em seu uso em todos os níveis. No entanto, nos anos seguinte, entre 1961 e 1962 o foco seria alterado, e os estudantes da trilha educacional "regular" ou "tempo integral" seriam confiados para expertise técnica e tomada de decisões, e somente quando isso não fosse possível, a confiança seria colocada nos graduados de escolas de meio período ou tempo livre (Andors, 1974).

Dessa forma, os principais beneficiários das novas disposições na tomada de decisões técnicas, após o Grande Salto, eram precisamente aqueles alunos cujo histórico familiar ou social os levava a valorizar as posições administrativas e de trabalho não-manual tradicionalmente respeitadas pelas classes altas chinesas, e que agora novamente assumiam sua legitimidade organizacional, se não ideológica. Assim, até meados de 1962, havia divisões latentes e conflitos dentro das fileiras do pessoal técnico e de engenharia industrial que estavam relacionados a questões de valor e atitude em relação ao trabalho manual, tanto quanto estavam relacionados a questões de poder, autoridade e prestígio (Andors, 1974).

No entanto, a tentativa dos direitistas de provocar o fracasso da linha geral através da "exploração dos erros do Grande Salto, dos três anos de calamidades e da retirada dos peritos soviéticos" (Vincent-Vidal, 2005, p. 138) chocaria-se com grande resistência, como aponta um nível considerável de continuidade parcial das políticas de direção empresarial no estudo conduzido por Andors (1974), considerando 53 grandes empresas industriais chinesas.

Quanto à participação dos trabalhadores na gestão, 11% das empresas continuavam resolutamente a adotá-la; 45% permaneciam parcialmente fiéis, e 44% tinham-na abandonado parcial ou totalmente. Quanto à participação dos executivos no trabalho: continuidade resoluta, 5%; alguma continuidade, 67,5%; pouca ou nenhuma continuidade, 27,5% (Andors, 1974; Vincent-Vidal, 2005). Quanto à tripla união, havia forte continuidade em 53,6%, alguma continuidade em 35,9% e pouca ou nenhuma continuidade em 10,5% das fábricas. Na avaliação de Andors (1974), apesar da ressalva sobre os dados serem preliminares, eles sugeririam modificações significativas, mas forte continuidade do sistema do Grande Salto no período posterior.

O sistema do Grande Salto seria resumido e enunciado por Mao na *Constituição de Anshan* de 1960, estabelecendo cinco princípios: colocar a política no posto de comando; fortalecer a liderança do partido; promover movimentos de massa em larga escala; instituir o sistema 2-1-3 de gestão; levar adiante vigorosamente a revolução técnica (Andors, 1974).

Por outro lado, a conferência de Secretários do Partido discute em 1961 um documento chamado *70 Artigos para Regulações na Indústria*. Esse documento, como foi apontado pelas polêmicas durante a Revolução Cultural, incorporavam princípios apontando para um distanciamento do sistema de gestão 2-1-3 (Andors, 1974). A tendência em direção aos 70 Artigos atingiu seu ápice entre 1961 e 1962, mas foi contra-atacado por

Mao, que enfatizou a ideia da luta de classes em torno dos objetivos revolucionários do desenvolvimento chinês, processo que abre disputas que culminariam na grande agitação de agosto de 1966.

Andors (1974) verifica que havia, em 1963, um potencial conflito entre a liderança da empresa e os departamentos industriais de nível superior ou autoridades de planejamento, por um lado, e trabalhadores e muitos quadros de nível médio e básico, por outro. Isso se baseava em demandas muito diferentes que o sistema de gestão impunha às rotinas diárias das pessoas. A gestão de nível fabril estava no centro do conflito e em uma posição muito ambígua.

Os conflitos abertos pela política do Grande Salto Adiante, e as polêmicas sobre quais seus acertos e erros e a ambiguidade do período posterior se acirraram até a culminância da Revolução Cultural, em que enfim vence a linha de Mao, que leva a aprovação no Comitê Central do PCCh a *Resolução em Dezesesseis Pontos*. Segundo Bettelheim (1981), de acordo com esses pontos, o objetivo era favorecer uma luta política que permitisse às massas exprimirem-se livremente, sem coação. A atividade das massas poderiam tomar formas de organização múltiplas, constituindo órgãos de poder nas fábricas, bairros, aldeias, organismos de Estado, instituições de ensino. Essa atividade deveria tender para um sistema de eleição geral semelhante ao da Comuna de Paris. É incentivada a crítica aos erros e insuficiências de seu próprio trabalho, e que as críticas sejam feitas na unidade a fim de retificar mais os erros que a eliminar os que os cometeram. Além disso, o objetivo seria transformar a superestrutura, no qual a ideologia burguesa ainda ocupava um lugar, e é lembrado que um laço uniria a luta pela revolução e a luta pela produção, com a primazia da primeira.

Os avanços no sentido da transformação das relações sociais durante a Revolução Cultural na China são descritos por Bettelheim (1979b) e aqui resumimos de forma sintética:

- Quanto à gestão operária da produção, produziu-se avanços em diversas fábricas com a operação de organizações de massa, contando com grupos de gestão operária, guardas vermelhos e comitês revolucionários e organização nas equipes e oficinas, com eleições, assembleias, debates e consultas, incluindo a função de controlar a atividade dos órgãos dirigentes;
- Quanto à diminuição progressiva da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual com as equipes de tripla união (envolvendo operários, engenheiros e técnicos e quadros encarregados das questões técnicas, renovações e inovações), responsáveis pelas melhorias e inovações técnicas, considerando a experiência dos trabalhadores diretos e avançando no domínio coletivo das ciências e das técnicas;
- Quanto à redução do elitismo na educação, promoveu-se a educação combinando

estritamente o ensino e a prática da produção, com novos engenheiros tendo também experiências enquanto operários após sua formação, e engenheiros se formando a partir de trabalhadores operários, o que também contribuía na diminuição da divisão hierárquica do trabalho;

- Quanto ao desenvolvimento técnico, operavam-se melhorias na própria fábrica com os grupos de tripla união, permitindo aumentar a produtividade a partir de um acúmulo prévio mínimo;
- Quanto à colaboração e integração entre unidades produtivas, permitindo uma estreita relação e colaboração entre empresas produtoras, empresas usuárias e consumidores com pesquisas de qualidade e durabilidade de produtos a fim de promover melhorias, sem priorizar a busca de maior lucro.

De forma mais detalhada, os grupos de gestão operária, por exemplo, tinham cinco funções: o trabalho ideológico e político, o trabalho da produção e da revolução técnica; os assuntos financeiros e materiais; a segurança do trabalho; e o bem-estar e a vida cotidiana. Serviam como ligação entre os órgãos de direção da fábrica e as massas populares e controlavam a atividade dos órgãos dirigentes, dos diferentes membros do partido e dos serviços administrativos. Esses grupos ajudavam a assistir a direção, formulando e debatendo sugestões nas oficinas e nas equipes e contribuindo para que as iniciativas dos trabalhadores fossem ouvidas e levadas em consideração (Bettelheim, 1979b).

As melhorias técnicas eram propostas pelas diversas oficinas e se organizavam equipes de tripla união envolvendo operários, engenheiros e técnicos e quadros encarregados das questões técnicas, renovações e inovações. Em muitos casos se operavam inovações técnicas mediante um trabalho de massa e com alto nível tecnológico, pois partia também da própria experiência dos trabalhadores em seu ofício direto. As equipes de tripla união cumpriam um papel na progressiva extinção da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, diminuindo a distância entre os produtores diretos e os "especialistas"(Bettelheim, 1979b).

Através da atividade dos grupos de tripla união, parte da luta dos trabalhadores pelo domínio coletivo das ciências e das técnicas, operaram-se não só inovações para a produção de novas máquinas, mas também a transformação das já existentes pelos próprios trabalhadores, tendo a capacidade de produção de antigas máquinas frequentemente multiplicadas duas ou três vezes, possibilitando um rápido crescimento na capacidade de produção das máquinas existentes e um desenvolvimento das forças produtivas exigindo somente um acúmulo prévio mínimo (Bettelheim, 1979b).

Para Bettelheim (1979b), ali se via nascer novas formas de organização social da pesquisa científica e da técnica e que não estavam subordinadas à possibilidade de vender novos produtos em busca de maior lucro. Havia pesquisas de qualidade e durabilidade de produtos devido à uma estreita colaboração entre empresas produtoras, empresas usuárias

e consumidores, ainda que a melhoria de qualidade pudesse acrescentar no preço de custo e que não seria repassado ao preço. Dessa forma, e de diversas outras dentro da planificação, as empresas produtoras colocavam os interesses do conjunto do país à frente de seus interesses particulares (Bettelheim, 1979b).

De acordo com Lee (1972), mais explicitamente que no Grande Salto, a Revolução Cultural teve como pré-requisito a mobilização de massa no reino técnico para o desenvolvimento do caminho chinês de industrialização. A estratégia adotada enfatizava primeiramente a luta de classes contra "doutrinas importadas" incorporadas em equipamentos estrangeiros, procedimentos técnicos e desenhos ("design") de produto; e em segundo, a criação de novas técnicas relativamente livres de compromissos com o capital ou procedimentos de produção complexos.

Para os chineses, a ampla distribuição do poder técnico nas empresas promoveria a racionalização da tecnologia que, de outra forma, seria mantida ou reproduzida intacta da importada. Como exemplo, Lee (1972) menciona relatórios sobre reforma de equipamentos:

Os relatos da reforma de equipamentos, por exemplo, descrevem os trabalhadores como pragmáticos e corajosos, e os especialistas como conservadores, se não fetichistas; de acordo com um relatório, os trabalhadores propuseram a renovação de algumas máquinas importadas e a autoridade técnica responsável respondeu: "Esta é uma máquina estrangeira. Cada parte dela é baseada em uma teoria científica. Vocês não devem interferir nela." Nesse, como em outros casos semelhantes, os trabalhadores desconsideraram as instruções da autoridade e reformaram a máquina com bons resultados (Lee, 1972, p. 659).

Outros relatos apontariam para o impacto racionalizador do desenho ("design") das massas sobre os produtos de máquinas de estilo estrangeiro. A integração do desenho ("design") com a produção teria resultado em um processo de devolução técnica do complexo para o simples (Lee, 1972). Os produtos projetados exclusivamente pelas elites técnicas tenderiam a manter a escala e a complexidade do padrão estrangeiro; por outro lado, "um aspecto importante da inovação em massa" na China seria a criação de "novos produtos de tipo chinês caracterizados por seu tamanho pequeno, leveza, alta eficiência e estrutura simples (Chi, 1971 apud Lee, 1972, p.659)"

A conclusão de Lee (1972) aponta que a inovação de massas poderia ter realizado funções importantes no racionalizar funções da indústria chinesa ao submeter insumos tecnológicos estrangeiros a uma análise e crítica de base ampla. No entanto, seus custos sociais teriam sido o impacto moral nas elites profissionais, levando técnicos a abandonarem suas funções intelectuais. Para Lee (1972), os líderes chineses pareciam ter enfim reconhecido que a "integração com as massas" teria ido longe demais e voltado a reconhecer, no presente (em 1972), as elites intelectuais e os métodos e processos da ciência.

O movimento que se abre com o anúncio da Revolução Cultural em 1966 é marcado por momento de fluxo e refluxo, que Bettelheim (1981) atribui ao próprio movimento da luta de classes. Para ele, o recuo não data do fim de 1976, com a morte de Mao, mas começa antes. Um deles é notável no abandono da fórmula política da Comuna de Xangai, que teria sido substituída pela dos comitês revolucionários já em 1967.

Bettelheim (1981) aponta que os próprios comitês enfraqueceram progressivamente, com o princípio da revogabilidade pelas massas dos membros dos comitês e sua eleição periódica sendo cada vez menos respeitado, e com a autoridade dos comitês revolucionárias sendo contida pela dos comitês partidários correspondentes. Os grupos de gestão operária foram também caindo no esquecimento, de acordo com sua própria observação em visitas a fábricas em 1975.

Rezzaghi (2009) em sua análise sobre as mudanças na educação e nas fábricas durante a Revolução Cultural aponta que a combinação ensino e trabalho produtivo permitiu avançar na tentativa de promover o fim da divisão burguesa no trabalho, buscando unir o trabalho intelectual e manual. No entanto, também aponta para os limites nesse período, que não teria lograda uma mudança profunda na sociedade o suficiente, permitindo o fortalecimento de uma linha conservadora que em 1976 volta ao poder e rompe com os avanços da Revolução Cultural.

Para Gray (2006), a Revolução Cultural teria escalado quase até uma guerra civil, e embora não considere haver um estudo compreensivo acerca das causas, estudos regionais sugeririam as quatro causas que elenca. Primeiro, que as queixas dos jovens e dos trabalhadores ocasionais foram muito mais fortemente sentidas do que mesmo Mao suspeitaria; em segundo lugar, que a atitude do Exército de Libertação Popular era ambivalente; em terceiro lugar, que os filhos de líderes do Partido ameaçados formaram grupos falsos da Guarda Vermelha que obtiveram armas e lutaram contra seus rivais; em quarto lugar, que a Revolução Cultural proporcionou amplas oportunidades para acerto de contas antigos e para as atividades de redes de patronagem que na China sempre forneceram uma agenda oculta; e, finalmente, que o próprio Mao teria recuado quando a existência do próprio Partido foi ameaçada pela criação de governos "comuna de Paris" em algumas cidades da China (Gray, 2006).

Com a mudança de direção em 1976, a linha conservadora valorizou apenas os dezessete primeiro anos da República Popular da China, ignorando os avanços teórico, político e organizacional da Revolução Cultural, bem como ignorando a luta de classes no seio do partido e do Estado e as contribuições de Mao Zedong. Essa linha priorizou o desenvolvimento das forças produtivas a partir da rentabilidade econômica, apoiando e dando privilégios aos técnicos e quadros do partido e reprimindo os elementos revolucionários, defendendo um sistema de exploração das massas em benefício da nova burguesia (Rezzaghi, 2009).

4.2 Abertura e reformas: o primado das forças produtivas

De acordo com Wang (2019) após a morte de Mao em setembro de 1976, um golpe militar tomou o poder, derrubando o "Bando dos Quatro"³, decretando o fim da Revolução Cultural, e estabelecendo que seria a hora de o partido transferir suas prioridades da luta de classes para as tarefas de modernização econômica.

Os avanços da Revolução Cultural, em especial nos organismos revolucionários não atrelados diretamente ao Partido, como os comitês revolucionários das fábricas e os grupos de gestão operária, já estavam enfraquecidos em 1976, como consequência da própria luta de classes, do aumento da influência da burguesia nos aparelhos de Estado e do Partido. No entanto, com a morte de Mao, se intensifica o abandono dos objetivos da Revolução Cultural (Bettelheim, 1981).

Esse recuo em relação aos princípios da Revolução Cultural são evidenciados em discursos e textos de dirigentes do Partido. Alguns exemplos são um discurso no dia 31 de janeiro de 1977 por Pai Ju-Ping, primeiro-secretário do comitê do Partido no Chantong, transmitido pela Rádio Tsinan, em que se fala da necessidade de reforçar o papel dos comitês do Partido no domínio econômico. O discurso nada diz sobre as tarefas dos comitês revolucionários e não se fala mais sobre a livre expressão de crítica dos trabalhadores, pelo contrário, insiste na obediência e declara que se deve contar com a classe operária por ser ela que cumpre mais estritamente a disciplina e obedece às ordens. Dessa forma, reforça o caráter de obediência, não mais destacando o espírito de iniciativa dos trabalhadores (Bettelheim, 1981, p.17).

Outro exemplo é uma declaração na Rádio Pequim, porta-voz oficial do Partido, em 6 de abril de 1977, que diz que, numa empresa socialista, a relação do Partido com as outras organizações seria uma relação entre o guia e os discípulos. Essa ideia também iria contra o princípio da iniciativa das massas, e de aprender com elas, como enunciado na Revolução Cultural. A questão da disciplina também é reforçada em 14 de agosto de 1977 na Rádio Pequim, dizendo que as regras e regulamentos na produção não deveriam ser eliminados, mas deveriam se tornar mais rigorosos e mais racionais conforme o desenvolvimento da produção avançava. Essa seria uma lei natural (Bettelheim, 1981, p.19)

Deng Xiaoping, um dos quadros do Partido combatidos durante a Revolução Cultural, foi reabilitado em suas funções e se tornou uma figura central para o período que se segue a partir de 1976. A partir de novembro de 1976, cessam-se as críticas a Deng, e em junho de 1977, o Renmin Ribao faz elogios às ideias de Deng que tinham sido anteriormente criticadas, além de aprovar as críticas de Deng à linha revolucionária,

³ "Bando dos Quatro" é a designação atribuída ao grupo composto por quatro membros do Partido Comunista da China que teriam ganhado proeminência no período de implementação da Revolução Cultural: Jiang Qing (esposa de Mao Zedong), Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyan

conforme relata Bettelheim (1981). Além disso, pra além de ser anunciada a decisão de se reestabelecer "as regras e regulamentos racionais nas fábricas", que haviam sido criticadas e revistas na Revolução Cultural, as palavras de ordem produtivistas se multiplicaram.

Na visão de Wang (2019), se a liderança do PCCh estivesse enraizada nas tradições revolucionárias de fato, teria reconhecido a necessidade de um debate aberto sobre as lições a serem tiradas da Revolução Cultural no rumo ao socialismo, teria buscado garantir às massas o acesso à participação política institucionalizada e não buscado censurar todo tipo de movimento social vindo de baixo.

Wang (2019) aponta que a conversão política de Deng ao conservadorismo na década de 1980 seria clara. O autor pode ser contestado tendo em vista que haveria já indícios na Revolução Cultural da oposição de Deng à linha de massas. Quando as reformas econômicas foram deflagradas (com protagonismo importante de Deng), o Partido-Estado proclamou uma mudança da "luta de classes" para a "construção econômica socialista" Wang (2019).

Com o passar do tempo, o discurso de Deng assumiria contornos ainda mais claramente revisionistas, a exemplo do que cita Anderson (2019):

Em janeiro de 1992, Deng viajou ao sul da China e, em Shenzhen, a maior das Zonas Econômicas Especiais, declarou que o principal perigo que a China enfrentava não vinha da direita, mas da oposição de esquerda ao aprofundamento da liberalização da economia, cuja novidade era exemplificada pela bolsa de valores local.

Embora Deng ainda argumentasse que a China necessitava mais do socialismo que do capitalismo, ele agora achava que “falar em capitalismo com ‘C’ maiúsculo e em socialismo com ‘S’ maiúsculo” era algo fútil; como as desigualdades são funcionais para o crescimento, explicava, a acumulação individual de riquezas não era condenável, e sim louvável: “Ficar rico é uma glória”. (Anderson, 2019, p.71)

Como aponta Medeiros (2022), a ‘marcha’ de Deng ao Sul (1992) inicia um segundo ciclo de reformas liberalizantes que irão caracterizar este ciclo e alterar as relações sociais de produção ainda vigentes. Esse movimento foi precedido e impulsionado por três eventos maiores e de grande impacto sobre o PCCh: os protestos na Praça Celestial em 1989, a dissolução da URSS em 1991 e a primeira guerra do Golfo Pérsico em que os EUA revelaram uma grande superioridade militar (Medeiros, 2022).

Além disso, o processo de reformas e abertura na China impulsionado por Deng Xiaoping ainda ao fim da década de 70, teve como pano de fundo um arranjo favorável no plano internacional, com a aproximação da China aos EUA. Ainda que os esforços diplomáticos tenham sido marcados pela visita de Nixon à China ainda na Revolução Cultural, seus reflexos concretos viriam só a partir da guinada para a reforma. Segundo

Belluzzo (2019), a inclusão da China no âmbito dos interesses norte-americanos seria o ponto de partida para a ampliação das fronteiras do capitalismo, movimento o qual culminaria no colapso da União Soviética e no fortalecimento dos valores e das propostas do ideário neoliberal.

Apesar do ponto em comum da entrada numa etapa de reformas profundas na URSS e na China, houveram distinções notáveis entre o contexto dos dois países, e, como infere Anderson (2019), "pode-se afirmar com segurança que nenhum observador, na China ou fora dela, poderia ter previsto a reviravolta que ocorreria três décadas mais tarde no destino de ambos os países".

As reformas são promovidas pelo PCCh sete anos antes de começarem na URSS, em um cenário em que a China era muito mais pobre e atrasada. O PIB per capita da China era catorze vezes menor que o soviético na década de 1980, com mais de 70% da mão de obra empregada na agricultura, contra 14% na União Soviética. No entanto, a China não sofria uma série de desvantagens que afligiam a URSS; mas apresentava certas "vantagens negativas" que lhe proporcionaram condições econômicas, sociais e políticas iniciais que acabaram por favorecer sua situação para as reformas. Uma delas era o ônus mais leve da indústria obsoleta sobre a economia, não porque o capital fixo fosse mais avançado que o soviético, mas como consequência do nível inferior de industrialização (Anderson, 2019).

Segundo Chavance *et al.* (2017), a experiência de mudança institucional nos antigos países socialistas após 1989 e 1991, e a evolução da China desde 1978 compartilham uma característica comum, que seria uma transformação do sistema econômico, equivalente a uma mudança da família do sistema socialista para a família do sistema capitalista. Entretanto, as diferenças e até mesmo as divergências observadas no processo de mudança são numerosas e significativas. O lugar da propriedade seria um dos mais importantes, com um contraste entre as trajetórias da maioria dos países pós-socialistas da Europa Central e da antiga União Soviética e a trajetória vista na China.

Em políticas de uma rápida "transição para a economia de mercado", todos os primeiros deram prioridade à privatização de suas economias, fortemente incentivada por organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, e governos ocidentais. Em aproximadamente uma década, a mudança para a preeminência da propriedade privada foi realizada por meio de programas e técnicas de privatização deliberados, além de processos espontâneos. Já a China, ao seguir uma estratégia de "modernização", realizada por meio de uma série de reformas em larga escala, não considerou a transformação da propriedade em sua agenda nos primeiros 15 anos de mudança, de forma que os setores de propriedade estatal e coletiva ainda eram dominantes ou muito influentes até o início da década de 1990 (Chavance *et al.*, 2017).

Notadamente, durante esses primeiros quinze anos no marco das mudanças ocorridas

na China, o setor mais dinâmico da economia foi o das “Empresas de Povoados e Aldeias” (TVEs), com um estatuto híbrido, sendo empresas a meio caminho entre a propriedade estatal, a coletiva e a privada. Assim, elas se beneficiavam de baixos impostos e crédito fácil dos governos locais, que podiam ser também acionistas, e proliferaram rapidamente e com competitividade nos ramos mais simples da indústria (Anderson, 2019).

Por outro lado, as comunas populares foram desativadas de modo ordenado, e o usufruto das terras repartido entre as famílias camponesas que as formavam, tendo permissão para decidir sobre os gêneros que seriam cultivados, desde que as cotas estabelecidas pelo Estado fossem cumpridas. O “sistema de responsabilidade por unidade familiar” significou uma segunda reforma agrária, porém mais favorável à produção dos camponeses que, reagindo aos novos incentivos, aumentaram sua produtividade, tendo como resultado o crescimento da produção agrícola em um terço. Enquanto isso, as empresas estatais do ramo da indústria foram gradualmente autorizadas a cobrar preços de mercado para a produção que excedesse as cotas exigidas pelos planos governamentais, estas vendidas a preços fixos. Dessa forma, os gestores receberam incentivos parecidos aos dos agricultores para produzir com rentabilidade por fora do sistema de cotas oficial, sem que houvesse necessidade de desmantelá-lo. (Anderson, 2019).

Com o estabelecimento das “Quatro Modernizações” (agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas), no 11º Congresso do PCCh em 1978, afirmou-se um consenso no PCCh: o desenvolvimento econômico deve ser interpretado como a essência do socialismo. Para isso, as políticas macroeconômica, industrial, comercial, de ciência e tecnologia, de defesa deveriam estar a serviço da “grande estratégia” social e nacional, e da luta pela conquista ou “reconquista” de uma posição internacional autônoma e preeminente. O papel do Estado forte e com autoridade é necessário para que os interesses privados (ou capitalistas) não sejam poderosos o suficiente a ponto de ameaçar a supremacia incontestável do Estado, que através de um amplo conjunto de empresas e bancos públicos, regula rigorosamente diversas esferas econômicas e as relações com o exterior (Medeiros, 2022; Cintra; Pinto, 2017).

Conforme aponta Medeiros (2022), a existência de mercados não seria o que define o capitalismo, de forma que, assim como Deng Xiaoping afirmava, a presença de mercados no socialismo, ou seja, o capitalismo de estado tal como Lenin havia se referido em 1921 por época do lançamento da NEP, não seria uma contradição com os objetivos do socialismo, a menos que o poder do dinheiro dissolvesse as demais relações sociais e uma nova burguesia tomasse o poder político.

Para Deng Xiaoping, a prioridade central em sua defesa das reformas e abertura era o desenvolvimento das forças produtivas, e, sob sua liderança, o desenvolvimento econômico ganha prioridade absoluta, subordinando a luta ideológica ao desempenho econômico e iniciando um gradual desmantelamento da economia de comando para o que

ele denominou de ‘socialismo de mercado’ (Medeiros, 2022).

De modo geral, a redistribuição do sistema de propriedade marcou a mudança de um pacto social implícito herdado do socialismo, em que a classe trabalhadora industrial se beneficiava de emprego e renda estáveis, para uma nova configuração em que os assalariados enfrentavam um mercado de trabalho competitivo e fragmentado (Chavance *et al.*, 2017).

Assim, segundo Longobardi (2019), a Reforma, a partir de 1976 e intensificada em 1978, realizou uma transição da economia socialista - baseada no capital industrial e no planejamento centralizado - para uma economia imbricada com o capital financeiro internacional, estruturada na burocracia partidário-estatal. A Reforma operou uma estratégia fundamentada na consolidação de um mercado de trabalho, gerenciado pelo Partido Comunista Chinês. Em fins da década de 1980 disseminou-se a terceirização da mão de obra como forma de descentralização da administração social do trabalho, de forma que atualmente a mão de obra para saneamento básico, limpeza pública e construção civil são realizadas por empresas contratadas pelo Estado.

Conforme Medeiros (2022), usando a imagem de Polanyi (1957) sobre a oscilação entre regulação social e regulação pelo mercado, neste ciclo ocorreu um forte movimento do pêndulo na direção do mercado. Isso significou que o sistema de bem-estar socialista assentado no pleno emprego no setor urbano e na provisão social pelas empresas foi basicamente erodido com a privatização das empresas estatais, a busca da flexibilidade das relações de trabalho e a privatização do acesso aos serviços de saúde e pensões.

Para Medeiros (2022), a reforma crucial na China foi a introdução de relações de produção capitalistas sem alterar o poder político centralizado no PCCh. A relação entre o poder político e as empresas e o mercado se exerce na forma do partido-estado, que absorve as transformações que se afirmam de baixo pra cima na sociedade, como, por exemplo, com o aumento do setor privado e do mercado de trabalho, bem como o partido-estado impõe de cima para baixo essas transformações sobre as empresas e os trabalhadores. Portanto, o regime chinês depende atualmente do consentimento dos capitalistas e da classe média às diretrizes dos Planos Quinquenais e ao monopólio do poder político pelo partido-estado, ao mesmo tempo em que o crescimento e o nacionalismo econômico colocam-se como base da coesão social, legitimada pela retórica da “prosperidade comum” (Medeiros, 2022).

Chavance *et al.* (2017) também considera que a partir de 1984 o domínio da coordenação burocrática é substituída pelo domínio da coordenação de mercado, em consonância com a substituição de preeminência da propriedade estatal por ascendência da propriedade privada. O autor afirma que essas mudanças controladas e determinadas politicamente se centraram na consolidação de uma economia nacional capitalista, na preservação do regime político, assegurando estabilidade social, evitando dominação externa, mantendo o controle de setores estratégicos de uma economia aberta. Dessa forma, conclui que essas mudanças consolidaram um capitalismo de estado com especificidades

chinesas.

Conforme Medeiros (2022), a expressão ‘socialismo de mercado’, consagrada no 14º Congresso do PCCh em 1992, possuiu uma conotação político-ideológica importante diante do conflito de perspectivas entre as alas reformistas liberalizantes e as correntes socialistas ortodoxas do PCCh. Isso permitiu manter a ideia de que a China seguiria perseguindo os objetivos e o projeto socialistas, a serem atingidos numa fase posterior, quando um maior nível de desenvolvimento tiver sido alcançado, mesmo que as reformas tenham resultado em ampla expansão relativa da produção voltada ao lucro e na mercantilização do trabalho. Apesar do crescimento econômico e as altas taxas de crescimento darem aceitação para essa narrativa, ela suprime a existência de conflitos políticos e de classe, ainda que estes sigam existindo e tenham sido essenciais para que a China apontasse para a ênfase na construção da ‘sociedade harmoniosa’ através de políticas de bem-estar.

5 CONCLUSÃO

Nossa principal pergunta ao iniciar este trabalho era se a tecnologia construída no capitalismo poderia ser utilizada no socialismo, ou na transição socialista. A partir disso, notamos que há diferentes concepções acerca do tema na literatura e no debate marxistas, que nem sempre aparecem de forma clara.

A visão hegemônica em torno da concepção de socialismo enxerga o desenvolvimento tecnológico de uma maneira produtivista ou economicista. Buscamos demonstrar que isso se deve a uma concepção da tecnologia enquanto neutra, como apenas um instrumento desprovido de sua construção social, que permeia valores que determinam sua utilidade, viabilidade e adoção, pra além apenas da sua eficiência. Isso provém de uma visão ainda mais a fundo, a da ciência enquanto neutra.

É notável que nas ciências humanas e sociais é mais fácil perceber o caráter não neutro de elaborações teóricas, que partem de premissas filosóficas e ideológicas e que podem dialogar com visões de mundo a partir de determinadas situações e posições sociais, em especial as posições de classe.

Como exemplo, à luz dos dias atuais, percebe-se como determinadas teorias partiram de concepções racistas para justificar do ponto de vista intelectual, "científico", uma exploração de cunho racial e social, que justificou a escravização de determinados povos. Por outro lado, é mais difícil justificar o mesmo para as consideradas ciências exatas, que seriam as que definiriam a dita eficiência de aparatos tecnológicos.

Por mais que o meio acadêmico tenha buscado estabelecer rigores e parâmetros o mais exatos possível para determinar se um certo paradigma ou hipótese é verdadeira, notamos como hipóteses comprovadas por esses meios são, com frequência, posteriormente revistos por novas descobertas na fronteira da ciência. Hegemonicamente se pressupõe a ciência enquanto conhecimento, dotando-a de caráter neutro, de forma a buscar os melhores resultados, os mais exatos, os mais eficientes, numa busca racional, que tenta eliminar as variáveis sociais, muito mais complexas de serem analisadas e compreendidas. No entanto, na investigação do que se define por tecnologia, e sua suposta exatidão em termos de eficiência, ignora as variáveis sociais e oculta questões importantes e pertinentes que apontam que uma determinada "maior eficiência" só pode ser analisada a partir de sua inserção e contexto social. No fim, a pergunta que fica é: eficiente para que ou para quem?

Ao analisar a tecnologia e seu lugar nas relações de produção de um determinado modo de produção, precisamos analisar o seu conteúdo de classe. A filosofia da tecnologia, bem como a análise da história da tecnologia, que parece ser muito ignorada pelos marxistas, nos fornece exemplos claros que apontam para a não neutralidade da ciência.

Ainda que sistematicamente ignorada por diversas ideias marxistas, a concepção de não neutralidade da ciência pode ser vista na própria obra de Marx, ao longo de seu desenvolvimento, como apontamos em nosso trabalho. No início de sua crítica a economia política, Marx via a tecnologia, no conceito de forças produtivas, ainda com um aspecto neutro. Ao longo de seus estudos e formulações, com um destaque para o estudo sobre a própria história da tecnologia, Marx avançou na compreensão de que a maquinaria tem um papel importante no processo de subsunção no capitalismo para a conformação das relações de produção capitalista.

Isso se deve, pois a máquina age concentrando a ciência a favor do capital, e retirando o saber dos trabalhadores. As relações de produção capitalistas não podem ser compreendidas sem levar em consideração a forma como o capital se apropria da ciência, e na forma de técnica e tecnologia a incorpora na produção de forma determinada, subsumindo os trabalhadores no processo. Assim, a maquinaria cumpre um papel na forma de divisão de trabalho que se assume nas relações de produção capitalistas, separando o trabalho de concepção e execução.

A divisão do trabalho é um dos elementos centrais da exploração de classe, tendo origem anterior ao capitalismo, e podendo se perpetuar mesmo sob outro modo de produção. Assim, em estudos sobre o papel do Estado na organização e reprodução do meio de vida, da subsistência, da sociedade, o Estado tem um lugar privilegiado na reprodução das relações de classe e de exploração. Dessa forma, mesmo com o advento de uma revolução política emancipatória que se propõe destruir o Estado anterior, ao se conformar um novo Estado, este poderia se configurar perpetuando novas relações de exploração, ou sendo ele em si, o elemento concentrador da exploração, ao agir como centro de decisões de todas as esferas da produção e reprodução da vida material, no lugar dos próprios trabalhadores.

Ao conceber a ciência enquanto neutra, e, por conseguinte, a tecnologia, identifica-se o avanço das forças produtivas com o progresso técnico e o aumento da produtividade, privilegiando seu lugar nas transformações sociais. A história é então vista como resultado das mudanças desencadeadas por formas mais avançadas de produção e impulsionando, em consequência, as mudanças sociais para que novas relações sociais comportarem esse avanço. Essa ideia permeia a concepção muito presente entre marxistas do primado do desenvolvimento das forças produtivas na transformação social e na transição de um modo de produção a outro. Consequentemente, a concepção sobre a transição socialista é prejudicada pelo tecnicismo burguês, se configurando como economicista, e se apresentando como um entrave para o avanço do poder proletário e na emancipação de toda a sociedade com o posterior fim das classes sociais.

Buscamos neste trabalho trazer, primeiramente, uma linha teórica marxista que se contraponha à neutralidade da ciência, e que, a partir disso, resgata formulações de Marx negligenciadas e que interferem nas visões sobre a própria definição de forças produtivas,

relações sociais de produção, do Estado, e, conseqüentemente, nos objetivos da revolução, e da transição socialista rumo a uma sociedade comunista. É por esse motivo que resgatamos tanto aspectos teóricos em abstrato de Marx e formulações posteriores de marxistas que identificaram essa problemática do primado, como Bettelheim e Althusser, quanto a análise de Marx sobre a Comuna de Paris, em que identifica elementos importantes sobre a transição, suas características e imperativos para seu avanço.

Conforme analisa Bettelheim, ao se considerar a fusão entre a teoria revolucionária e o movimento operário (o que Bettelheim chama de "marxismo historicamente constituído"), é importante distinguir o marxismo revolucionário, baseado nas ideias de Marx e Engels, enriquecido pelas lutas de classes, das concepções adotadas por diferentes organizações revolucionárias. Cada forma de marxismo tem sua própria história, marcada por continuidades e diferenças que devem ser examinadas para compreender seu desenvolvimento teórico real ou a ocultação de análises anteriores. O bolchevismo, por exemplo, como uma forma historicamente constituída do marxismo, combina conquistas do marxismo e do leninismo com concepções alheias, cuja combinação se altera conforme a conjuntura da luta de classes (Linhart; Bettelheim; Martuscelli, 2021).

Dessa forma, ao investigar a questão entre o primado do desenvolvimento das forças produtivas e o primado das relações de produção, o debate parece se ver limitado pela situação concreta em que aconteceram as revoluções e as respostas dadas a ela. A situação de atraso, a luta contra o imperialismo, a concorrência ideológica com o capitalismo, e seus aparentes frutos da produtividade de bens de consumo, parece impedir que haja um desenvolvimento "livre" do país revolucionário. O socialismo num só país impõe enormes dificuldades, apesar de que seria improvável que isso não ocorresse por algum determinado tempo. No entanto, as situações concretas e os enfrentamentos com ela, as soluções encontradas, não só fazem parte do processo de mudanças históricas, como abrem novas situações que requerem aprofundar formulações teóricas para apreender a realidade e resolver as questões históricas que se impõem. Não pretendemos, no entanto, justificar que a restauração capitalista das experiências de transição foram fruto apenas das dificuldades conjunturais.

Fossem as revoluções políticas e a busca de instaurar uma nova ordem, denunciando a exploração de classes, e propagandeando uma nova realidade possível, apenas uma utopia sem lastro na realidade, não seriam as experiências de transição tão duramente combatidas pela ordem capitalista e pelas classes no poder, que se veem ameaçadas de ter seu poder questionado. Da mesma forma, não seriam as próprias ideias e concepções que propõe a possibilidade de outro rumo da história, uma sociedade livre de classes, embasado na análise da história, como proposto por Marx, algo tão influente para a luta revolucionária e tão combatido de forma autoritária, mascarada ou por reformuladas ideologias dominantes.

Assim, nos vemos diante da pergunta: como desenvolver novas relações sociais de

produção, a partir de um processo de transição necessariamente experimental, assim como o é a própria tomada de consciência dos trabalhadores na luta de classes no capitalismo, num contexto em que a competição e sufocamento do exterior capitalista impõe uma produtividade determinada e um crescimento constante, e combinada ainda com situações de extrema precariedade, em geral seguidas de guerras civis? Isso confirmaria a tese de Marx de que o socialismo só poderia florescer no capitalismo desenvolvido? Certamente isso é ainda um dilema e fruto de debate entre socialistas. Não é a toa que diferentes organizações na periferia capitalista, ou nos países dependentes, analisam de formas diferentes as condições de seus países para a passagem direta ao socialismo, ou seja, se a revolução possível seria imediatamente socialista ou deveria passar por uma etapa ainda capitalista, assunto no qual não adentramos neste trabalho.

Esse tema também permeia o debate sobre o capitalismo de Estado. E como ultrapassar a fase de um capitalismo de Estado, considerando novas relações de poder que estabelecem a contínua luta de classes. Ou seja, a transição é um processo e não há nenhuma garantia de seu avanço. Liberdade e proteção, coerção, garantias de segurança acabam sendo combinados de maneiras distintas e se tornando um dos pontos de fundo dos conflitos acerca da continuidade e evolução da transição.

Em nossa pesquisa buscamos analisar como a questão da neutralidade da ciência, que é um dos cerne da divergência entre o primado do desenvolvimento das forças produtivas e do primado das relações de produção na transição, está presente no debate teórico e político no interior das experiências de transição na União Soviética e na China.

Notamos que para identificar essa questão, foi necessário analisar outros pontos subjacentes no debate, como o papel da luta política e da luta de classes, considerando que muitas vezes o debate se apresenta como priorizar o político (luta de classes) ou o econômico (desenvolvimento das forças produtivas). Consideramos que nos momentos em que se dá primazia a luta de classes, em alguma medida, se dá primazia à transformação das relações sociais de produção.

Também nos deparamos com o debate acerca da burocracia e da possibilidade de restauração capitalista. Consideramos que a preocupação de que a burocracia se configure como uma nova classe, dado seus privilégios e poder de dispor dos meios de produção, e estando separadas das massas, era uma preocupação que dava lugar ao político e às relações sociais, mesmo que nem sempre fosse acompanhada por uma relação direta com a ideia de neutralidade ou não da ciência. Porém, esse debate traz elementos importantes sobre a questão do poder ser exercido de fato pelos trabalhadores e o ritmo que se propõe avançar e privilegiar a transformação das relações de produção.

O abandono da concepção do Estado como um aparato de dominação de classes, e, portanto, a necessidade de se avançar para seu definhamento, eliminando a burocracia, e avançando na socialização, também se apresentou como um indício de uma concepção

economicista e revisionista, que tendia a privilegiar ou, ao menos, ignorar o risco, da via de uma restauração capitalista (como já seria ao se conformar uma nova classe exploradora, uma burguesia de Estado).

A respeito da experiência chinesa, que analisamos de forma mais detida, consideramos que o desenvolvimento chinês desde a Revolução Chinesa de 1949 passou por diferentes momentos a partir de diferentes orientações políticas do Partido Comunista Chinês e diante da disputa entre linhas distintas, enquanto reflexo da própria luta de classes.

A diferença entre esses momentos, para além de questões conjunturais ou da etapa do desenvolvimento, também partiram de orientações políticas baseadas em concepções teóricas divergentes no âmbito do debate marxista da transição. Essa divergência, que apesar de, por vezes, aparentar "apenas" uma inversão de prioridades (entre econômico e político), na verdade reflete também os limites de concepções do pensamento revolucionário e sua apropriação pelos quadros e pelas massas chinesas.

Consideramos que pode ser perceptível a divergência entre a concepção do primado do desenvolvimento das forças produtivas, considerada como o motor ou precursora das transformações sociais, que se opõem à concepção do primado das relações sociais de produção e a necessidade de transformá-las a fim de permitir o avanço na transição socialista, e a criação de novas forças produtivas.

Outra ideia que influencia e se associa a essa é o papel da luta de classes na transição socialista. Em prol de lograr um acelerado crescimento econômico, a luta de classes é restrita e, por vezes, reprimida. Do ponto de vista teórico, o revisionismo busca afirmar que o período da luta de classes se encerra uma vez "consolidada" a revolução, e se ignora o conflito entre as classes que permanecem. Além disso, também é negligenciado a ascensão da camada burocrática, sendo classificada por alguns como uma burguesia de novo tipo, estatal, uma vez que cumpre, através da estrutura do Estado e do Partido, o papel de decidir sobre a produção e reprodução da vida social, limitando a apropriação dos trabalhadores da direção de fato do processo revolucionário e de toda dimensão social da nova estrutura estabelecida.

A Grande Revolução Cultural Proletária na China orientou-se, ainda que com limites, por um enfoque na luta de classes, incentivando a iniciativa das massas na crítica aos quadros do Partido e suas práticas políticas, instituindo formas organizativas que avançou na gestão operária das fábricas e promoveu mudanças na educação de forma a combinar ensino e trabalho produtivo. Dessa forma, permitiu alguns avanços no que se refere: à divisão burguesa no trabalho, ao buscar diminuir a distância entre trabalho intelectual e manual; à hierarquia na gestão das fábricas, ao atacar o despotismo fabril com os grupos de gestão operária; à participação proletária na inovação técnica, a partir da atividade dos grupos de tripla união; à educação política e ideológica, com o incentivo

ao estudo nas organizações fabris.

No entanto, esses avanços foram limitados, tendo encontrado obstáculos para sua implementação, não alcançando a totalidade das fábricas e territórios, e refluindo ainda antes da morte de Mao e o início das reformas. O avanço para uma democracia de massas foi incipiente, mantendo um papel ainda muito centralizado na estrutura estatal e partidária, com repressão de grupos revolucionários divergentes, e reforçando o culto personalista a Mao, e limitando a liberdade de elaboração teórica.

Os limites da Revolução Cultural também contribuíram para que, na correlação de forças da luta de classes desse processo, uma linha conservadora retornasse ao poder, rompesse e negasse os avanços da Revolução Cultural. A partir da mudança de direção em 1976, foram ignorados os avanços teóricos, políticos e organizacionais da Revolução Cultural, bem como o papel da luta de classes, com a linha assumida passando a priorizar o desenvolvimento das forças produtivas a partir da rentabilidade econômica, apoiando e dando privilégios aos técnicos e quadros do partido.

Os processos revolucionários e a transição socialista tanto na URSS quanto na China abriram possibilidades para um grande e rápido desenvolvimento da industrialização nesses países, atrasados em relação ao capitalismo desenvolvido. Em boa medida, isso pode ser atribuído ao processo revolucionário que se ocupou do desenvolvimento do país em uma situação em que a burguesia de seus países não tinha força e intenção em um processo de desenvolvimento nacional. No entanto, abre-se um problema: como avançar a partir de um nível de baixo desenvolvimento técnico, se utilizando na tecnologia desenvolvida no capitalismo, e importando com ela as relações de produção correspondentes, sem as reproduzir, mas destruindo-as?

Esse processo só pode avançar na direção do comunismo ao compreender a não-neutralidade da técnica e da ciência, e utilizando-a na mesma medida em que desenvolve o poder das massas trabalhadoras, rompendo as relações de produção capitalista, por meio da diminuição da separação da divisão entre trabalho manual e intelectual e de concepção e execução, através da permanente educação política das massas, para que possam tanto reconhecer os limites da técnica adquirida do capitalismo, quanto avançar para novas relações e novas técnicas. Assim como o capitalismo desenvolveu suas próprias forças produtivas, também cabe ao socialismo desenvolver uma nova base técnica.

Isso só é possível compreendendo que a prática política no período de transição determinará a transformação das relações de produção, que teria o papel dominante. No entanto, o desenvolvimento de novas forças produtivas se torna necessário, assumindo um papel determinante, em última instância, na transformação da totalidade social, conforme busca desenvolver a tese althusseriana sobre a transição (Lazagna, 2017b).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Prefácio. *In*: SOUZA, R. (ed.). **A China de Mao e Xi Jinping: transformações e limites**. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 15–23.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ANDERSON, P. **Duas revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANDORS, S. Factory management and political ambiguity, 1961–63. **The China Quarterly**, Cambridge University Press, v. 59, p. 435–476, 1974.
- BAHRO, R. **The alternative in eastern Europe**. London: NLB, 1978.
- BARISON, T. Introdução. *In*: BARISON, T. (ed.). **Teoria Marxista e análise concreta: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- BELLUZZO, L. G. Prefácio. *In*: ANDERSON, P. (ed.). **Duas revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BETTELHEIM, C. Terceiro texto. *In*: SWEEZY, P.; BETTELHEIM, C. (ed.). **Sociedades de transição: luta de classes e ideologia proletária**. Porto: Portucalense Editora, 1971. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sweezy/1968/09/sociedades.htm>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- BETTELHEIM, C. **The transition to socialist economy**. New York: Harvester Press Limited, 1975.
- BETTELHEIM, C. **As lutas de classes na URSS: 1º período: 1917-1923**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- BETTELHEIM, C. **Revolução cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BETTELHEIM, C. **A China depois de Mao**. São Paulo: Edições 70, 1981.
- BETTELHEIM, C.; CHAVANCE, B. O stalinismo como ideologia do capitalismo de estado. *In*: NAVES, M. B. (ed.). **Análise marxista e sociedade de transição**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. p. 75–112.
- BOITO JR., A. **Comuna republicana ou operária? A tese de Marx posta à prova**. 2011. Disponível em: <https://grabois.org.br/2011/03/17/comuna-democrtica-ou-comuna-operria-a-tese-de-marx-posta-prova/>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- CHAMBRE, H. Os grandes problemas do movimento comunista internacional. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 7, n. 26, p. 6–20, 1965.
- CHAVANCE, B. *et al.* Ownership transformation and system change in china. **Revue de la régulation**, v. 21, p. 10, 2017.

CINTRA, M. A.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, SciELO Brasil, v. 37, p. 381–400, 2017.

COMITÉ CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE CHINA. Respuesta del comité central del partido comunista de china a la carta del comité central del partido comunista de la unión soviética del 30 de marzo de 1963. *In*: PARTIDO COMUNISTA DE CHINA (ed.). **Polémica acerca de la línea general del Movimiento Comunista Internacional**. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1965.

COMITÉ CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE LA UNIÓN SOVIÉTICA. Carta del comite central del partido comunista de la union sovietica al comite central del partido comunista de china de 30 de março de 1963. *In*: PARTIDO COMUNISTA DE CHINA (ed.). **Polémica acerca de la línea general del Movimiento Comunista Internacional**. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1965.

CONFERENCIAS DE MOSCÚ. **Dos Declaraciones de los Partidos Comunistas y Obreros de los Países Socialistas**. Conferencias de Moscú, URSS (1957 y 1960). Ediciones Bandera Roja, 2022. Disponível em: <https://edicionesbandera.com/las-dos-declaraciones-de-moscu-1957-1960/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István mészáros. **Revista ORG & DEMO**, Faculdade de Filosofia e Ciências, v. 8, n. 1/2, p. 23–46, dez. 2007.

DAUBIER, J. **A history of the Chinese Cultural Revolution**. New York: Vintage Books, 1974.

DITTMER, L. **Liu Shaoqi and the Chinese Cultural Revolution**. New York: Routledge, 2015.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESHERICK, J. W. On the 'restoration of capitalism' mao and marxist theory. **Modern China**, Sage, Thousand Oaks, CA, v. 5, n. 1, p. 41–77, 1979.

FEENBERG, A. Teoria crítica da tecnologia: um panorama. **Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia**, v. 26, 2010.

FERRO, S. O concreto como arma. **TF/TK Reading Group**, n. April 2021, 2021.

GRAY, J. The chinese model: some characteristics of maoist policies for social change and economic growth. *In*: NOVE, A.; NUTTI D.M., E. (ed.). **Socialist economics**. Middlesex: Penguin Books, 1972, (Penguin Education). p. 491–510.

GRAY, J. Mao in perspective. **The China Quarterly**, Cambridge University Press, v. 187, p. 659–679, 2006.

HINTON, W. On the role of mao zedong. **Monthly Review**, Monthly Review Press, v. 56, n. 4, p. 51, 2004. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2004/09/01/on-the-role-of-mao-zedong/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KNIGHT, N. Review essay: Mao zedong's thought and chinese marxism—recent documents and interpretations. **Bulletin of Concerned Asian Scholars**, Routledge, v. 25, n. 2, p. 54–63, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14672715.1993.10416117>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LAZAGNA, A. **Lenin, as forças produtivas e o taylorismo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LAZAGNA, A. A problemática das forças produtivas e o taylorismo no pensamento de lenin. **Cadernos Cemarx**, v. 1, n. 2, p. 21–29, 2005.

LAZAGNA, A. Lenin e o “taylorismo soviético”: uma abordagem crítica. **Ponto-e-Vírgula**, n. 21, p. 36–53, 2017.

LAZAGNA, A. **O político na transição socialista. Explicação e retificação da contribuição da corrente althusseriana**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

LEE, R. W. Ideology and technical innovation in chinese industry, 1949-1971. **Asian Survey**, JSTOR, v. 12, n. 8, p. 647–661, 1972.

LENIN, V. I. A economia e a política na época da ditadura do proletariado (1919). *In: Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa: Edições Avante!, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/10/30.htm>. Acesso em: 13 jan. 2024.

LINHART, R. **Lenin, os camponeses, Taylor**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

LINHART, R.; BETTELHEIM, C.; MARTUSCELLI, D. E. Sobre o marxismo e o leninismo: debate com charles bettelheim e robert linhart. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 6, n. 9, p. 226–252, 2021.

LONGOBARDI, A. P. Estado e mercado na china pós-76: o grande salto à direita. **História Econômica & História de Empresas**, v. 22, n. 1, 2019.

MACIEL, D. Marx e a comuna de paris. **História Revista**, Faculdade de História, v. 16, n. 2, p. 151–175, 2011.

MAGALINE, A. **Luta de classes e desvalorização do trabalho**. Lisboa: Moraes Editora, 1977.

MAO, Z. Reading notes on the soviet text political economy (1961–1962). **Long Live Mao Zedong Thought, a Red Guard Publication**, 2004. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-8/mswv8_64.htm. Acesso em: 15 dez. 2023.

MAO, Z. Discurso a delegação militar da albania. *In: STÉDILE, M. E. (ed.). Mao Zedong e a revolução chinesa: método de direção e desafios da transição ao socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MAO, Z. Sobre os "problemas econômicos do socialismo na urss" de stalin. *In*: STÉDILE, M. E. (ed.). **Mao Zedong e a revolução chinesa: método de direção e desafios da transição ao socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARGLIN, S. A. What do bosses do?: The origins and functions of hierarchy in capitalist production. **Review of Radical Political Economy**, Sage, v. 6, n. 2, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/04866134740060>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. A guerra civil na França - mensagem do conselho geral da associação internacional dos trabalhadores. *In*: PRASHAD, V. *et al.* (ed.). **Comuna de Paris 150**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MEDEIROS, C. A. d. Desenvolvimentismo com características chinesas. *In*: MAJEROWICZ, E. (ed.). **A China no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

NAVES, M. B. **Análise marxista e sociedade de transição**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

NAVES, M. B. **Mao: o processo da revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

NAVES, M. B. Stalinismo e capitalismo. *In*: NAVES, M. B. (ed.). **Análise marxista e sociedade de transição**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. p. 57–74.

NOGUEIRA, I. Acumulação, distribuição e estratégia sob mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da china. **Carta Internacional**, v. 14, n. 2, 2019.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia. **Revista Org & Demo**, v. 5, n. 2, p. 189–210, 2004.

PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. **Resolução do XX Congresso do PCUS sobre o Informe do Comitê Central. Fevereiro de 1956**. Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 73 - Mar a Jun de 1956, 1956. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/73/res_informe.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

PARTIDO COMUNISTA DE CHINA. **Polémica acerca de la línea general del Movimiento Comunista Internacional**. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/tematica/china/documentos/pol.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

REDACCIÓN DEL REMIN RIBAO Y LA REDACCIÓN DE LA REVISTA HOGQI. Dos políticas de coexistencia pacífica diametralmente opuestas (12 de diciembre de 1963). *In*: PARTIDO COMUNISTA DE CHINA (ed.). **Polémica acerca de la línea general del Movimiento Comunista Internacional**. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1965.

REDACCIÓN DEL REMIN RIBAO Y LA REDACCIÓN DE LA REVISTA HOGQI. El origen y el desarrollo de las divergencias entre la dirección del pcus y nosotros. *In*: PARTIDO COMUNISTA DE CHINA (ed.). **Polémica acerca de la línea general del Movimiento Comunista Internacional**. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/tematica/china/documentos/pol.pdf>.

-
- REZZAGHI, M. D. B. **A Educação no Período de Transição Socialista: a experiência chinesa da Revolução Cultural e as mudanças no ensino e nas relações de produção.** 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- ROMAN, M.; DRESCH, V. H. Rompimento da aliança sino-soviética: A influência dos respectivos líderes e da política doméstica chinesa. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 10, n. 19, 2017.
- ROMERO, D. **Marx e a técnica, um estudo dos manuscritos de 1861-1862.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SOUZA, R. **A China de Mao e Xi Jinping: transformações e limites.** Salvador: EDUFBA, 2023.
- SWEEZY, P.; BETTELHEIM, C. **Sociedades de transição: luta de classes e ideologia proletária.** Porto: Portucalense Editora, 1971. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sweezy/1968/09/sociedades.htm>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- VINCENT-VIDAL, S. A crítica das concepções econômicas de stalin por mao tsé-tung. *In*: NAVES, M. B. (ed.). **Análise marxista e sociedade de transição.** Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. p. 113–141.
- WANG, C. O partido e sua história de sucesso: uma resposta a "duas revoluções". *In*: ANDERSON, P. (ed.). **Duas revoluções: Rússia e China.** São Paulo: Boitempo, 2019.
- WESTAD, O. A. **Brothers in arms: the rise and fall of the Sino-Soviet alliance, 1945-1963.** Washington: Woodrow Wilson Center Press, 1998.